

Revista eletrônica

Interfaces

ISSN 2179-0027

Volume 3 número 1

Revista Interfaces

Editor-chefe

Dra. Maria Cleci Venturini

Editores Associados:

Dra. Célia Bassuma Fernandes´

Dr. Cláudio José de Almeida Mello

Dr. Daniel de Oliveira Gomes

Dra. Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira

Conselho Editorial

Dra. Amanda Eloina Scherer (UFSM)

Dr. Antonio Escandiel de Sousa (Unicruz)

Dra. Carme Regina Schons (UPF)

Dra. Célia Bassuma Fernandes (UNICENTRO)

Dra. Eneida Chaves (UFSJ)

Dr. Eclair Antonio Almeida Filho (UNB)

Dr. Eduardo Pellejero (UFRN)

Dra Elisabeth Fontoura Dorneles (UNICRUZ)

Dra Ercilia Cazarin (UCPEL)

Dra. Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)

Dra. Luísa Lobo (UFRJ)

Dra. Marcia Dresch (UFPEL)

Dra. Mary Neiva Surdi da Luz (UFFS)

Dra. Maria Cristina de Almeida Mello Laranjeira (Universidade de Coimbra)

Dra. Sonia Pascoalati (UEL)

Dr. Verli Petri da Silveira (UFSM)

Revisor de texto

Maria Cláudia Teixeira

Arte da capa, diagramação

Patricia Bronislawski

Responsável Técnica

Marcelly Marcon do Prado

Sumário

Apresentação

Maria Cleci Venturini

4-5

Artigos

As relações de força constitutivas dos percursos de produção de sentidos: o relato de viagem no século XVI

Zélia Maria Viana Paim

6-12

A construção da identidade de grupo na colônia Entre Rios: práticas de letramento na Educação Infantil

Adriana Dalla Vecchia e Letícia Fraga

13-22

A poesia de Gilka Machado: a volúpia dos sentidos

Maria do Socorro Pinheiro

23-30

A inclusão da diversidade pela lingua(gem): sujeito, escrita e conhecimento

Adriana Aparecida Vaz da Costa

31-38

Análise do discurso e psicanálise: diálogos possíveis

Kátia Alexsandra dos Santos

39-47

Identities sociais historicamente constituídas: o homem e a mulher no discurso publicitário em revistas

Claudineya A. Grzeszezeszyn e Gustavo Biasoli Alves

48-58

O discurso sobre a liberdade de expressão em documentos oficiais

Renata Adriana de Souza

59-67

Paráfrases, paródias e hipertexto: discurso político e ambientes digitais

Juliana da Silveira

68-79

Interfaces

volume 03 número 01

A revista Interfaces entra, com este número atemático, para o terceiro ano de circulação e quarto número. É ainda uma revista jovem, que busca caminhos, mas cumpre a função de contribuir na divulgação e circulação do conhecimento científico na área de Letras, mais especificamente, nos Estudos Linguísticos e Literários e, a interface entre esses dois campos do conhecimento, que se não ocorre em um mesmo artigo, acontece a cada número publicado da revista, na qual há artigos que enfocam o linguístico e o literário, tendo em conta que todo e qualquer textualidade tem seu início pela língua em movimento e por sujeitos, que de um lado cumprem uma função-autor e, de outro, por aqueles que exercem a função-leitor. De qualquer modo, em qualquer um dos lados há um sujeito e o seu dispositivo é a língua em todo seu alcance.

Esta quarta edição apresenta oito artigos e concretiza discussões em torno de temas relevantes, que resultaram de projetos de pesquisas desenvolvidos por pesquisadores e estudantes de pós-graduação de diferentes universidades brasileiras. A seguir, apresentamos os artigos que estruturam este número e desejamos a todos uma leitura proveitosa.

Zélia Maria Viana Paim, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, tece reflexões acerca do sujeito e do outro. O seu objeto de análise é o relato de viagem do explorador espanhol Álvaro Núñez Cabeza de Vaca e observa o discurso do governante e o discurso que constitui o outro – o guarani – “[...] como canibal, ocupante de uma grande extensão de terra e falante de uma mesma língua, como um sujeito coletivo, uma massa homogênea servidora”. O artigo “A constituição dos sujeitos e dos sentidos: do canibal, do homem desnaturado e do governante”, fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso pecheuxiana – AD.

Com o artigo “A construção da identidade de grupo na Colônia Entre Rios: práticas de letramento na educação infantil”, **Adriana Dalla Vecchia**, pós-graduanda da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a pesquisadora Dra. Letícia Fraga investigam as políticas linguísticas na região bilíngue português/alemão de Entre Rios, Guarapuava/Paraná e o ensino de língua na escola da comunidade. O objetivo é verificar como as identidades são construídas e negociadas na interação em sala de aula por meio da mediação do professor, durante as práticas de letramento. As discussões centram-se em estudiosos como Calvet (2002 e 2007), Rajagopalan (2008) e Kleiman (1995).

Maria do Socorro Pinheiro (Universidade Estadual do Ceará - UECE), com o artigo “A poesia de Gilka Machado: a volúpia dos sentidos” analisa os elementos poéticos constitutivos presentes no trabalho da poetisa brasileira, que dá voz à mulher do início do século XX e rompe com o legado da submissão e obediência ao imprimir em sua escrita os desejos femininos. No percurso de sua investigação e em sua escrita a pesquisadora explora os sentidos que caracterizam estas poesias e evidenciam a construção da identidade do sujeito feminino.

Adriana Aparecida Vaz da Costa, (Universidade de Campinas – UNICAMP), estuda as práticas discursivas de inclusão indígena nas universidades paranaenses, examinando os processos de identificação do sujeito-índio e a produção de sentidos sobre o conhecimento. O corpus que possibilita as análises se

constitui de redações de vestibular produzidas por indígenas Kaingang, meio pelos quais, de acordo com a autora, ocorre a inclusão. O foco do artigo “A inclusão da diversidade pela língua(gem): sujeito, escrita e conhecimento” é, portanto, o discurso produzido pelo índio e seus efeitos de sentido.

A pesquisadora **Kátia Alexandra dos Santos**, da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, discute, no artigo “Análise do discurso e psicanálise: diálogos possíveis”, as noções de língua e de sujeito pelo viés da Análise de Discurso em sua intersecção com a Psicanálise, apontando deslizamentos que ocorrem por/nessas noções.

O artigo escrito por **Claudineya A. Grzeszeszyn**, aluna do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e pelo pesquisador Gustavo Biasoli Alves, da mesma universidade, discute o funcionamento da linguagem no discurso publicitário e buscam saber como se constroem a imagem dos sujeitos-homem e mulher nesse discurso. O objetivo central é destacar a transformação identitária desses sujeitos, centrando-se no modo como o discurso atual retoma outros discursos acerca da relação (de poder) historicamente constituída entre ambos os sexos.

Em “O discurso sobre a liberdade de expressão em documentos oficiais”, **Renata Adriana de Souza** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) analisa a partir dos conceitos pecheuxtianos memória e arquivo, o enunciado liberdade de expressão em diferentes versões do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A autora buscar, dar visibilidade às relações de forças que se materializam nos documentos, dos quais decorrem efeitos de sentido de que o discurso sobre liberdade de expressão é um lugar contraditório, à medida que permite e limita a emissão de opiniões.

Juliana da Silveira (Universidade Estadual de Maringá – UEM), no artigo intitulado “Paráfrases, paródias e hipertexto: discurso político e ambientes digitais” analisa o funcionamento da estrutura hipertextual e o modo como os sites Wikipédia e Desciclopédia dialogam entre si e, ao mesmo tempo, produzem sentidos diferentes para o sujeito político Roberto Requião.

Colocamos à disposição de todos a Revista Interfaces, vol. 3, no. 01 e desejamos a todos uma boa leitura.

Maria Cleci Venturini

Organizadora do volume 03 número 01

Guarapuava, julho de 2012

As relações de força constitutivas dos percursos de produção de sentidos: o relato de viagem no século XVI

p. 6 - 12

Zélia Maria Viana Paim¹

Resumo

Os estudos da Análise do Discurso (AD) podem mostrar a constituição mútua entre o linguístico e o histórico. Neste estudo tratou-se das relações de força constitutivas dos percursos de produção de sentidos para a nossa sociedade. Elege-se como objeto de análise o relato de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, Comentários, escrito em 1541, publicado em 1555.

Palavras-chave: Discurso. Sujeito. Sentido.

The constitution of the subject and of the senses: of the cannibal, of the vicious man and of the governor

Abstract

The studies of Discourse Analysis show the mutual constitution between the linguistic and the historical. In this study the relations of constitutive forces of the path of the production of the senses to our society have been treated. As object of analysis, the report of Álvaro Nunez Cebeza de Vaca Comentários, written in 1541, published in 1555 has been elected.

Key words: Discourse. Subject. Senses.

Introdução

Esse artigo propõe algumas reflexões constituídas a partir da Análise de Discurso (AD). A noção dessa teoria que perpassa este estudo é a constituição do sujeito, o outro que nos conta. Para observar a constituição do sujeito consideramos as *modalidades* propostas por Pêcheux ([1975], 1988, p. 213): a *identificação*, a *contra-identificação* e a *desidentificação do sujeito* com a formação discursiva na qual se insere num determinado momento histórico-social. Destas, tomamos a modalidade de identificação, porque a identificação/interpelação do sujeito está ligada

também à constituição dos sentidos no momento histórico por nós considerado, meados do século XVI.

Para entendermos o discurso assim constituído, desse outro em outro tempo, buscamos entender o movimento dos sentidos; os deslizos, as derivas próprias às condições de produção em que estão imersos. Acrescenta-se que, para a teoria discursiva, não há um sentido literal, um centro e suas margens, que são os efeitos de sentido. De acordo com Orlandi (1996, p. 144), “só há margens”. Do ponto de vista do historiador Novaes (1999, p. 7): “[...] toda a margem delimita, ao mesmo tempo inclui e

¹ Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPD/CAPES), PPGL/UFSM/Laboratório Corpus. zeliamp@gmail.com. Este artigo é parte constitutiva de minha tese intitulada o Movimento dos Sentidos: de utopia à conversão, orientada por Amanda Eloina Scherer (UFSM).

exclui, integra e divide, transita entre o diferente e o mesmo”. Nesse sentido, todos os sentidos são possíveis, mas, em certas condições de produção, há a dominância de um deles. Significar, portanto, decorre de condições de produção compreendida segundo Orlandi (1988, p. 85), como “[...] o contexto histórico-social, ideológico, a situação, os interlocutores e o objeto de discurso, de tal forma que aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação aos outros discursos, etc”.

A partir desse posicionamento inicial, em nosso estudo da constituição do sujeito e dos sentidos, elegemos como objeto material de análise o relato de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, *Comentários*, escrito em 1541, publicado em 1555. Apresentamos, então, no que se refere a este estudo, algumas distinções. Primeira, o relato de viagem é o suporte textual a partir do qual se constrói o corpus; ele fornecerá sequências discursivas recortadas em função da questão a ser investigada. Segunda, o recorte, conforme Orlandi (1987, p. 140), “não é um segmento mensurável em sua linearidade”, e sim um pedaço que o analista promove em função de seu trabalho e de seus objetivos. Terceira, procuramos estabelecer, através dos recortes, sequências discursivas para localizar os pontos pertinentes aos processos discursivos em análise. Para este estudo, acreditamos que há tomadas de posições do sujeito que se manifestam discursivamente, produzindo determinados efeitos de sentido e não outros, sempre inscritas em uma determinada formação discursiva, que funciona como dominante em determinadas condições de produção.

A exterioridade constitutiva do discurso

Para dar conta da exterioridade que constitui o discurso, buscamos a situação na qual se inseria

o sujeito do discurso. Nessa perspectiva, voltamos o olhar ao tempo que sucedeu às primeiras viagens exploratórias à Terra de Vera Cruz. O *mito* movia os homens daquele tempo e o *vetor* constituía-se na trilha desses mitos e de tesouros como o *Eldorado*, o *rio de Ouro*, o *rio de Prata*. Estes motivaram descobridores, exploradores, aventureiros a saltos mais além, rumo ao sul do continente. As naus que se sucediam nessa direção seguiam viagem junto a costa da terra, navegando um mar perigoso de águas muito rasas ao longo de uma praia retilínea, plana, arenosa, de vegetação raquítica batida pelos ventos.

Os exploradores se aventuravam, abordando a terra dos charruas na margem de um rio que mais parecia um mar de água doce. Os charruas falavam uma outra língua diferente da falada na costa, mas os primeiros exploradores dessas paragens – os portugueses – quiseram entender que, região adentro, existia um poderoso rei branco cujo reino era rico em ouro e prata. Esse novo mito abastece o imaginário do explorador. Desde então, o rio da Prata estava aberto à conquista.

Para essa, se propôs Pedro de Mendonça, para quem foi outorgado o título de primeiro *adelantado* e capitão geral do rio da Prata, com outros privilégios, em troca do compromisso de povoar as terras para sua Majestade o Rei Carlos V e incorporá-las à cristandade. Sua expedição fundou ao sul do continente a sua base de operações, a feitoria de *Buen Aire* e à medida que subiam o rio em busca de ouro e prata, outras feitorias: *Buena Esperanza*, *Assunción* e *Candelária*. Dessas, somente *Assunción* resistiu aos ataques dos charruas e querandis. Com a morte do *adelantado* e com seu sucessor desaparecido em busca das terras do poderoso rei branco, a região do rio da Prata passa a ser governada por Domingos Martínez de Irala que instituiu o sistema de *encomiendas*; isto é o europeu era o senhor de terras a quem o indígena, enquanto vivesse, prestava tributos em

serviço pessoal. O Conselho das Índias concluiu, no entanto, que Irala permaneceria no cargo até ser nomeado um novo *adelantado*, com deveres e direitos contratados perante a Coroa espanhola.

Assim, como segundo *adelantado*, foi contratado um navegador que acabara de retornar à Espanha após longa aventura entre os índios americanos: dom Álvaro Núñez Cabeza de Vaca que, durante dez anos, percorreu dezoito mil quilômetros de caminhadas desde que naufragara na Flórida. Durante este período, junto com outros três náufragos, ficou conhecido como um dos primeiros europeus a atravessar o território americano e a entrar em contato com importantes tribos como os sioux e os zuni. Cabeza de Vaca relatou essas aventuras em *Naufrágio*. Com sua nomeação, investiu 40 mil ducados de sua fortuna confiante na descoberta do misterioso rei branco, de suas cidades imponentes, templos e tesouros grandiosos. O relato dessa segunda aventura foi publicado, em 1555, com o nome de *Comentários*, o qual se analisa a seguir.

O sujeito do discurso

O ano é 1541, não há consenso entre Portugal e Espanha sobre os limites de suas posses. Para os primeiros, a linha de Tordesilhas passa pelo sul da ilha de Santa Catarina, à altura de Laguna e, para os segundos, a divisa se situa muito mais ao norte, na capitania de São Vicente. Somam-se a esse problema político-administrativo, os itens contratuais de Cabeza de Vaca com a Coroa espanhola. Esses itens determinavam que, se o novo *adelantado* se saísse bem dessa segunda aventura, teria direito a nomear seu sucessor e a posse de toda a colônia do Rio da Prata, com suas duzentas léguas de costa atlântica até o litoral de Santa Catarina. No entanto, se o sucessor do primeiro *adelantado*, reaparecesse, Cabeza de Vaca assumiria o lugar de seu preposto e ganharia, a

título de compensação, o governo e exploração, por doze anos, da ilha de Santa Catarina.

Pero Hernández, o relator, ocupava o lugar social de escrivão da expedição e do governo de Cabeza de Vaca; no entanto, seu relato se inseriu na sociedade e na cultura europeia como sendo de autoria de Cabeza de Vaca. O sujeito do discurso narra em terceira pessoa referindo-se a Cabeza de Vaca através do pronome *ele* ou do nome *governador*. Com relação à autoria dos relatos de viagem, Orlandi (1990, p. 108) observa que “[...] muitas vezes o relatado não era baseado na observação direta dos fatos, mas na obtenção de dados por fontes relatadas e não era escrito por quem ‘assinava’ como autor”. Para a autora, mesmo assim os produtos não perdiam a sua institucionalidade: eram considerados fidedignos e legítimos. Consideramos que a fidelidade e a legitimidade do relato em questão relevam também do fato de Pero Hernández ser escrivão; isto é, oficial que escreve documentos de fé pública. Os relatores “[...] muitas vezes nem conviveram com os índios ou viveram os fatos; contam o que lhes contavam as fontes”, escreve Orlandi (*idem*, 108). Daí a referência a ritos de antropofagia que duravam meses e que iam desde o aprisionamento e a engorda até a matança da vítima possam ter sido descritos através de paráfrases em tantos relatos de viagem, como forma de reiterar sentidos já produzidos. No relato em análise, é assim discursivizado:

Essa nação dos guaranis fala uma linguagem que é conhecida por todas as outras castas da província e come carne humana de todas as outras nações que têm por inimigas. Quando capturam um inimigo na guerra trazem-no para seu povoado e fazem com ele grandes festas e regozijos, dançando e cantando, o que dura até que ele esteja gordo, no ponto de ser abatido (CABEZA DE VACA, [1555], 2003: 144).

Nas primeiras linhas da sequência discursiva acima, a enunciação aproxima duas formas

verbais: fala e come. O complemento de cada uma dessas formas faz parte do conhecimento sobre o Novo Mundo, reitera sentidos já produzidos, mas a aproximação das duas acentua a diferença entre o observador europeu e seu objeto discursivo, os guaranis. Esses são descritos como sujeitos que dominam a língua de comunicação entre as diferentes castas e comem seus inimigos de guerra. A referência à linguagem, ao mesmo tempo em que humaniza o indígena, justifica a aliança que busca o colonizador frente ao leitor europeu.

Os guaranis estavam imersos num mundo em que as forças da natureza exerciam um importante papel. Estes praticavam a antropofagia como culto mágico em que a divisão e distribuição das partes do corpo entre o grupo fortalecia, ao mesmo tempo, presentificava temas como o do sacrifício, da identificação e da comunhão. O ritual conduzido pelo Pajé convocava as forças da natureza para o êxito de suas colheitas e de suas guerras. O europeu ao pensá-lo como ritual que fazia parte da religiosidade dos índios guaranis, tentou por isso mesmo apagá-lo como tal e dar início à circulação de determinados enunciados. Daí a referência ao canibalismo ser uma convenção dos relatos de viagem e constituir momentos peculiarmente potentes para a identificação das relações de contato e para o estabelecimento dos termos da representação do outro.

O sujeito cordial

Na representação do outro, a primeira leitura dos recortes a seguir ressalta a cordialidade, a hospitalidade das numerosas aldeias de guaranis e a fartura de alimentos que o *adelantado* encontra na sua entrada pela terra. O que se constituiu neste relato foi o papel de senhor das terras percorridas e daqueles que ocupavam a terra, mas não eram seus donos:

Chegaram a três povoados de índios, situa

dos muito próximos um do outro, cujos senhores principais se chamavam Añiriri, Cipoyay e Ticanguanzu. Quando esses índios souberam de sua chegada saíram para recebê-los, carregados de muitos mantimentos e muito alegres, demonstrando grande prazer com sua vinda. De sua parte, o governador também os recebeu com grande prazer e amizade e, além de pagar-lhes o preço que valiam, deu aos índios principais muitos presentes, inclusive camisas, o que os deixou muito contentes. Esses índios pertencem a tribo dos guaranis, são lavradores que semeiam o milho e a mandioca duas vezes por ano, criam galinhas e patos da mesma maneira que nós na Espanha, possuem muitos papagaios, ocupam uma grande extensão de terra e falam uma só língua (CABEZA DE VACA, [1555], 2003: 129).

Era impressionante ver o medo que aqueles índios tinham dos cavalos. Para que os cristãos a cavalo não os ameaçassem, eles logo procuravam dar-lhes galinha, mel e outras coisas de comer. [...] os cristãos e os cavalos eram personagens estranhos por aquelas terras (idem, 131).

Ao nomear os sujeitos para atribuir-lhes acontecimentos, tornam-se mais determináveis as referências. Nomear – *Añiriri, Cipoyay, Ticanguanzu* – é determinar o desconhecido familiar, atribuir um acontecimento, determinar-lhe o complemento é estabilizar o sentido que poderia ser outro, é uma forma de evitar a fuga de sentidos. Uma vez estabilizado, o sentido é governado pela reciprocidade, pela idealização das relações entre viajantes e guaranis. Desse modo, os guaranis foram descritos no seu modo de servir e o governador no seu modo de pagar pelos serviços. Os guaranis formavam um todo homogêneo. Como um todo, falava a mesma língua e ocupava a terra, língua que o sujeito do discurso estabiliza na escrita e se apossa ao nomear os principais. Os encontros com os dirigentes locais, que formam os elementos básicos do processo discursivo, são negociações apenas, nas quais o governador procura assegurar sua sobrevivência e salvo-conduto em troca da oferta de bens ou tesouros europeus. Não obstante, além dessas iscas, tinham outro trunfo: “[...] o medo que aqueles índios tinham dos cavalos”. O conhecimento – cristãos a cavalo – não foi descrito pelo europeu como

mudança histórica na forma de vida guarani, mas como ausência e lacuna.

O homem desnaturado

Acristandade estava acostumada ao encontro e ao domínio dos outros; Cabeça de Vaca, por sua vez, era um explorador experiente conhecedor do trato com civilizações desconhecidas. O sujeito do discurso identifica-se na formação discursiva latente, como se pode observar nos recortes a seguir:

[...] à medida que [o governador] avançava, era cada vez maior a acolhida dos índios guaranis, pois corria de boca em boca o bom tratamento que a todos o governador dispensava e as muitas dádivas que a todos concedia. Era comum, portanto, os índios irem à frente abrindo caminho [...]. Quanto mais perto chegava tanto maior era a recepção, com mulheres e crianças se colocando em fila para oferecer vinho de milho, pão, pescado, batata, galinha, mel, veado e muitas outras coisas, que repartiam graciosamente e, depois, em sinal de paz, levavam em mãos para o céu (CABEZA DE VACA, [1555], 2003: 140).

O enorme batalhão de índios que os seguia se estendia por mais de uma légua, garbosamente formado, com todos os índios marchando ordenadamente, exibindo suas plumagens e pinturas, bem como seus arcos e flechas ornamentados. Depois deles no corpo de batalha, seguiam o governador com sua gente a cavalo, e logo a infantaria dos espanhóis, com os arcabuzeiros e balisteiros. Vinham a seguir as mulheres, que carregavam a munição e os mantimentos dos espanhóis, já que os índios levavam seus mantimentos em meio a seu próprio batalhão. (idem, 152-153).

O guarani discursivizado dispõe naturalmente a servir Cabeza de Vaca, descrito fisicamente quando em esquadrão, em fila ou no corpo da batalha sempre numerosos abrindo o caminho na paz ou na guerra com seus arcos e flechas. As mulheres na paz oferecem “vinho de milho, pão, pescado, batata, galinha, mel, veado e muitas outras coisas” e, na guerra, “carregavam a munição e os mantimentos dos espanhóis”. O governador, por sua vez, dispensa a todos bom tratamento, possui sua gente, os espanhóis, esses formam a infantaria, determinados com

arcabuzeiros, balisteiros e a cavalo. Os guaranis são os outros; isto é, gente de ninguém. Os homens guaranis serviam de ponta de lança e as mulheres guaranis, de animais de carga.

Paradoxalmente, os indígenas vão se tornando visíveis; isto é, os referentes ganham visibilidade, ao mesmo tempo vão sendo apagados porque determinados por outro. Assim os sujeitos são constituídos: o guarani como servidor voluntário e Cabeça de Vaca como governador. O governante das terras, em nome da Coroa espanhola, assume seu papel e recebe os guaranis que encontra pelo caminho com amabilidade, distribuindo favores e bloqueando direitos, pagando o preço justo pelos alimentos, comportando-se como um senhor diante de seus vassalos. A operação ideológica legitimadora do direito natural do senhor sobre seus servos, parte da idéia de que Deus, como legislador supremo, ordena hierarquicamente os seres segundo sua perfeição e grau de poder, e determina as obrigações de mando e de obediência entre esses graus, em que o superior comanda e subordina o inferior, o qual naturalmente lhe deve obediência.

A lei natural

Os indígenas eram incapacitados para se reger por si mesmos, para exercer a soberania e administrar seus domínios. Por este motivo, deveriam ser submetidos por outros povos de um nível cultural superior, as nações polidas do mundo. Era justo, normal e de acordo com a lei natural que todos os homens probos, inteligentes, virtuosos e humanos dominassem todos os que não possuíssem essas virtudes. Sepúlveda ([1549], 1996) argumentava com base na lei natural que:

Assim são as nações bárbaras e desumanas, estranhas à vida civil e aos costumes pacíficos. E sempre será justo e de acordo com o direito natural que essas pessoas sejam submetidas ao império de príncipes e de nações mais cultivadas e humanas, de modo que graças à virtude dos últimos e à prudência

de suas leis, eles abandonam a barbárie e se adaptam a uma vida mais humana e ao culto da virtude. E se recusam o império, é permissível impô-lo por meio de armas e tal guerra será justa, assim como o declara o direito natural. (SEPÚLVEDA, [1549], 1996: 23)

Mais tarde, em 1550, Juan Ginés Sepúlveda em debate com Bartolomé de Las Casas defende a tese da servidão voluntária, segundo a qual a liberdade é uma “facultas da vontade humana”, isto é, um poder escolher, um poder agir, um poder fazer ou não fazer, sendo uma faculdade, é alienável, isto é, intransferível voluntariamente para um outro, de sorte que a servidão, sendo voluntária, não é injusta, ilegal ou ilegítima. Dois anos antes, o jovem La Boétie ([1548], 1997, p. 27) definia servidão voluntária como um vício monstruoso que a natureza nega ter criado e a língua recusa por nome. Vício das sociedades divididas que consiste em um número infinito de pessoas não só a obedecer mas a servir e ainda por cima querer fazê-lo. Nas palavras de La Boétie ([1548], 1997):

[...] se acaso nascessem gente completamente novas, que não estivessem acostumadas à sujeição nem soubessem o que é a liberdade, que tudo ignorassem sobre uma e outra coisa, incluindo os nomes, e lhes fosse dado a escolher entre o serem sujeitas ou viverem livres, qual seria a escolha delas? Uma coisa é certa, porém: os homens, enquanto neles houver algo de humano, só se deixam subjugar se foram forçados ou enganados (LA BOÉTIE, [1548], 1997: 30-31).

Nesse sentido, “[...] não importa discutir se a liberdade é natural, provado como está ser a escravidão uma ofensa para quem sofre”, escreve La Boétie (idem, 27). Para Clastres (1997, p. 64-65) esse autor “[...] transcende toda a história conhecida para dizer: outra coisa é possível”. O que ele descobre resvalando assim para fora da história, é isto de ser histórica a sociedade onde o povo sente o desejo de servir; de ter data de nascimento e de algo, seguramente ter ocorrido para, partindo da liberdade, os homens caírem na servidão. Nessa queda da sociedade na submissão voluntária de quase todos a um só, reside o sinal

de uma perda humilhante porventura irreversível: o homem novo, produto do infortúnio, este ser, difícil de nomear, é o homem desnaturado.

Para Clastres (1997, p. 69), os selvagens de antes da civilização, os povos de antes da escrita, as sociedades de antes da história: “[...] são seguramente as chamadas sociedades primitivas, primordiais por se desenvolverem na ignorância da divisão, primeiras por existirem antes do fatal infortúnio”. Entendemos que existe uma relação entre o corpo sem discurso, desnudo e a força de trabalho desenraizada, despojada e disponível, que os colonializadores europeus tão desumanamente e incansavelmente lutaram para criar em suas bases no exterior. O estado de natureza primal emerge como um estado relacionado à perspectiva de intervenção transformadora por parte da Europa: um vasto projeto de colonização e escravização. No entanto, a palavra que idealiza as relações entre os guaranis e Cabeça de Vaca e sua gente é hospitalidade.

Palavras finais

Entendemos que o sujeito e o sentido se constituem mutuamente no discurso e essa constituição pressupõe uma tomada de posição por parte do sujeito em relação a formação discursiva dominante. As sequências discursivas recortadas no relato de Pero Hernades dão a conhecer o discurso do governador – Cabeza de Vaca –, ao atribuir ao outro o trato com o guarani, ao usar o pronome ele e o nome governador. O sujeito do discurso constitui representações de tomadas de posição do sujeito governador, posições que o constituem identificado à formação discursiva mercantilista-capitalista. A partir da constituição do outro como servidor voluntário foi constituído o sujeito governador-justo, fundando o discurso que idealiza a relação governador e governado pautado pela hospitalidade guarani. O sujeito

governador identificando à formação discursiva que estava latente ao constituir o guarani como servidor voluntário funda sentidos sobre o outro, dá início à ritualização e à circulação de determinados enunciados, evitando assim a fuga de sentidos.

O sujeito do discurso constituiu o guarani como canibal, ocupante de uma grande extensão de terra e falante de uma mesma língua, como um sujeito coletivo, uma massa homogênea servidora. Esse discurso funda os efeitos de sentido do guarani no projeto colonial como ponta de lança e como mão de obra da colonização espanhola. Redundância, descontinuidade e irrealidade, são algumas das principais coordenadas para constituir o outro com neutralidade e cega repetição. Institucionalização do discurso sobre um mundo sem fé, sem lei, sem rei, sem propriedade privada. Nessa perspectiva, o procedimento discursivo do outro que nos conta é a constituição do imaginário necessário para a formação de um país; para concretizá-lo como um projeto, constitui-lo, na sua especificidade, como objeto simbólico. Sentidos podem ser fundados lá onde outros estão instalados, atualiza-se a propriedade que reside na invenção de uma nova tradição, resignifica-se o que veio antes e institui uma memória outra.

O outro que nos conta lança seu olhar a novos lugares, a terras novamente e novamente descobertas, que os levam a descobrir e a controlar a diferença. O que importa aqui está na extensão e na intensidade das novas experiências, de um sentido que se move paralelo a tudo que se oferece de verdadeiramente novo: novos mitos, novo homem, novas promessas de riquezas. A ambiguidade dos caminhos e o verossímil dos discursos unem-se ao silenciamento da alteridade.

Referências

CABEZA DE VACA, Álvaro Núñez. Comentários. In NOVAES, A. org. **Naufrações e Comentários**.

Porto Alegre: LP&M, 2003.

CLASTRES, Pierre. Liberdade, Infortúnio, Inominável. In **Discurso sobre a servidão voluntária**. Trad. e Pref. Manuel João Gomes. Lisboa: Antígona, 1997.

LA BOÉTIE, Étienne [1548]. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Trad. e Pref. Manuel João Gomes. Lisboa: Antígona, 1997.

NOVAES Adauto. A Outra Margem do Ocidente. In **A Outra Margem do Ocidente**. Org. Adauto Novaes. São Paulo. Companhia das Letras, 1999, p. 7-14.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. **Discurso e Leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. **Terra à vista**: Discurso do confronto, velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos Sentidos**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à formação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi e outros. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

SEPÚLVEDA, Juan Ginés de [1549?]. Resposta ao Brevíssimo Relatório. In **O Paraíso Destruido**. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.

_____. **Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los índios**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

Artigo enviado em: 22/05/2012

Aceito em: 10/06/2012

A construção da identidade de grupo na colônia Entre Rios: práticas de letramento na Educação Infantil

p. 13 - 22

Adriana Dalla Vecchia¹

Letícia Fraga²

Resumo

Este estudo vincula-se a uma pesquisa mais ampla que investiga como se estabelecem as políticas linguísticas na região bilíngue português/alemão de Entre Rios, Guarapuava/PR. Neste trabalho, demonstramos que as práticas de letramento na Educação Infantil levam as crianças à consciência de uma unidade, necessária para a construção de uma identidade étnica que o diferencie dos brasileiros. Nesse sentido, demonstramos como as identidades são construídas e negociadas na interação em sala de aula por meio da mediação do professor durante as práticas de letramento. Partimos das discussões de Calvet (2002 e 2007), Rajagopalan (2008) e Kleiman (1995).

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. Bilinguismo. Letramento. Identidade.

The construction of identity of group on the Colônia Entre Rios: literacy practice in the early childhood education

Abstract

This study links to a broader study that investigates how language policies are established in the bilingual Portuguese / German region of Entre Rios, Guarapuava / Paraná and also intends to investigate the language teaching in the school community as a result of these language policies. In this paper, we demonstrate that literacy practices, during early childhood education, takes the kids to a unity conscience, necessary for the construction of an ethnic identity that differentiates the Brazilians and literacy is one of the factors that contribute to this construction. We bring to the discussion Calvet (2002 and 2007), Rajagopalan (2008) and Kleiman (1995).

Key-words: Language policies. Bilingualism. Literacy. Identity.

Introdução

Este trabalho está vinculado a uma pesquisa mais ampla que investiga como se estabelecem as políticas linguísticas na região bilíngue português/alemão de Entre Rios, Guarapuava/Paraná e

também se propõe averiguar como se dá o ensino de língua na escola da comunidade a partir dessas políticas linguísticas.

Neste momento, no entanto, demonstramos que um dos aspectos atuantes na construção da identidade de grupo pretendida pelo grupo

1 Mestranda em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora colaboradora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: adriana_dallavecchia@yahoo.com.br

2 Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora adjunta e Coordenadora do Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: leticiafraga@gmail.com

linguístico é o letramento em língua alemã iniciado no jardim de infância que, além de estimular as crianças a preservarem a cultura e a língua alemã, incentiva-as a continuarem a estudar a língua ao longo da Educação Básica vindo, nesse processo, uma necessidade. Discutimos ainda sobre como as identidades são construídas e negociadas durante a interação em sala de aula por meio da mediação do professor durante as práticas de letramento.

Este estudo, ao enfatizar a construção identitária via letramento em uma comunidade de imigrantes alemães do interior do Paraná, contribui para se delinear as práticas linguísticas onde a língua oficial do Brasil não tem tanto valor, além disso, procura demonstrar como o grupo linguístico adota políticas linguísticas que atendem melhor as próprias necessidades e desejos.

O trabalho apoia-se nas discussões de Calvet (2007, 2002), Rajagopalan (2008), Kleiman (1995), Soares (1999 e 2004) e Rojo (2002), além de Stein (2011), Elfes (1971) e com o levantamento de dados feito *in loco*.

Colônia Entre Rios: para uma contextualização

A colônia Entre Rios foi fundada em 1950 e tem semelhanças com outras colônias de imigração alemã, mas é única justamente pela forma como os imigrantes chegaram ao Brasil e pelo modo como tem se expandido e se desenvolvido desde os primeiros dias de existência até a atualidade.

Desde a chegada dos Suábios na região de Guarapuava, houve uma preocupação do grupo com a educação das crianças. Então, em princípio, havia pequenas escolas estaduais em cada uma das comunidades que compõem a Colônia Entre Rios: Samambaia, Jordãozinho, Vitória, Cachoeira e Socorro. No entanto, em 1968, a Cooperativa

Agrária Mista de Entre Rios fundou a Associação de Educação Agrícola Entre Rios que “assumiu a coordenação e a centralização do sistema educacional e cultural em Entre Rios”³. Foi, então, que o Colégio Imperatriz Dona Leopoldina surgiu para atender às necessidades educacionais dos imigrantes suábios e é mantido pela Associação de Educação Agrícola Entre Rios.

A instituição nasceu como instrumento de resistência à assimilação cultural, buscando manter a língua e a cultura dos suábios. É pertinente ressaltar, por outro lado, que, apesar de essa ser a função do Colégio, este não se responsabiliza pelo ensino da variedade local de alemão, pois, de acordo com as informações dadas pela equipe pedagógica, prioriza-se o ensino do alemão padrão, que rememora a língua oficial da Alemanha, idioma que muitas crianças, ao chegarem à escola, desconhecem tanto quanto o português uma vez que usam em casa a variedade de alemão, denominada pelos colonos de *suábio* (Cf. STEIN, 2011).

Isso nos mostra que, primeiro, a comunidade está dentro da escola via Associação de Educação Agrícola de Entre Rios e que, por meio desta, toma as decisões na instituição escolar; segundo, as escolhas linguísticas da comunidade direcionam o trabalho com línguas na escola: a variedade de alemão falada pelos suábios, em relação ao alemão padrão, perde em termos de prestígio, ou seja, conforme alertam as professoras participantes da pesquisa⁴, o alemão é conhecido mundialmente e tem *status* de língua, a variedade não. Segundo informações da equipe pedagógica, os educandos estudam o alemão padrão durante toda a Educação Básica no Colégio Imperatriz e, ao longo de sua formação, fazem exames que vêm prontos, direto da Alemanha, reconhecidos internacionalmente para certificarem proficientes na língua alemã.

3 Disponível em: <http://www.colegioimperatriz.net.br/historico.asp> Acesso em 17 de julho de 2011

4 LF1 Entrevista concedida em 14 de outubro 2011./LF2 Entrevista concedida em 21 de outubro de 2011.

O Colégio Imperatriz como tem um grande compromisso em ensinar a língua alemã de modo que os alunos tenham desempenho satisfatório nos exames citados acima, empenha-se desde a educação infantil, que atende crianças de dois anos em diante, para que esse objetivo seja alcançado. Desse modo, as crianças têm contato com a língua alemã padrão já no primeiro dia de aula na escola, tendo em vista que são falantes nativos de suábio – variedade de língua característica da colônia – e/ou de português. Essas informações podem ser observadas no Projeto Político Pedagógico da escola no que se refere ao núcleo de língua alemã. Cabe salientar, neste ponto, que a cada ano o número de falantes de língua portuguesa cresce, segundo informações da equipe pedagógica, reduzindo o uso do suábio na comunidade e, por extensão, na escola.

O trabalho com a língua alemã, nessa fase da educação na escola, é desenvolvido de forma lúdica, a partir da qual os professores promovem brincadeiras e jogos, utilizando-se de músicas, imagens e brinquedos para construir um ambiente favorável para aprendizagem. Segundo a professora que atua nessa etapa, objetiva-se introduzir a língua alemã de maneira que as crianças apreendam um vocabulário satisfatório que lhes dê suporte para a fase de aprendizado mais avançado na língua, que vai ocorrer da primeira série em diante, além de propiciar-lhes o desenvolvimento de conhecimentos do nível básico da língua estrangeira. Isso pode ser observado na fala abaixo transcrita.

a minha parte no *Kindergarten* ((jardim de infância)) é introduzir a língua alemã bem como ahm... motivá-los ((os alunos)) a gostar do/da língua né... e:: aí o que que eu faço? Eu trabalho muito com brincadeiras jogos que é a forma que se deve trabalhar com criança pequena né... cê não vai ter uma aula assim:... normal em sala de aula... não estou falando sobre... ahm... palavras que eles devem trabalhar ou então textos que eu devo ler pra

eles, mas você vai brincar com as palavras... então a::... é::... é:: eu acho que é assim é uma aula diferenciada pro/pra educação infantil... eles/ eles aprendem e nem percebem que tão aprendendo né... é sempre por meio de jogos brincadeiras ima::gens... ahm::... é dessa forma que eu trabalho [...] O objetivo ali ((*Kindergarten*)) é::... *Wortschatz* que seriam o/o:: vocabulário que eles aprendam bastante vocabulário pra que eles possam mais tarde... ahm::: usá-lo né... ((a importância dessa fase é)) que eles saiam da educação infantil gostando de alemão que eles sintam prazer em estudar a língua. (LF1)

Esse trabalho ainda é fundamental para incentivar os alunos a gostarem do alemão e irem para os outros níveis de educação com vontade de aprender mais, sabendo também que a variedade de língua deve restringir-se apenas aos contatos informais e que deve ser mantido como língua de cultura. A condução desse trabalho, segundo entrevista concedida à pesquisadora por uma das professoras de alemão⁵, é apoiada pela Cooperativa Agrária, tendo em vista que os alunos do colégio são funcionários em potencial da empresa e, por isso, devem saber interagir em alemão devido os contatos pela empresa com a Alemanha.

Políticas linguísticas e o ambiente bilíngue

Pensar políticas linguísticas é considerar a relação língua e sociedade, então “[d]iferentemente da ciência da linguagem, a Linguística, que se preocupa com os ‘fatos’ da linguagem, a política linguística se dirige à percepção dos fatos” (RAJAGOPALAN, 2008, p.19) e a como os usos das línguas são estabelecidos ou impostos às sociedades.

A respeito das políticas linguísticas, Calvet afirma que elas “[...] estão em ação em todo o mundo, sempre acompanhando movimentos políticos e sociais, e a mudança linguística vem reforçar a emergência de nações e suas (sic) coesão ou, ao contrário, a divisão de alguns países

5 LF1. Entrevista concedida em 14 de outubro.

em novas entidades políticas” (CALVET, 2007, p. 157). Nesse sentido, observa-se que esse fenômeno trata da relação existente entre as línguas e as sociedades, demonstrando que entre elas existem laços estreitos, no sentido de que as condições sociais extralinguísticas, muitas vezes, determinam como será o uso das línguas e variedades de línguas em determinada comunidade.

Nessa perspectiva, considera-se que política linguística faz alusão a um “[...] conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua (s) e vida social, e planejamento linguístico a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato” (CALVET, 2002, 145), ou seja, questões que, segundo Rajagopalan (op. cit.) envolvem interferência proposital no destino de uma língua ou várias línguas.

Num ambiente linguístico, podem ocorrer dois tipos de gestão do pluringuismo: um que procede das práticas sociais e outro da intervenção sobre essas práticas. No primeiro caso, denominado *in vivo*, trata-se das políticas linguísticas que são produto de uma prática social em resposta às necessidades sociais, ou seja, refere-se à organização do uso de diferentes línguas feita pela própria comunidade plurilíngue. No outro caso, tem-se a abordagem do poder a partir da qual o Estado, por meio de estudos feitos por linguistas, altera o uso ou o *status* das línguas presentes no território (CALVET, 2007, 2002).

Para o mesmo autor, a abordagem dos problemas do pluringuismo que, em geral, se sobressai é a do poder, *in vitro*, a partir da qual “[...] os linguistas analisam as situações e as línguas, as descrevem, levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, propostas para solucionar os problemas e, em seguida, os políticos estudam essas hipóteses e propostas, fazem escolhas, as aplicam”. Segundo Calvet, “[...] essas duas abordagens são extremamente diferentes e suas relações podem, às vezes, ser conflituosas se as

escolhas *in vitro* forem no contrapé da gestão *in vivo* ou dos sentimentos linguísticos dos falantes” (op. cit., p. 70).

A política linguística entendida dessa forma, então, tem o seu correspondente prático, planejamento linguístico, para que as ações pensadas *in vitro* se efetivem na comunidade. Esse processo conta, sobretudo, com instrumentalização das línguas para que as escolhas linguísticas sejam postas em prática. Dessa forma, “[o] planejamento linguístico agirá sobre o ambiente, para intervir no peso das línguas, na sua presença simbólica” (op. cit., p. 73). Essa atuação das decisões linguísticas, invariavelmente, incide na construção identitária do povo porque, em geral, determinam o valor de uma ou outra língua em detrimento de outra. A assimetria, nesse espaço de construção, parece inevitável, pois, mesmo que ação parta do que ocorre *in vivo*, existe uma língua que é legitimada e outra não, como se observa na reflexão de Calvet.

[A] ação *in vitro* utiliza os meios da ação *in vivo*, inspira-se nela, mesmo que dela se diferencie ligeiramente. Entre a prática espontânea de um açougueiro norte-africano que afixa em seu estabelecimento em Paris a sua razão social em árabe, por exemplo, e a intervenção dos poderes públicos exigindo que essa razão seja também indicada em francês, que ela seja então traduzida, pode-se observar aí a vontade de manifestar uma identidade sobre a língua (neste caso, uma língua escrita) e duas abordagens diferentes dessa busca identitária: uma passando pelos comportamentos espontâneos e outra pela intervenção da lei (CALVET, 2007, p. 73).

A elaboração de uma política linguística pode se dar sem a intervenção do Estado, isto é, não importa o grupo que pensar o processo ou decidir sobre a/as língua/s que terão espaço em sua comunidade, a questão que se impõe é quanto ao planejamento, este em geral é realizado pelo Estado o qual tem o poder e os meios de “[...] pôr em prática suas escolhas políticas” (CALVET, 2002, p.146). Isso não quer dizer, no entanto, que as políticas não abranjam entidades menores que o Estado ou que transcendam fronteiras (francofonia, lusofonia entre outras), como afirma

o próprio Calvet (2007 e 2002).

Considerando as ações sobre as línguas em ambientes plurilíngues, observa-se que os Estados acabam promovendo uma ou outra língua que antes era dominada ou então retira o *status* desfrutado. Assim, altera-se não somente o *status* como também as funções sociais das línguas em presença. Segundo Calvet,

[a] partir do momento em que o Estado [ou estrutura similar, no caso da colônia em questão a direção da cooperativa e demais setores ligados ao poder no espaço] se preocupa em administrar sua situação linguística, apresenta-se o problema de saber de que meios ele dispõe para isso (CALVET, 2007, p. 61).

Um desses meios é a escrita que, segundo Higounet (2003), tornou-se um elemento de unidade em oposição à oralidade entendida, ao longo da evolução dos povos, como um elemento de dispersão. Para o autor, os indivíduos de uma nação imprimem na escrita sua personalidade: “[e]las [as escritas] revelam, às vezes buscando dissimulá-los, alguns traços de seu [daquele que valoriza a escrita] caráter. Aliás, as aspirações íntimas, os sentimentos e o caráter de cada indivíduo [e de um povo] se encerram em alguma medida na escrita.” (HIGOUNET, 2003, p. 169).

Calvet considera “[...] a escrita como um fato social e, como tal, ligado aos fenômenos do poder” e que serviu e serve, muitas vezes, para rebaixar o outro. Nesse sentido, a escrita passa a ser “[...] uma das armas da exploração do homem pelo homem e os processos de alfabetização [por exemplo] como um retrocesso, pois eles introduzem o homem livre no estado da servidão”. O poder mencionado aqui é constituído nas práticas políticas sociais e, a partir destas, têm-se línguas de poder que “[...] constituem chaves sociais, vias de passagem obrigatória” para o acesso ao poder mesmo (CALVET, 2011, p. 129).

Ampliaremos essa discussão no próximo tópico, associando a aquisição da escrita como

instrumento de acesso ao poder à práticas de letramento, estas que se referem a um conjunto de práticas sociais baseadas na escrita, como sistema simbólico, e como tecnologia, em contextos específicos, a fim de alcançar objetivos específicos (KLEIMAN, 1995), no caso da colônia Entre Rios promover a língua alemã e atuar sobre a identidade dos colonos e descendentes.

Práticas de letramento: políticas linguísticas e construção de identidades

Sendo a escrita uma forma de poder que atua diretamente sobre a construção de identidades, entende-se que as práticas em sala de aula em prol da aquisição da escrita acabam manifestando os aspectos ideológicos que constituem o discurso de um povo. Segundo Kleiman (1995), essa prática é vista por vários estudiosos como maneiras de estruturação discursiva que afetam a relação indivíduo-mundo, possibilitando a manifestação de aspectos ideológicos socialmente determinados e confirmando as estruturas de participação social.

Para Soares (1999), o letramento é visto, em geral, como um instrumento utilizado com o objetivo de manter as práticas e relações sociais correntes, acomodando as pessoas às condições vigentes (SOARES, 2004). Ou seja, a partir dessa perspectiva, o ser letrado estará apto para atuar nessas determinadas práticas sociais, assim a autonomia do indivíduo é relativa, pois ele será autônomo dentro dos limites impostos socialmente. Essa visão é ampliada por Pennycook (2001) que propõe o letramento crítico o qual, no nosso caso, não será abordado tendo em vista que a prática em análise visivelmente tem função de veiculação da ideologia dominante no espaço social em questão e não vai, necessariamente, em direção à construção da autonomia do alunado.

Segundo Kleiman, o modelo ideológico de letramento, “[...] que afirma que as práticas de

letramento, no plural, são social e culturalmente determinadas, e, como tal, os significados específicos que a escrita assume para um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida” (KLEIMAN, 2008, p. 21). Nesse sentido, é preciso compreender essas práticas “[...] em relação às estruturas culturais e de poder que o contexto de aquisição da escrita na escola representa” (*op. cit.*, p. 39).

Pensando nessa configuração, a escola é o local onde os eventos de letramento têm maior espaço e é lá que a criança é iniciada em novas maneiras de falar sobre o mundo e está sujeita à ordem social vigente. O ser letrado em práticas específicas de língua ganha um novo valor que acaba motivando a aprendizagem a depender da linha seguida pela escola. Quanto a isso, Signorini pondera que

[o] fator letramento [...] tende a ser visto como uma credencial para o sucesso nas várias formas de ação na comunidade através da linguagem e, por conseguinte, nas várias formas ‘civilizadas’, ou legítimas, de exercício do poder e de controle sobre situações e indivíduos (SGNORINI, 2008, p. 162).

Nesse sentido, considera-se que, no caso do Colégio Imperatriz, iniciam-se as práticas de letramento na língua alemã na educação infantil, demonstrando às crianças as escolhas linguísticas feitas pelo grupo e, dessa forma, legitimando a língua alemã padrão em detrimento da variedade de língua utilizada pelos suábios e também do português – este é ensinado como língua materna, mas não é o foco da instituição de ensino. Essas escolhas deflagram as relações de poder existentes na Colônia que atribuem maior valor a uma língua e, portanto, a um povo – o alemão – do que a outro. Nesse jogo, os próprios suábios são colocados em um papel de dominação em relação ao povo alemão, pois este é representante da civilização.

A Educação infantil e o letramento ideológico: identidade étnica em construção

Honório (2009), ao falar sobre a soberania da língua portuguesa oficial – irrealizável na prática, observa que a língua imaginária, ou seja, aquela legitimada como oficial ou como a língua do poder, no caso de Entre Rios, garante o *status* de civilizado ao sujeito. Nesse sentido, ao buscar se adequar ao padrão de escrita e fala alemão, o grupo suábio parece buscar uma identificação com o primeiro mundo, considerando, inconscientemente talvez, que ser alemão ou identificar-se com essa cultura é aproximar-se do ideal de civilização mantido no imaginário da população como se pode inferir a partir de Fiori (2003).

No caso da colônia em questão, observa-se que a norma não se relaciona com a identidade e a língua nacionais e, sim, com a identidade suábica e a língua alemã – língua que originalmente não representa a identidade do grupo. Tendo em vista que a língua é um instrumento de poder (GNERRE, 2003), esse fato demonstra como as relações de poder na região têm seu centro desfocado do proposto pelo Estado e, nesse caso, o diferente é o brasileiro, falante nativo de português, não descendente de suábio.

A construção dessa identidade suábica é fruto de muito labor mesmo que internamente não seja unificada, trazendo traços da cultura e da identidade brasileiras, mas é defendida como. O objetivo dessa perspectiva é justamente criar uma ideia de unidade, ainda que ilusória como é, por exemplo, a identidade nacional, que, no entanto, represente o grupo. Para isso, esse povo recorre ao reforço da história da construção da colônia, mantendo um museu histórico suábio, um grupo folclórico e outros centros culturais responsáveis pela manutenção da identidade étnica do grupo e publicações que veiculam a história e reforçam

a identidade que se quer manter como o livro de Elfes (1971) e o jornal bilíngue que circula na comunidade sempre reportando aos imigrantes e à sua cultura (STEIN, 2011).

Nesse sentido, como sugere Ribeiro (*op. cit.*), “[...] parece haver, na maioria dos discursos [dos colonos, nesse caso], uma preocupação com o todo (como se esse todo pudesse ser entendido como algo harmonioso) [na tentativa de criar ou recuperar a identidade étnica]” (*op. cit.*, p. 48). Para Maher, “[...] como as identidades precisam e podem ser reinventadas, parece possível entender os discursos de afirmação (em favor do estranho/minorias) como estratégias de resistência em relação à assimilação do outro (estranho, minorias) numa dinâmica de relações já estabelecida” (*op. cit.*, p. 52).

Outra instituição que corrobora para esse cenário é a escola, tendo em vista que lá é possível enfatizar a língua alemã como língua meta. Cumpre observar, neste ponto, que a língua da escola não é a da comunidade, pois esta, em geral, fala uma variedade da língua alemã hibridizada com o português, apenas o português ou ainda os dois, mas não o alemão propriamente dito. Esse idioma é selecionado com vistas a manter o contato com a Alemanha encabeçada pela Agrária⁷.

Conforme um viés ideológico percebido na escolha das línguas a serem usadas e aprendidas na Colônia Entre Rios, o alemão tem sua materialidade legitimada, diferente da escrita na variedade de língua usada na região que, apesar de manifestar-se na modalidade escrita, não tem a mesma legitimidade que a língua alemã, pois não é reconhecida como língua pelos institutos organizadores de testes de proficiência na língua alemã. Nesse sentido, o sistema de escrita da variedade de língua é desvalorizado perante outra

língua que angaria reconhecimento internacional como tal, sendo, portanto, o que Bordieu (2008) chama de língua legitimada.

A variedade de língua alemã utilizada na colônia Entre Rios, o Suábio – conforme é denominado pelos colonos – não tem *status* de língua como apresentado acima, mas é aprendido como língua materna por parte dos descendentes e usado regularmente para situações variadas de interação. Por muito tempo, o suábio esteve presente na escola para a interação do dia-a-dia, ao mesmo tempo em que os alunos, falantes de suábio e/ou de português, aprendiam o alemão padrão como língua materna, conforme entrevista concedida por LF2, professora de alemão e coordenadora da área de alemão no Colégio Imperatriz⁸. Segundo a docente, até 2006 a escola trabalhou a língua alemã dessa forma, utilizando materiais advindos diretamente da Alemanha e que, portanto, conferiam ao alemão um tratamento de língua materna.

A professora conta que, dessa data em diante, a escola decidiu reformular o ensino de alemão, pois observava que havia muita dificuldade de aprendizado por parte dos alunos, tanto para os falantes nativos de suábio quanto para os de português. Então, foi o momento de passar a tratá-lo como língua estrangeira a fim de cumprir o objetivo da comunidade em relação à língua: tornar os alunos eficientes na interação em alemão para assumirem postos de trabalho na Cooperativa Agrária e/ou estudarem na Alemanha.

A partir da mudança de configuração do ensino de alemão, segundo as duas professoras entrevistadas LF1 e LF2, a língua passou a ser aprendida de forma mais competente e os índices de aprovação dos alunos nos testes de proficiência

6 CALVET, Louis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002

– que começam na sétima série – elevaram. Hoje o número de aprovação entre os alunos que participam é de 85% em média, conforme dado disponibilizado por LF2, constatando que os objetivos da comunidade estão se realizando. LF1 mostra-se bastante enfática com relação aos resultados conforme a fala transcrita abaixo:

a gente vai pra [...] concurso de leitura os alunos têm ganhado o primeiro lugar [...] a gente percebe que [...] das provas que são mandadas pelo consulado alemão [...] pelo governo alemão né [...] sempre 95% [...] 100% [...] 85% [...] 90% [...] em torno disso, nunca abaixo disso [...] os alunos têm aprovado nas provas né [...] então a gente vai aprimorando aos poucos e vai melhorando [...] tanto o papel do alemão na escola quanto o desempenho dos nossos alunos né [...] lá fora [...] porque pra: Agrária o alemão [...] a gente não pode esquecer que a nossa chefe o nosso chefe ali é a Agrária né [...] e a Agrária pede que os alunos saiam de lá ((Colégio)) sabendo fala [...] sabendo escreve alemão porque eles são uma empresa que fala alemão que/que tem contatos com a Alemanha né [...] então se os alunos saem de lá não sabendo falar o alemão [...] eles não têm chances na Agrária e não é isso [...] eles querem os filhos deles sabendo fala corretamente o alemão [...] sabendo escreve [...] sabendo se [...] ahm [...] interagi com uma pessoa alemã né [...] um alemão (LF1)

Nesse processo, observa-se que a língua alemã ocupa um espaço grande dentro da comunidade e o seu ensino está claramente ligado aos objetivos da comunidade de identificação com o país europeu, demonstrando que os colonos ainda são alemães. É, por outro lado, uma representação bastante complexa, tendo em vista que os imigrantes vieram de outros lugares que não a Alemanha. Além disso, a variedade de língua que utilizam, apesar de ter uma base alemã, está muito longe desta, pois os falantes nativos de suábio demonstram tanta dificuldade com o idioma alemão quanto os falantes nativos de português. Segundo as professoras entrevistadas, os falantes nativos de Suábio se sobressaem em relação aos falantes de português apenas na habilidade de compreensão oral do alemão, mas nas demais habilidades ambos os grupos apresentam os

mesmos problemas de compreensão.

A construção da identidade suábica, associada ao ensino de língua alemã tal como foi descrito acima, garante o valor desta língua dentro do grupo linguístico à medida que é imposta aos moradores por meio das práticas de letramento iniciadas na Educação Infantil. Retomando Kleiman (2008), observa-se que tais práticas têm, portanto, um viés ideológico, uma vez que vincula os objetivos sociais e valores culturalmente determinados para o ensino de língua. Esse processo não é visto aqui como negativo ou positivo, entende-se que faz parte das políticas sociais e linguísticas adotadas pelo grupo colocadas em prática as quais têm satisfeito as suas necessidades e desejos.

Considerações Finais

A partir da discussão acima e do andamento da pesquisa como um todo, constata-se que o grupo linguístico de origem alemã instalado na região de Guarapuava em prol da consolidação da colônia e de uma identidade étnica fortalecida, institui políticas de uso das línguas em contato no mesmo ambiente, tais políticas regulam e determinam o trabalho com línguas em sala de aula.

Para pôr em prática tais escolhas, portanto, a comunidade mobilizou estratégias de letramento escolar vinculado à aprendizagem de língua alemã que estão presentes na escola desde a educação infantil. No jardim de infância, então, as crianças têm contato com atividades de sensibilização para a aprendizagem de alemão que, além de aproximá-las da língua, preparam-nas para o aprendizado mais avançado na língua com a apreensão de vocabulário. É, nesse momento, também que os alunos, por meio do processo de letramento, entendem que a variedade de alemão que aprendem em casa é desprestigiada socialmente e,

por isso, deve restringir-se às práticas informais de interação.

Nesse sentido, as práticas sociais de escrita legitimadas como situadas e determinadas posicionam o processo de letramento em relação às instituições sociais e às relações de poder que as sustentam no grupo linguístico. A partir disso, observa-se que, apesar de a variedade de língua alemã ser corrente na comunidade, inclusive de maneira escrita, não é legitimada pelos membros da comunidade, os quais aderem à língua alemã padrão para contatos formais e profissionais. A inclusão, na escola, dessa língua que, no ambiente em questão, é minoritária, reflete uma política inversa a do Estado, que se sustenta enquanto estratégia de resistência à assimilação cultural e de identificação com o Estado Alemão.

As escolhas linguísticas, partindo dessa constatação, feitas pela comunidade reorganizam a sociedade local e a direcionam para um fim específico, contato com a Alemanha devido à identificação estabelecida por esse grupo com o povo do outro país. Além disso, elas mostram que os usos da linguagem não são neutros em referência às relações de poder na sociedade, são, por outro lado, determinados por tais relações.

Referências

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

CALVET, L. J. **Tradição oral e tradição escrita**. São Paulo: Parábola, 2011, p. 107-148.

_____. **As políticas linguísticas**. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola; IPOL, 2007.

_____. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São

Paulo: Parábola, 2002.

ELFES, A. **Suábios do Paraná**. Curitiba, PR: [s. n], 1971.

FIORI, N. A. (org.). **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: UFSC; Tubarão/SC: UNISUL, 2003.

HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2003.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramentos e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

MATOS e SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Editorial, 2004.

OLIVEIRA, G. M. **Línguas como patrimônio imaterial**. 2009. Disponível em: <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=281> Acesso: 16/02/2011.

PENNYCOOK, Alastair. **Critical applied linguistics: a critical introduction**. Mahwah, New Jersey and London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers LEA, 2001.

RAJAGOPALAN, K. **A política linguística e a política da linguística**. In: HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D (org.). **Língua Portuguesa, educação e mudança**. Rio de Janeiro: Europa, 2008.

RIBEIRO, A. A. Políticas linguísticas e preconceito. In: _____. **Políticas Linguísticas e/ou práticas de preconceito**. Tese de doutorado orientada por Kanavillil Rajagopalan. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s. n], 2006.

STEIN, M. **O oitavo dia: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-Pr**. Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

Entrevistas

LF1 Entrevista concedida em 14 de outubro 2011.

LF2 Entrevista concedida em 21 de outubro de 2011.

Artigo enviado em: 17/05/2012

Aceito em: 15/06/2012

A poesia de Gilka Machado: a volúpia dos sentidos

p. 23 - 30

Maria do Socorro Pinheiro¹

Resumo

O presente trabalho tem como foco central analisar os elementos que constituem a poesia de Gilka Machado, no âmbito da forma e do conteúdo, enfocando a temática do amor – espiritualizado e erotizado, a partir das sensações. A poesia de Gilka constrói-se dentro de uma gama de complexidade, perpassando os sentidos (visão, olfato, tato, audição, gustação) e apelo aos devaneios. Sua obra se caracteriza pela presença da natureza, pelos odores, pela variedade de cores, assumindo uma forma caleidoscópica que expressa simultaneamente misticismo e erotismo, purificação e sensualidade, vida e morte, silêncio e música, mistério e revelação.

Palavras-chaves: Poesia. Amor. Sentidos.

Gilka Machado's poetry: the voluptuousness of the senses

Abstract

This paper aims to analyze the elements that make up Gilka Machado's poetry, concerning its form and content and focusing on the main theme of spiritual and erotic love, beginning from sensations. Gilka Machado builds her poetry with a full range of complexities, spanning the senses (sight, smell, touch, hearing and taste) and reveries. Her work features the presence of nature, scents and colors, transforming itself into a kaleidoscope that simultaneously expresses mysticism and eroticism, purification and sensuality, life and death, silence and music, mystery and revelation.

Key words: Poetry. Love. Senses.

*"Sinto pelos no vento... É a Volúpia que passa,
flexuosa, a se roçar por sobre as cousas todas,
como uma gata errando em seu eterno cio".
(Gilka Machado)*

O contexto histórico e social do início do século XX apresentava uma sociedade fortemente patriarcalista. Quem ousaria destronar o reinado falocêntrico? A escrita feminina se voltava para coisas suaves, um texto bem comportado, controlado, marcado pelas interdições. Uma mulher não poderia falar determinadas expressões,

algo de escandaloso suscitaria ideias pecaminosas. Assumir um discurso não apenas sugestivo de desejos, mas revelador dos impulsos eróticos femininos notadamente seria uma atitude de rebeldia. Posto isso, só uma mulher muito ousada e corajosa falaria poeticamente dos desejos sensuais constituintes da alma feminina.

O cenário literário brasileiro despertou com a voz poética de Gilka Machado. Poeta que nasceu em 12 de março de 1893, no Rio de Janeiro (ano que inaugura o Simbolismo brasileiro) e faleceu

¹ Doutoranda em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professora Assistente da Faculdade de Educação Ciências e Letras de Iguatu (FECLI/UECE). E-mail: socorropinheiro2@hotmail.com

no dia 11 de dezembro de 1980. Pertencia a uma família de tradição artística. Desde cedo conviveu com gêneros artísticos diferentes e não tardou para manifestar, ainda menina, seu talento para poesia. Casou-se em 1910, com o poeta Rodolfo de Melo Machado, conhecido pelo meio artístico e cultural da época. Dessa união, o casal teve dois filhos: Hélios, um rapaz que morreu jovem e Eros Volússia, célebre bailarina.

Gilka Machado estreou com a obra *Cristais Partidos* em 1915, influenciada por alguns poetas, sobretudo, Hermes Fontes. Em 1917, publica *Estados d'alma*, obra que mostrou mais completamente a natureza do seu estro. Em seguida surgiram as obras *Mulher Nua*, 1922, *Meu Glorioso Pecado*, 1928, *Amores que mentiram e que passaram*, 1928, *Carne e Alma* 1931, *Sublimação*, 1938, *Meu Rosto* 1947 e *Sonetos y Poemas*, 1932. Sua poesia apresenta laivos do parnasianismo no tocante à forma e a espiritualidade do simbolismo, com nuances do ideal romântico.

Algumas autoras, como Nádia Gotlib (1982) e Nelly Novaes Coelho (2002) afirmam que Gilka foi uma das mais importantes vozes que bradou sobre os desejos eróticos e a força dos sentidos. Antes dela, aqui no Brasil, surgiram alguns poucos poetas como Gregório de Matos, Castro Alves, Olavo Bilac que esboçaram amostras da poesia do desejo. Não se tem conhecimento de que alguma mulher tenha surgido antes dela com uma temática provocante e sensual. Gilka instaurou esse momento em que o pudor se afasta para as volúpias do amor, lembrando um pouco o espírito libertário de Safo.

Pretendemos, neste trabalho, analisar os elementos poéticos constitutivos da poesia de Gilka Machado, no âmbito da forma e do conteúdo. Adentrar na forma de composição do signo poético e estudar sua estrutura, tecido de significante e de significado. Ela caminha na linha das sensações, adotando figuras imagísticas

que traduzem a sensualidade de seus versos. Há uma atmosfera poética de extremada beleza, um sentimento de pureza advinda da essência das coisas e, por outro lado, a voluptuosidade a florada, flutuante numa manifestação sugestiva de gozo “eis-me, lânguida e nua, / para volúpia tua” (MACHADO, 1991, p. 108).

Gilka Machado: uma tentativa de classificação

A poesia de Gilka Machado surgiu num período de transição, em que muitos poetas cultivavam suas aspirações impregnadas ainda de acentos espirituais, etéreos, intuitivos. Ela se insere no Simbolismo, na sua fase mais tardia. O movimento simbolista surgiu na França como reação à estética parnasiana, o primado do subjetivo sobre o objetivo. Dois movimentos que tiveram o mesmo berço, o primeiro volume do *Parnasse Contemporain* (1866), mas divergentes em seus elementos formais e ideológicos, como atesta Afrânio Coutinho (1997). O precursor do Simbolismo foi Charles Baudelaire, com seu livro *As flores do mal* (1857) e ao lado dele avultam figuras importantes como Verlaine, Mallarmé, Rimbaud.

Em Portugal, ainda no Realismo, autores como Antero de Quental, Cesário Verde, Gomes Leal e outros se inscreveram entre os antecipadores do Simbolismo Português. O movimento foi realmente inaugurado com *Oaristos* (1890), de Eugênio de Castro. No Brasil, o simbolismo ganhou força a partir de 1893 com as obras *Missal e Broquéis* de Cruz e Sousa, antes disso já havia rumores da nova estética, por meio de manifestos como a *Folha Popular*, do Rio de Janeiro, formado por volta de 1891. De acordo com Andrade Muricy (1973), o movimento se desenvolveu por meio de ondas sucessivas de gerações de autores, pertencentes às regiões do País. Tal movimento ideológico e poético, aqui no Brasil, se estendeu

até por volta de 1910, motivando alguns poetas parnasianos e mesmo autores da estética modernista.

Sobre a classificação da produção poética de Gilka Machado, críticos como Andrade Muricy (1973) inclui a poesia de Gilka no seu *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*, elevando-a à categoria de maior poetisa simbolista. Péricles Eugenio da Silva Ramos (1965) em *Poesia Simbolista - Antologia* a coloca na segunda geração simbolista ao lado de Hermes Fontes, Ernani Rosas, Raul de Leoni, Onestaldo de Pennafort e Rodrigo Otávio Filho. Na obra *Evolução da poesia brasileira*, Gilka aparece entre as poetizas do segundo parnasianismo, com “[...] personalidade de talento e, logo, personalidade de estilo, não sendo o seu manto de poetisa feito com os retalhos de muitas autoras” (GRIECO, 1947, p. 94).

No terreno da historiografia literária as alusões à obra de Gilka são concisas, como também os estudos. Em *A Literatura no Brasil* dirigida por Afrânio Coutinho (1997), Darci Damasceno lhe dedica um minúsculo parágrafo, relatando ser a poesia de Gilka um reflexo simbolista no período de transição. Alfredo Bosi (2001) não menciona a poeta na sua *História Concisa da Literatura Brasileira*. Por outro lado, Massaud Moisés comenta em uma página e meia a poesia de Gilka “[...] a mola propulsora de sua obra é representada pelo sensualismo.” (2004, p. 448). O crítico tece elogios pela superior poesia e diz ser “[...] a mais autêntica e vibrante da belle époque.” (2004, p. 448).

Gilka Machado: poesia de desejos e revelações

Como *leitmotiv*, encontramos na poesia de Gilka Machado o amor e a liberdade. O amor espiritualizado associado ao amor cortês que nasce com a poesia trovadoresca, no curso do século XII. Os trovadores adotaram o amor espiritualizado

como tema maior de sua inspiração e deram-lhe caráter sublime e devocional – *joie d’amour*. O amor profano remete à antiguidade, surge antes do filtro cristão e no século XII, com a poesia goliárdica que exercita essa temática amorosa, eivada de elementos dionisíacos e sensuais.

Na obra de Gilka, podemos perceber o amor espiritualizado, na sua forma essencialmente divina, “é um amor, meu amor, desprovido das ânsias / dos prazeres carnis, efêmeros e escassos” (MACHADO, 1991, p. 57). Amor tenro, cheio de esperança, tornando-se alvorada de luz, “é amor em que meu ser totalmente depuro” (MACHADO, 1991, p. 57). E há também o amor erotizado, com ímpetos e desejos, volúpias e carícias, “tudo quanto é macio meus ímpetos doma” (MACHADO, 1947, p. 58). Na percepção desses temas, os sentidos são acionados pelo frescor desejante do amor, “toco-a, palpo-a, acarinho o seu carnal contorno” (MACHADO, 1947, p. 58).

O outro motivo está na liberdade, na ânsia de viver livremente, “eu quisera viver como os passarinhos” (MACHADO, 1991, p. 113). Seus versos são voláteis, conduzidos pelo vento; o majestoso vento que Gilka sente roçar na sua epiderme “no deslize da brisa há um carinho de pluma pela minha epiderme a roçar, quando em quando” (MACHADO, 1991, p. 59). Os sons /z/ e /s/ na sua sonoridade se contrasta com a suavidade sugerida pelas palavras ‘carinho’, ‘pluma’, ‘minha epiderme’, como se pudessem mostrar pelos vocábulos a sensação do corpo ao tocar o outro. No plano do significante, destacamos o apurado gosto pela forma, visto na organização dos versos, nos recursos sonoros, na expressividade, no uso da língua, na sintaxe, uma tessitura que marca um tipo de escrita, com refinamento estilístico e estético. Uma escrita íntima dos sentidos, que se posiciona num campo de interpretação, mostrando sua força poética,

virtuosidade e talento.

Ela explora os desejos femininos na voz da mulher. Como Gilka concebe a mulher? No lugar da mulher submissa e comportada, surgiu uma mulher que desejava ser percebida na sua sexualidade e ser livre para a vida, “eu quisera viver dentro da natureza, / sufoca-me a estreiteza / desta vida social a que me sinto presa.” (MACHADO, 1991, p. 114). Por tal comportamento, Gilka foi vista, por alguns, como ousada, e por outros, como imoral. Péricles Eugenio da Silva Ramos defende que “[...] nem sua ousadia tinha impureza, mas punha à mostra a riqueza de seus sentidos, especialmente de um pouco explorado em poesia, o tato. Sua sensibilidade requintada, algo excêntrica, mas profundamente feminina.” (1965, p. 209).

Poesia em primeira pessoa, com formas variadas, contendo acentos cromáticos e metafóricos. Apresenta as marcas da poética simbolista no uso continuado de aliterações, “fiam finos fluidos frios”; nos vocábulos sugestivos de atmosfera etérea, como noite, mar, luar, vento, névoa; na musicalidade, nas abundantes reticências, nas inversões frasais “de onde veio a voz o ouvido sonda, / e, em vão, busca entender do naufrago os apelos” (MACHADO, 1947, p. 22). Nuances estilísticas literárias que acendem a poética de Gilka. Por outro lado, a temática ousada e o desejo de romper com a ordem estabelecida, nos permitem visualizar acentos modernistas, principalmente, no que diz respeito à representação do corpo e do desejo.

A estrutura usada por Gilka na criação de seus versos passa por elementos fonológicos – a sonoridade das palavras; semânticos – o primado dos sentidos; sintáticos – a arrumação das sequências discursivas; sem deixar de citar os recursos da entonação. Um conjunto de sinais envereda pelo discurso poético de Gilka Machado, seguido de exclamações, interrogações,

reticências. Entre um verso e outro há sucessivas pausas, por meio de pontilhados, que nos sugerem alguma coisa, um artifício para que o leitor perceba certo clímax na poesia de Gilka. Uma espécie de releitura do poema sugere o pontilhado. Para e respira, o ritmo se modifica, o fôlego se refaz. Os intervalos expressos pelos pontilhados são o discurso silencioso, tornando-se forma de dizer, “[...] o silêncio me diz muito mais, muito mais do que todos os sons: diz-me aos ouvidos da alma” (MACHADO, 1991, p. 184).

No que se refere aos procedimentos analógicos, Gilka percorre livremente como a ave que sempre quisera ser. O sintagma rosa pela sua variedade de cores se compara a mulher “símbolo da Volúpia a excitar o Desejo”. (MACHADO, 1991, p.34). A relação entre rosa e mulher é no dizer de Bosi enriquecimento da percepção (2000). O sentido se recupera pelo efeito analógico e metafórico “a esses olhos, que são dois altares imáculos” (MACHADO, 1991, p. 63), olhos se assemelhando a altares.

Ao processo discursivo da poesia de Gilka avulta a repetição ora de palavras, como olhos, voz, silêncio, verde, mar, ora de frases, andam perfumes sonambulando, olhos dos campos, galhofeiramente se servindo de procedimentos anafóricos. O signo vai e volta. A recorrência do *verbum* permite sua intimidade, afastando qualquer noção de obscuridade. A repetição de alguns termos vem como uma espécie de reforço para a ideia criada no discurso. No poema “Impressões do gesto”, a palavra danças... surge treze vezes, seguida das reticências, a simbolizar os passos e os gestos daquela dança indefinida.

O uso abundante de maiúsculas, Sol, Forma, Cor, Terra, etc., evidencia aspectos simbolistas, dando um sentido absoluto. Assonâncias e aliterações se fazem presentes nos versos, “fina / neblina, / pelos espaços, / em fios frios, em fluidos traços, / passa, / perpassa, / o ar embaraça, / a

luz da lua tornando baça” (MACHADO, 1991, p. 89), contribuindo com o efeito de musicalidade. Imagens sinestésicas percorrem pelos poemas, cruzando os sentidos, “ó voz que saís daquela boca / como o perfume das rosas” (MACHADO, 1991, p.60).

Gilka Machado e a poesia dos sentidos

Em relação aos sentidos, observamos que há uma convivência, todos estão em sintonia. O olhar é uma região propícia para a construção de imagens “nele há o sabor de um licor, muito doce, que pelos olhos bebido fosse, cuja embriaguez não poderás supor” (MACHADO, 1991, p. 170). A poética do olhar que capta sorrrateiramente expressões lascivas “por me fitares, eu sinto a todos os instantes, que os teus olhares são como dedos: acariciantes” (MACHADO, 1991, p. 169). O ambiente é convidativo, espalha sedução e desejo, “vem do solo, vem do ar, vem de todos os lados, / um frio que me cerca, me procura / emprestando o calor da ânsia que me tortura / arrepios elétricos, gelados” (MACHADO, p. 55). A exploração dos sentidos revela o quadro da imaginação criadora de Gilka, composta de palpitações e desejos, evidenciando aqui e ali a questão de identidade e construção do sujeito feminino.

Sua alma é errante povoa os descampados, as imensidões dos montes. Há uma aura misteriosa que penetra os sentidos. O entrelaçamento do gosto, cheiro, som, tato e visão atijam sua voluptuosidade. O perfume que perturba os pensamentos, e a leva ao infinito, “os perfumes me vem” (MACHADO, 1991, p. 153), odores que lhe palpitam a alma – o embriagante sândalo; som dos gemidos, do silêncio, do mar, da canção melodiosa, “cantas e, por te ouvir, a sonhar principio” (MACHADO, 1947, p. 61); há sabor do pecado, gosto livre de teus lábios beijar, “saborei-o

num beijo” (MACHADO, 1991, p. 151); o mel que se esvai em ondas comunicativas penetram pelo paladar, “há no ar um cheiro manso e meloso de cana” (MACHADO, 1991, p. 154); poesia do toque, do tato, “o meu tato se estende a todos os sentidos” (MACHADO, 1991, 150), o veneno de mel e o mortífero gosto.

Gilka ao cantar o amor incorpora, muitas vezes, o espírito dionisíaco em que se delinea um aroma de amor pecaminoso, confessando poeticamente a sua alma em ebulição “a alma em fogo” (MACHADO, 1991, p. 271). Outras vezes, manifesta transcendência espiritual, caracterizando fortemente a presença do estilo simbolista, “tu a mim vens descendo, eu a ti vou subindo, como o mar sobe ao céu, como o céu desce ao mar” (MACHADO, 1991, p. 179). O amor acontece num plano carnal, venusino e também espiritual, enveredando pela linha do transcendental. Pólos divergentes que encontram nos sentidos faro para a liberdade – pelo prisma das sensações. Poesia cheia de sutileza e luminosidade, canto de tristeza e de alegria, dilúvio de ilusões perdidas que faz o outro ser repouso “sei que me vivo em ti” (MACHADO, 1922, p. 130). Parece que nasceu para amar eternamente ou apenas a paixão de um dia.

Perturbações constantes e sentimento dúbio se expandem desmedidamente em seu espírito de solitária flor. Em sua alma habita o bem e o mal, “um mal para o prazer, um bem para o pesar / um mal que delicia, um bem que faz chorar”. (MACHADO, 1922, p. 84). Dualidades que movem seu espírito insaciável e agônico, “horas do ser e do não ser”. A vida e a morte, o bem e o mal, a treva e a luz, o prazer e a dor, riso e lágrima são pares antinômicos vinculados à experiência humana, “não sei se o que sinto é prazer ou uma dor” (MACHADO, 1947, p. 193). Forças contrárias que comandam os sentimentos de Gilka, “há um anjo que abençoa as minhas

agonias / e um demônio que ri do meu grande pesar” (MACHADO, 1991, p. 252). Apegada a essas forças, inevitavelmente transcorrem doses de amarguras e de indagações, que no íntimo quer “lavar minha alma da amargura e pô-la ao sol para secar” (MACHADO, 1991). Esse antagonismo permite que analisemos o caráter dualístico de sua poesia, “busco fora de mim o que existe somente em mim”. (MACHADO, 1947, p. 120). O tempo em sua poesia parece estar cronologicamente desfeito, sentido pela intensidade do amor vivido. Não há ontem nem amanhã, “o tempo é submerso na dupla profundidade do sonhador e do mundo” (BACHELARD, 1996).

Gilka caminha pelos devaneios - corpo e mente adentrando em regiões de afagos. Ela sonha não o sono dos que dormem, mas o sono dos que viajam pelas matérias imaginárias. Sua alma faminta ansiava o amor “buscava-te a toda hora, nessa ânsia inexplicável dos insanos” (MACHADO, 1991, p. 157). Seu erotismo é revelado claramente, “de tal modo teu corpo ao meu corpo se alia / que chegamos agora a um só todo compor” (MACHADO, 1991, p. 265). Diz em seus versos que nasceu para o pecado “eu sinto que nasci para o pecado / se é pecado na terra amar o Amor” (MACHADO, 1947, p. 122). Aqui há a revelação do desejo, com tônica sensual, permeado de eroticidade “trago nas veias lírico fervor”, capaz de sentir no próprio vento o “gozo violento” (MACHADO, 1947, p. 65). Há algumas etapas do ato amoroso, o beijo é uma delas. Uma espécie de antessala para o que inevitavelmente acontecerá depois. Ideia hiperbólica de incontáveis beijos, “beija-me sempre, e mais, e muito mais!...” (MACHADO, 1991, p.102), técnica também adotada pelo poeta amoroso Catulo.

No que diz respeito à imaginação criadora e à poética do devaneio, encontraremos em Bachelard (1990, 1996), com sua obra noturna, ligações entre a imaginação e o poema. Na

poesia de Gilka há essa natureza imagística com forte presença do transcendente e do onírico, perpassando pelas áreas transdisciplinares à luz das forças imaginantes: a imaginação formal e a imaginação material de que trata o filósofo e poeta francês. Podemos atribuir os quatro elementos materiais: fogo, terra, ar e água como os hormônios da imaginação. Percebemos a presença do ar e da água em sua produção poética, como forma de expor seus desejos.

O ar e o voo indicam a necessidade de respirar o mundo, uma ligação entre os seres. Eu respiro o que o outro respira, construo um diálogo de sobrevivência com o outro que está ao meu lado. O elemento ar na reflexão de Bachelard “parece que o ser voante ultrapassa a própria atmosfera em que voa; que um éter se oferece sempre para transcender o ar; que um absoluto completa a consciência de nossa liberdade” (1991, p. 08). O ar se aproxima da liberdade, levando Gilka a viver seus desejos. A não concretização desses impulsos está associada ao seu contexto histórico e cultural, quando não permite que a mulher se posicione como sujeito que sente e que pode e deve revelar suas próprias sensações.

Os devaneios poéticos de Gilka se incluiriam nas imagens cósmicas imediatas tratadas por Bachelard. Vejamos esses versos: “então, por ti me abstraio, e cuido / ser toda essência, toda fluido... / e, ó devaneio singular!” (MACHADO, 1991, p.214). As palavras essência fluido, devaneio injetam energia e sensibilidade humana. O uso repetido do pronome toda enfatiza um ser por completo. Sua poesia é rica em associações reveladoras de imagens e de impressões sensoriais, “o teu olhar/ manso, indolente/ dá-me a impressão de uma serpente,/ pelo meu corpo a se enroscar” (MACHADO, 1991, p. 169). Encontramos aqui num só movimento as sensações da visão (olhar) e do tato (enroscar).

A poesia de Gilka cria uma comunicação

com o lado espiritual da vida. A descoberta dessa região do espírito lhe permite um contato permanente com a lua, o mar, o sol, árvores, uma cumplicidade construída, notadamente, pela linguagem poética. A presença de animais como gato e serpente em alguns de seus poemas, revela a natureza simbólica que há em muitas palavras. O primeiro traz atributos associados a “[...] liberdade, agilidade, beleza sensual e malícia feminina.” (TRESIDDER, 2003, p. 158), o segundo representa a fertilidade e analogias com o órgão genital masculino. Segundo Tresidder, gato e serpente estão popularmente associados a prazer e fertilidade, nesse sentido Gilka deixa seus versos transparecerem os eflúvios do amor, “tenho flexões de gata e de serpente” (MACHADO, 1922, p.117).

Considerações finais:

Este trabalho foi direcionado para um quadro de análise de alguns aspectos formais/estruturais, passando pela estilística literária, com suas imagens e representações. Um conjunto de símbolos que permitem o desenvolvimento do pensamento ao nível da linguagem e de seu significado. No âmbito do conteúdo, tentamos construir sentidos em torno de uma poesia que fala sem subterfúgios sobre o sentimento feminino. Gilka Machado cria um discurso de interação que expõe poeticamente a necessidade que a mulher tem de dizer sobre os seus desejos. Sua revelação acontece no campo dos sentidos. Sensações variadas, emitidas pelas cores, perfumes, cheiros, afloram à imaginação do leitor diante de uma poesia que inaugura uma temática reveladora de desejos.

A poesia de Gilka Machado se instaura à luz do barroco pela postura dilemática e agônica que assumem seus versos e do ideário romântico a quem o simbolismo é tributário, traçando uma

linha aproximativa das ideias do mundo interior com o lado exterior na erotização do amor. Perpassa pela escrita de Gilka uma atmosfera dualística que vai delineando seus anseios não mais secretos, mas representados por um corpo que se ergue revelador das sensações, do gozo, do tato.

Estamos diante de uma poesia desafiadora, que rompe com o legado de uma tradição de obediência, submissão e impossibilidades. Se Gilka mudou a ordem ou criou outra, uma matriz, a partir de seus anseios e sentimentos, pretendemos ainda analisar, visto que esse trabalho é apenas um esboço de uma pesquisa maior que estamos desenvolvendo no doutorado sobre a poesia de Gilka Machado. Podemos dizer, na verdade, que a poeta transborda em seus versos sensibilidade e desejos que afloram sua sensualidade, nas fragrâncias, nas cores e na presença dos sentidos.

Referências

BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **O ar e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **A água e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOSI, A. **História concisa da Literatura Brasileira**. 39. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

_____. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COELHO, N. N. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras: (1711-2001)**. São Paulo: Escrituras, 2002.

COUTINHO, A. **A literatura no Brasil**. 4. ed. rev. e atual. – São Paulo: Global, 1997.

GOTLIB, N. B. **Com dona Gilka Machado, Eros pede a palavra.** (Poesia erótica feminina brasileira nos inícios do século XX), Polímica 4, Revista de Criação Crítica, pp 23-47, 1982.

GRIECO, A. **Evolução da poesia brasileira.** 3. ed. São Paulo: José Olympio, 1947.

KAYSER, Wolfgang. **Análise e interpretação da obra literária:** introdução à ciência da literatura. Tradução de Paulo Quintela, 7. ed. Coimbra, 1985.

MACHADO, G. **Poesias Completas.** Rio de Janeiro: Léo Christiano: FUNARJ, 1991.

_____. **Mulher Nua.** 2. ed. Rio de Janeiro, 1922.

_____. **O meu glorioso pecado.** Rio de Janeiro, 1922.

_____. **Meu rosto.** Rio de Janeiro: Irmãos Pogentti, 1947.

MOISÉS, M. **História da Literatura Brasileira.** Vol II. São Paulo: Cultrix, 2004.

MURICY, A. **Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro.** Vol. 2. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1973.

RAMOS, P. E. S. **Poesia Simbolista – Antologia.** São Paulo: Melhoramentos, 1965.

TRESIDDER, J. **O grande livro dos símbolos.** Tradução de Ricardo Inojosa. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

Artigo enviado em: 21/05/2012

Aceite em: 23/06/2012

A inclusão da diversidade pela lingua(gem): sujeito, escrita e conhecimento

p. 31 - 38

Adriana Aparecida Vaz da Costa¹

Resumo

A proposta do trabalho é apresentar alguns resultados da pesquisa de mestrado realizada, na qual buscamos analisar os processos de identificação do sujeito-índio e a produção de sentidos sobre o conhecimento, tendo em vista as práticas discursivas de inclusão indígena nas universidades paranaenses. O nosso material de análise constitui-se das redações produzidas por indígenas Kaingang na IV edição do Vestibular Específico Interinstitucional dos Povos Indígenas no Paraná (2005), meio pelo qual se dá a inclusão. Para tanto, nos inscrevemos na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso francesa, tal como desenvolvida por Pêcheux e Orlandi.

Palavras-chave: Conhecimento. Inclusão. Discurso.

The inclusion of the diversity by the language: subject, writing and knowledge

Abstract

The purpose of this study is to introduce some results of the master research accomplished, in which we analyzed the processes of identification of the subject-Indian and the production of senses about the knowledge, in view of the discursive practices of the inclusion of Indians in the universities of Parana. Our analysis material is consisted of compositions produced by indigenous Kaingang in the IV edition of the *Vestibular Específico Interinstitucional dos Povos Indígenas no Paraná* (2005), means that gives the inclusion. For this, we based in the theoretical-methodological perspective of French Discourse Analysis, as developed by Pêcheux and Orlandi.

Keywords: Knowledge. Inclusion. Discourse.

Considerações introdutórias

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado, desenvolvida na Universidade Estadual de Maringá, que visava explicitar os processos de identificação do sujeito-índio e a produção de sentidos sobre o conhecimento, tendo em vista as práticas discursivas de inclusão que ocorrem no Paraná. Para tanto, nos

inscrevemos na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, tal como desenvolvida por Pêcheux (França) e Orlandi (Brasil). Inseridos nessa perspectiva teórica, passamos a pensar não mais o discurso sobre o índio, mas o discurso do índio e seus efeitos. Tendo em vista que os sujeitos constroem suas identidades afetados pelo simbólico, pelo ideológico e pelo lugar, estas, ao serem discursivizadas, não se constituem como uma unidade identitária, mas como efeitos de

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Colaboradora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: drica.vaz2008@hotmail.com

identidade.

Considerando que o sujeito constrói seu dizer nas bases do imaginário com o qual se identifica, o imaginário que ele constrói sobre seu espaço e o espaço do outro tem por função sustentar os processos que vão da identificação à construção da identidade; e é somente por um trabalho de desarranjo/rearranjo desses processos que a identidade pode estar sempre em formação/transformação (PÊCHEUX, 1997). Em nossas reflexões, temos observado que este processo permite ao sujeito encontrar outros lugares de dizer, outros lugares de identificação, e não somente aqueles da identificação plena com a formação discursiva na qual se inscreve, o que lhe abrirá a possibilidade de um (re)colocar-se (PÊCHEUX, 1997) no processo de produção de sentidos sem que precise abandonar aqueles saberes que o constituíram e dos quais sempre fará uso em seu dizer. Desta posição, pensamos ser possível compreender que efeitos os processos de identificação produzem em termos de inclusão/exclusão do sujeito no âmbito da nacionalidade na relação com os saberes.

Delineando a pesquisa: o vestibular indígena do/no Paraná em questão

O processo de formação do Brasil como nação teve como um de seus princípios norteadores a construção de uma identidade nacional pautada no reconhecimento de uma diversidade étnico/cultural concreta. Pelas práticas discursivas aí instauradas, a mesma diversidade que foi apagada, em alguns momentos da história em detrimento de uma formação ideológica dominante (ocidental/cristã), é exaltada em outros momentos pela formação ideológica (a brasileira) que se configurava no processo de construção de uma identidade nacional. Se, na época, a questão era a construção de uma

unidade/identidade nacional, hoje a questão é discursivizada em torno da inclusão/exclusão dessa diversidade. Nesse movimento, tenso e contraditório, novos processos de identificação vão sendo produzidos para os sujeitos que representam essa diversidade na relação com o Estado. É nessas novas condições de nossa atual sociedade que se criam possibilidades para o Estado adotar políticas de ações afirmativas. A implementação de algumas políticas públicas que se apresentam como medida que visa a inclusão de grupos sociais e étnicos na chamada sociedade nacional, mobiliza discursos sobre identidade. Diante dessa conjuntura, as ações afirmativas se configuram, do ponto de vista discursivo, como um acontecimento histórico do qual decorrem vários acontecimentos discursivos. Entre estes situamos um acontecimento específico, o acontecimento discursivo da inclusão indígena, que se materializa no texto da lei estadual paranaense 13.134/2001.

At. 1º Em todos os processos de seleção para ingresso como aluno em curso superior ou nos chamados vestibulares, cada universidade instituída ou criada pelo Estado do Paraná deverá reservar 3(três) vagas para serem disputadas exclusivamente entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses.

Desse acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2002) decorrem várias práticas discursivas que retomam o discurso da lei em seu dizer. Analisamos, portanto, algumas das práticas discursivas decorrentes do acontecimento discursivo da lei, visando explicitar a constituição/identificação do sujeito-índio Kaingang e a produção de sentidos sobre o conhecimento. Tomamos como material empírico as redações produzidas pelos Kaingang na IV edição do *Vestibular dos Povos Indígenas* (2005). Para a análise desse material, foi necessário mobilizar outros textos, que passaram também a constituir nosso *corpus*: o Manual do candidato, a Prova Oral, a Prova de Redação, redações de outras edições

do vestibular. Este procedimento funda-se no pressuposto de que é na relação entre essas diversas práticas discursivas que os sujeitos-índios se constituem como sujeitos de direito e instauram sentidos de inclusão e de conhecimento no contexto considerado.

Para compreender o processo discursivo que envolve a temática do conhecimento colocada, mobilizamos em nossa pesquisa noções de saber, poder, produção de conhecimento, língua, história, sujeito, condições de produção, acontecimento, discurso, práticas discursivas. Abrimos o trabalho com a questão do(s) saber(es), tentando compreender a construção do conhecimento em nossa forma de sociedade. Para tanto, explicitamos o quadro epistemológico da Análise do Discurso francesa, partindo do pressuposto de que falar dessa teoria é falar sobre o modo como se dá a construção de conhecimento sobre a linguagem, pensada numa perspectiva materialista. Nesta direção, enfrentamos dois desafios. Um primeiro: assumir que falar em produção de conhecimento, filiando-se a uma teoria como a AD, já é uma tomada de posição dentro da ordem do saber. Um outro desafio: lidar com esse pressuposto para descrever e interpretar o processo de produção de conhecimento textualizado nas redações de vestibular dos indígenas, construindo assim nosso dispositivo analítico que relaciona o real-simbólico-imaginário.

Com Foucault (1997, 1996, 1985, 1979) procuramos refletir a relação saber/poder - não há saber sem certo exercício de poder, e não há poder sem produção de saber. Trilhamos os caminhos da História para compreender como a História produz saber sobre o outro, a partir da Escrita da história, que toma a escrita como objeto de observação e o documento como lugar legitimado, e é pela escrita (historiográfica) que a História como ciência produzirá, em determinado momento, versões da história

que vão em determinada direção – os grandes períodos, os grandes nomes – apagando-se assim outras versões, como a dos povos denominados sem escrita. Observamos que, dessa perspectiva interpretativa, parece que na universidade o sujeito-índio não é significado como sujeito de saber. Nesse processo de identificação do sujeito-índio, que se instaura pela relação estabelecida na história entre os povos sem escrita e os povos com escrita, os excluídos de hoje eram os sem escrita de ontem.

Diante dessa problemática que nosso objeto nos coloca, refletimos então sobre a relação oralidade e escrita. Com base em Auroux (1992), vemos que, através do processo de gramatização, se construiu, no Brasil, um dos instrumentos de colonização/dominação dos povos indígenas e de seu saber, em que a escrita tem seu papel fundamental. Com Gallo (1995) buscamos compreender como a escrita vai se instituindo como saber legitimado e a escola/universidade como o lugar de legitimação do texto escrito. Há que se dizer ainda com Payer (2005) que escrita e oralidade são dimensões distintas da linguagem, são práticas discursivas com suas próprias condições de produção, seu modo de circulação, seus sujeitos, sua memória.

Em nossas reflexões sobre a escrita/oralidade, a partir do Vestibular Indígena, a escola/universidade vai se constituindo, imaginariamente, nos discursos textualizados nas redações dos candidatos indígenas, como lugar em que se ensina/aprende a falar corretamente. Assim, entrar na universidade seria, pois, um meio de o indígena aprender a falar, comunicar corretamente. Aqui vemos funcionar o discurso do sentido único e verdadeiro, isto é, há só um modo certo de falar/comunicar e este modo correto se adquire na escola/universidade.

O conhecimento construído na universidade abre portas para que a sociedade indígena

construa um presente melhor para as gerações futuras.

Podendo estudar junto com um não-índio sem sentir se envergonhado, *aprender a comunicar corretamente sem que sofra preconceito por não falar direito.*

Se, portanto, considerarmos que isso se produz no discurso indígena pela interpelação de uma forma-sujeito escolarizado construído nas bases da escrita/escola, podemos considerar que a universidade, ao naturalizar-se como lugar de produção e circulação de determinado conhecimento, se constitui, nessas novas condições de produção, como o lugar de legitimação de somente um tipo de conhecimento: a escrita ou a fala correta, fala que, pela formulação de Gallo (1995), representa o discurso da escrita. E, deste lugar de interpretação, o índio, para ser incluído na universidade, deve se inscrever identitariamente como sujeito da escrita; sua posição como sujeito da oralidade (índigena) é apagada no processo de produção de um sujeito do conhecimento. Conforme Pêcheux (2004), a questão da língua é uma questão de Estado, uma política de invasão, de absorção e anulação das diferenças (cf.37). Numa formação social jurídica, tornar-se cidadão é se “[...] libertar dos particularismos históricos: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus ‘preconceitos’ e sua língua materna. (Pêcheux, 2004: 37).

Mesmo na prova oral, que se constitui como uma das provas do Vestibular indígena, na qual supostamente um saber oral é cobrado/avaliado, é o texto escrito que está na base da avaliação. Consideramos, no entanto, que como política linguística, a oralidade ganha um espaço no Vestibular Indígena, mesmo que contraditório. Arriscamos dizer ainda que o modo como a prova oral funciona assenta-se sob o efeito de que a oralidade das línguas de tradição oral é igual a das línguas de tradição escrita.

O acontecimento discursivo da inclusão, materializada na forma de lei estadual, instaura, ainda, outra relação: a relação entre o local (Paraná) e o nacional (Brasil) – que mobiliza os sentidos sobre unidade e diversidade. Nesse movimento de sentidos e de seus efeitos, há desdobramentos: tanto pela mudança na nomeação do vestibular quanto pela própria nomeação das línguas. Tomamos para essa reflexão o enunciado do/no Paraná, que explicita pela linguagem a mudança de critério de inclusão ocorrida a partir da adesão da Universidade Federal do Paraná ao vestibular a partir de 2004. O vestibular que foi designado primeiramente como “Vestibular dos Povos Indígenas **do** Paraná” (por ser destinado somente aos indígenas residentes no território paranaense), com a adesão da UFPR a essa política de inclusão possibilitou a todos os indígenas do Brasil sua participação nesse processo e novas práticas discursivas foram sendo produzidas, dentre elas, a mudança no nome do vestibular, que passou a ser designado: “Vestibular dos Povos Indígenas **no** Paraná”.

A substituição da preposição **do** para **no**, do ponto de vista discursivo, mobiliza as identidades e (re)organiza os sujeitos a serem considerados excluídos/incluídos. Enquanto o **do** convoca sentidos de poder/política instaurado por um espaço da ordem do jurídico local (dos direitos à escola, à identidade, aos seus costumes), o **no** institui sentidos para o sujeito pela dimensão da temporalidade: a de hoje em relação à do passado). Essa mudança constitui também um modo de interpelação. Pudemos compreender essa mudança de discursividades pela mudança de nomeação pelo modo como esse fato se materializou em alguns enunciados produzidos em duas outras edições do vestibular: uma anterior à adesão da UFPR e outra posterior à sua adesão.

Antes

1. No entanto, é preciso, mudar algumas coisas, a mais, por parte das autoridades. No que diz respeito ao direito de cada índio do Paraná.
2. Os índios do Paraná vivem de maneira um pouco diferente de seus costumes...
3. Os índios Paranaenses começam a enxergar uma luz no fim do túnel.

Depois

4. Hoje, a sociedade indígena brasileira está tendo uma grande oportunidade de mostrar seus conhecimentos.
5. a importância deste conhecimento de indígenas nas universidades é uma longa batalha do índio brasileiro.
6. Os índios no Brasil, estavam aumentando para-se realizar a coisa do passado, e ainda estão se transformando a cada vez mais.

No vestibular indígena há procedimentos de inclusão, há regras a seguir para que o indígena seja incluído na universidade. Se, por um lado, as políticas de ações afirmativas atuam no sentido de controlar a exclusão e a desigualdade, por outro lado, o vestibular indígena engendra um movimento contraditório, que atua no sentido de controlar a própria inclusão. Isto quer dizer que nem todos serão incluídos, mesmo porque o número de inscritos é superior ao número de vagas. Assim, a luta pela inclusão torna-se uma luta interna entre iguais, entre membros de um mesmo grupo e aqueles que melhor dominarem os saberes apresentados como necessários para a inclusão. Esses saberes estão representados pelas seguintes provas:

Prova de Língua Portuguesa Oral; Prova de Língua Portuguesa Redação, Prova Língua Portuguesa Interpretação (2006); Prova de Língua Estrangeira Moderna (Espanhol ou Inglês) e Prova de Língua Indígena (Kaingang ou Guarani); Prova de Conhecimentos Gerais – História, Geografia, Matemática, Biologia, Física e Química.

Se o indígena precisa dominar os saberes construídos pelo ocidente (aqueles supostamente aprendidos no Ensino Médio regular) para ser incluído, e, ainda, um suposto saber de sua própria sociedade (pela Prova Oral e Indígena), após ser incluído, observamos que o saber das

sociedades indígenas, que as constituem como diferença, passa a ser deslegitimado. A partir dessa constatação, outra pergunta se impõe para nós: como, da perspectiva indígena, esses saberes necessários para a inclusão seriam significados no processo de permanência ou formação?

Inclusão pela escrita: a produção de sentidos sobre o conhecimento na prova de redação

Tomando agora para análise a Prova de Redação como uma das condições imediatas de produção do discurso indígena Kaingang, em nossa pesquisa procuramos observar de que modo ele se inscreve pela escrita na posição de sujeito-candidato. Consideramos primeiramente que ele produzirá seu texto a partir do imaginário que tem sobre o tipo de texto solicitado, do tema, dos textos de apoio, do número de linhas determinadas, para se atingir determinados fins como sujeito pragmático: ser aprovado. No vestibular em que analisamos, o tema da prova de redação foi apresentado da seguinte forma:

Qual a importância do conhecimento construído na universidade para as sociedades indígenas brasileiras hoje?

Formulamos essa problemática concebendo que o enunciado tema trabalha com o pré-construído de que o conhecimento construído na universidade é importante para as sociedades indígenas. Sua formulação como pergunta interpela o indivíduo em um sujeito respondente que não pode negar o pré-construído sustentado pela memória ocidental. E esta interpelação, em sua ausência/presença, determinará a escrita indígena. Se, de um lado, o conhecimento atua como referente dominante na prova de redação, de outro lado, considerando as condições sócio-históricas que caracterizam o processo de inclusão/exclusão, o modo como o conhecimento

se textualiza pela escrita indígena produz um saber sobre como o conhecimento está significando. Nesse sentido, se há um imaginário de conhecimento sendo construído pelo/no discurso indígena Kaingang, ele passa pela escrita, a partir do modo de identificação/subjetivação do sujeito no contexto de inclusão.

Nas redações, os sentidos sobre o conhecimento vão se materializando de diversas maneiras, uma delas se dá pela metáfora da luta, sentido organizado pela presença de uma rede parafrástica que tem como eixo a relação conhecimento/arma.

Se, antes dessa política de inclusão, os elementos mobilizados na luta eram objetos concretos (armas, combate físico, ataques, defesas) que representam a luta como material; hoje, os discursos produzidos pelos Kaingang no vestibular deslocam a luta para o campo do simbólico. A luta é algo que se dá na/pela linguagem, pela escrita. O deslocamento é marcado pelo funcionamento da palavra luta em sua forma nominal e verbal (luta/lutar) produzindo deslocamentos: lutar contra alguém se desloca para lutar por/para alguma coisa.

A partir da identificação com a forma-sujeito de direito, em que o conhecimento é para todos (a universidade é para todos), a metáfora da luta funciona pela injunção à discursividade jurídica – todos temos o direito de lutar:

lutar pelos nossos direitos
lutar por um futuro digno
lutar para conseguir o melhor
lutar pela cultura
lutar por uma vaga
lutar para se formar

O sentido produzido sobre o conhecimento construído na universidade vai significando também, no discurso indígena, como um conhecimento a mais, como um novo conhecimento, o que trabalha com o sentido de que o índio também possui conhecimento.

O a mais trabalha com o efeito de excesso (Orlandi), de soma, como posição diferente do discurso ocidental no período colonial, em que a questão não era somar modos e formas, tipos de conhecimentos diferentes, mas substituir aquilo que o ocidental não considerava como conhecimento (substituir a cultura do índio pelo que imaginariamente eles consideravam, na evidência dos sentidos da formação discursiva que os recobria, como o conhecimento).

“o índio hoje ganha um espaço a mais nas universidades portanto, amplia sua visão de vé o mundo com um olhar mais distante. O índio ganha uma experiência e sabedoria a mais em universidade, por é neste lugar que ele se senti mais valorizado e pretende levar esses conhecimentos aos seus povos”.

“A universidade nunca vai trazer o que já aprendemos, mas sim só trará novos conhecimentos, e por isso temos que chegar-lá, para depois passar esses conhecimentos para as pessoas de nossa aldeia”.

Na discursividade das redações duas posições são instauradas em relação ao conhecimento: uma indígena, o conhecimento é significado como natural, social, coletivo em relação à memória de um passado; outra ocidental, na qual o conhecimento significa, na relação com o presente, como da ordem do científico e do institucional. Se de um lado, a universidade vai significando em nossa forma de sociedade como lugar de produção de conhecimento científico, construído sob as bases do saber ocidental, de outro lado, vemos se presentificar, no discurso indígena, um tipo de conhecimento construído sob as bases do saber indígena, no qual o conhecimento indígena vai significando como cultura, construção natural e social, e é predicado como valioso, amplo, diferente.

Podemos ver a relação conhecimento científico *versus* conhecimento natural; uma relação que parece naturalizar o conhecimento ocidental como conhecimento que se constrói na universidade sob as bases do saber científico, enquanto o conhecimento indígena parece

naturalizar-se como um conhecimento que se constrói na cultura, na sociedade sob as bases de um saber natural. Diríamos que essa diferença constitui-se como fator de exclusão do índio, pois o ocidente, enquanto sociedade dominante, legitima outro conhecimento.

A materialização do conhecimento do branco retoma uma memória ocidental em que esse conhecimento significa, se subjetiva diferentemente no discurso indígena; pela atualização/retomada dessa memória, o discurso indígena desloca o sentido ocidental, pois ao designar “o conhecimento do homem branco agora está disponível”, há a retomada de uma memória discursiva para transformá-la: a memória de um passado em que ao índio era interdito o acesso ao conhecimento do branco; e a memória de um passado em que o conhecimento indígena, da perspectiva indígena, sempre foi considerado conhecimento, posição esta que reconhece que há outro tipo de conhecimento, de outro povo, outra cultura. Neste modo de inscrição do sujeito, o sentido de conhecimento, ao ser predicado como do branco, resignifica o próprio sentido de conhecimento, como lugar inquestionável da forma-sujeito ocidental. Neste jogo de sentidos, que é de relação entre duas posições, o imaginário cristalizado sobre o que é conhecimento e sobre o que é o índio, começa a desestabilizar a forma-sujeito universal. Poderíamos dizer que este sujeito se encontra naquilo que Pêcheux (1997) chama de segunda modalidade de subjetivação, pois presentifica discursos que colocam em xeque os sentidos de uma formação discursiva que o domina, mas não a anula, pois o faz no interior desta discursividade.

As práticas discursivas pelas quais se produz um lugar de identificação para o sujeito se configuram também pela retomada da memória das relações entre índios e brancos. O sentido é produzido pelo modo de inscrição do sujeito em

relação ao outros (o nós dos índios *versus* o eles do branco). Nos enunciados analisados, o passado funciona como o eterno, o fundante histórico do índio (o nos materializa o sentido que se configura da posição-sujeito índio, pelas formas lutaram, utilizaram aqui: os índios já/sempre estiveram ali/no Brasil).

lutaram durante quinhentos anos,
sempre se utilizaram
quando aqui chegaram os colonizadores

Por outro lado, vemos outro feixe de sentido, trabalhando antagonicamente outra posição-sujeito, pela formação discursiva do branco/ocidental:

“quinhentos e cinco anos completa hoje da descoberta e da existência dos Povos indígenas no Brasil”.

Desse lugar enunciativo, o índio foi descoberto nesse momento de contato, sentido que se materializa pela forma descoberta. Mas, há um furo: o que significa esse acréscimo no enunciado: e da existência. Deslocamentos que desestabilizam sentidos e sujeitos.

Finalizando: se, por um lado, pensamos que o acontecimento discursivo da inclusão vem operando um apagamento dos saberes da cultura indígena, pelo modo como os saberes de tradição escrita foram legitimados a interpretar a diversidade como o outro na história; por outro lado, esse acontecimento discursivo vai criando também possibilidades de novas práticas discursivas que se produzem por esses mesmos saberes representados na forma de escrita. Esse modo de inscrição/subjetivação do sujeito-índio, observado pela materialidade das redações, ao mobilizar a relação entre o presente e uma memória, instauram uma possibilidade de construção de um novo lugar de identificação para o sujeito-índio e um novo sentido para seus saberes: um lugar em processo.

Referências

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- CERTEAU, M. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Unversitária, 1982.
- DE NARDI, F. S. Identidade, memória e os modos de subjetivação. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. (org) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- ECKERT-HOFF, B. M. (Re)buscando Pêcheux: algumas reflexões in-certas. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. (org) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- _____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GADET, F; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.
- GALLO, S. L. **Discurso da escrita e ensino**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 2003.
- ORLANDI, E. P. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; UNICAMP, 1990.
- PAYER, M. O. Processos de identificação sujeito/ língua. Ensino, língua nacional e língua materna. In: ORLANDI, Eni P. **Política linguística no Brasil**. 2007.
- _____. Discurso, memória e oralidade. In: **Revista Horizontes**, USF, V.32. n. 1, São Paulo, 2005.
- PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni. P. Orlandi (*et. al*). 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.
- _____. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- RANCIÈRE, J. **Os nomes da História: um ensaio de poética do saber**. Tradução Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1994.

Artigo enviado em: 23/05/2012

Aceite em: 05/06/2012

Análise do Discurso e Psicanálise: Diálogos possíveis

p. 39 - 47

Kátia Alessandra dos Santos¹

Resumo

Este trabalho pretende discutir as noções de língua e sujeito, tal como são vistas pela Análise do Discurso francesa (AD) em sua intersecção com a Psicanálise. Para isso foi feita uma retrospectiva do modo como foram vistos esses conceitos em alguns momentos da história da linguística e da AD. As conclusões a que chegamos levam à consideração de condições históricas, sociais e ideológicas na construção dos conceitos mencionados, também é possível apontar para os próximos deslizamentos conceituais no período contemporâneo.

Palavras-chave: língua. Sujeito. Análise do Discurso. Psicanálise.

Discourse Analysis and psychoanalysis: dialogue possible

Abstract

This paper intends to discuss the language and subject conceptions, as they are seen by the French Discourse Analysis (DA) at its intersection with Psychoanalysis. For this a retrospective of how these concepts were seen in some moments in the history of Linguistics and AD was performed. The reached conclusions lead to the consideration of historical, social and ideological conditions in the construction of the mentioned concepts, it is also possible to point out to the next conceptual slippage in the contemporary period.

Keywords: Language. Subject. Discourse Analysis. Psychoanalysis.

Considerações iniciais

A língua nos falta. A língua nos constitui enquanto sujeitos. Partindo dessas afirmações aparentemente paradoxais, pretendemos neste artigo discutir as noções de língua e sujeito, tal como são vistas pela Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD) em sua intersecção com a Psicanálise. Para isso faremos uma retrospectiva do modo como foram vistos esses conceitos em alguns momentos da história da Linguística,

passando pelas contribuições da Psicanálise, que se colocaram de maneira proeminente, sobretudo na chamada terceira fase da AD.

Consideramos que toda produção discursiva só se dá na relação com a sua exterioridade. Assim, é preciso considerar que, sendo a Linguística uma disciplina não isolada, mas imersa em um campo epistemológico, ela reflete uma conjuntura social, histórica e ideológica.

Um aspecto que deve ser relevado é o fato de que a Linguística “[...] comporta intrinsecamente

¹ Doutoranda em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: kalexsandra@yahoo.com.br

uma prática teórica que toma a língua como objeto próprio” (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 20), o que vem sendo chamado de real da língua. E é justamente o cerceamento desse real que vem sendo perseguido por todas as teorias linguísticas até hoje. São essas tentativas de cerceamento que procuraremos demonstrar a seguir.

Língua e sujeito em Saussure e Chomsky

Desde o advento da Linguística como disciplina científica com Saussure, o campo da língua (gem) vem se colocando (e se alterando) a partir de várias dicotomias e as áreas de estudo vêm se delimitando pela escolha de uma ou outra dessas dicotomias. A dicotomia mais famosa é a que separa língua de fala e que, ao mesmo tempo, institui a língua (enquanto sistema) como objeto da Linguística.

Acreditamos que a exclusão saussureana é válida no sentido de que dá margem para as futuras ciências da linguagem que irão “[...] explorar largamente os domínios de uma linguística da fala (estilística, pragmática, análise do discurso, etc.) (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 69). Isso significa, segundo afirmou Authier-Revuz (1998), ir de um nível de análise que se pode dizer homogêneo - a língua - ao nível de análise da fala ou do discurso, que não considera apenas a língua como sistema, mas a vê na sua relação com o mundo e com os sujeitos. É o que veremos a seguir quando trazemos, sumariamente, alguns nomes essenciais das chamadas linguísticas enunciativas e depois o posicionamento da AD francesa. Antes, porém, é interessante situar os posicionamentos dos dois grandes nomes na história da linguística: Saussure e Chomsky.

Saussure é considerado o pai da Linguística e uma das figuras mais enigmáticas da área. Pêcheux e Gadet (2004) falam da existência de dois Saussures: o do Curso de Linguística Geral

(CLG) e o dos Anagramas. Com o CLG inaugura-se a linguística do sistema, justamente quando se define o objeto do campo como a língua enquanto um sistema abstrato. “A definição saussuriana de língua afasta tudo o que for estranho a seu organismo, a seu sistema, eliminando, assim, todas as causas e determinações exteriores que podem afetá-la.” (FERREIRA, 1999, p. 126). Nos anagramas, porém, teria voz o indizível da língua, materializado na poesia, entretanto tal aspecto é desconsiderado toda vez que se fala em Saussure, sintoma materializado na história da linguística.

A noção de língua como sistema fechado e pertencente ao nível social conduz a um aspecto interessante em relação à concepção de sujeito. “Ao encarar a língua como sistema, Saussure produz um efeito de desconstrução do sujeito psicológico, livre e consciente que reinava na reflexão das ciências humanas nascentes, ao fim do século XIX. Com isto ganha destaque a tese de que o homem não é senhor da língua, muito cara à AD” (FERREIRA, 1999, p. 127).

Um aspecto hoje relevado em Saussure (Pêcheux, Gadet, 2004; Normand, 2009) é a noção de valor, que ligaria os dois Saussures, uma vez que traz a ideia de que a língua se constitui de um sistema de oposições e, nesse sentido, a constituição dá-se pelo dito e pelo não-dito, efeito do que Lacan chamaria de *lalíngua* (*apud* MILNER, 1987). Tal aspecto ficou encoberto e não apareceu como efeito direto dos dizeres de Saussure, talvez porque foram relevados outros aspectos da sua teoria, tais como a noção de arbitrariedade do signo e as dicotomias.

Posteriormente, temos Chomsky, considerado um formalista por excelência, uma vez que seus trabalhos apontam para uma língua ideal e elegem um componente fundamental: a sintaxe. O falante seria dotado de uma competência linguística, a partir da qual seria capaz de julgar sentenças como gramaticais ou

agramaticais. Desse modo, Chomsky coloca o sujeito como possuidor de uma competência linguística, contudo o sistema é autônomo, uma estrutura imutável e inacessível para o sujeito.

Segundo Leandro Ferreira (1999), Chomsky traz para a Linguística uma concepção de língua muito próxima do que Pêcheux faz em sua *Análise Automática do Discurso*, ou seja, toma a língua como uma estrutura fechada, a partir da qual o falante pode julgar a gramaticalidade das sentenças. A contribuição dessa visão para a compreensão de língua trazida por Pêcheux está situada justamente na possibilidade de o impossível surgir: “[...] a existência do impossível, do proibido, do não-gramatical está inscrita na ordem própria da língua.” (FERREIRA, 1999, p. 129). Eis a grande contribuição, a nosso ver, contribuição essa que não aparece em geral, quando se fala em Chomsky.

Língua e sujeito nas teorias enunciativas

Dentro do que se agrupa sob o rótulo estudos enunciativos temos várias correntes e perspectivas de estudo, atuando em vários campos das exclusões saussureanas: sujeito, história, aspecto social e fala. Traremos para esta discussão, brevemente, as contribuições de dois nomes: Benveniste e Bakhtin.

Benveniste é tido como o marco inaugural da Linguística da Enunciação. Sua linguística ainda é estruturalista, mas difere por considerar o sujeito, embora apenas na sua relação de apropriação do aparelho formal da enunciação (1991). A consideração do sujeito é um ponto de avanço bastante significativo em relação à linguística imanente. Contudo, esse também é o ponto nodal da crítica que se faz à Benveniste por dar um valor excessivo ao sujeito, vendo-o como unívoco e dono do que diz, sujeito ego-cêntrico, nas palavras de Brandão (*apud* BRAIT,

2001, p. 61). No que se refere à língua, o autor a define como uma estrutura formal, dividida em níveis hierarquicamente colocados, sendo, ainda, um instrumento de comunicação. (NORMAND, 2009).

A Bakhtin cabe inaugurar uma discussão bastante polêmica que mudará o rumo dos estudos linguísticos: a relação do eu com o outro, ou seja, a concepção dialógica da linguagem. Essa concepção dialógica não equivale à condição de diálogo, mas ao que se chama duplo dialogismo, já que, segundo o autor, o outro que perpassa a língua é o outro enquanto discurso e enquanto receptor. Nesse âmbito, a enunciação passa a ter caráter essencialmente social, já que “[...] a enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes.” (BAKHTIN, 1995, p. 127). Bakhtin fala da língua na sua relação com as lutas sociais e, portanto, com a ideologia, considerando que todo signo é ideológico. Desse modo, a noção de língua sai da evidência do sentido e passa a ser perpassada pela noção de ideologia, o que será retomado pela AD.

A grande problemática atualizada por esses autores e sobre a qual a AD se debruça é a subjetividade. O tipo de relação com a linguagem (intencional ou não) provoca a grande cisão dos estudos enunciativos ou pragmáticos. Quando Benveniste inaugura a questão da subjetividade como constitutiva da língua, e dá ao sujeito um estatuto de poder, até então relegado, instaura um campo de profundas divergências dentro dos estudos linguísticos: todos concordam que o sujeito precisa ser considerado, mas a relação que se estabelece entre ele e a língua é que vai determinar o surgimento de algumas áreas/teorias, tais como a AD.

Língua e sujeito na AD

A Análise do Discurso de linha francesa

surge na década de 60, a partir da relação entre áreas como a Linguística, Psicanálise e Marxismo. Propõe uma investida na linguagem além da dicotomia saussureana (língua X fala), baseada no discurso, ou seja, a língua em seu percurso, uso efetivo (ORLANDI, 2002), considerando as condições de produção, a ideologia, a posição do sujeito falante, enfim, todo o processo discursivo.

Nesse sentido, a língua é vista como produto histórico-social e o sujeito falante como assujeitado, porta-voz de instituições, ou do seu tempo. A noção de sujeito é tributária da noção de assujeitamento ideológico proposta por Louis Althusser, em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1992) a que se acrescentará, posteriormente, a noção de interpelação também pela instância do inconsciente.

Esse caráter permanecerá até a chamada terceira fase da AD, quando a influência da Psicanálise se acentuará. Há muitos conceitos pertinentes dentro da conjuntura teórica da AD, entretanto ater-nos-emos ao que diz respeito a uma teoria do sujeito, ponto de ancoragem e determinante de todos os outros aspectos, tais como a noção de língua.

Faremos agora um breve histórico das três fases da AD, já que a área foi (e ainda está) se constituindo, revisando conceitos, retificando suas bases. É o que se pode verificar na revisão feita pelo próprio Pêcheux no seu artigo *A Análise do Discurso: três épocas* (1983, *apud* GADET, HAK 1993), da qual partiremos nesse retrospecto.

AD: 1ª fase: maquinaria discursiva-sujeito assujeitado

A chamada primeira fase da AD nasce, por assim dizer, com a publicação de *Análise Automática do Discurso* (1969)- AAD-69 - o projeto instituído nessa fase é bastante audacioso: “[...] fornecer às ciências sociais um instrumento *científico* de que

elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo” (Henry, *apud* GADET; TAK, 1993, p. 15, grifos no original). Para isso, a AAD-69 postulava um dispositivo, com base na informática, que pudesse determinar as generalidades dos discursos, como se fosse uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade (MALDIDIER, 2003, p. 21). Dessa forma, os discursos eram tomados como estruturas que podiam ser armazenadas em formações discursivas (FD’s), as quais designariam um conjunto homogêneo de discursos que se organizariam segundo as formações ideológicas (FI’s).

Pêcheux apresenta, nessa primeira fase, um sujeito totalmente assujeitado, ou seja, interpelado pela instância linguística e pela ideologia, o que faz com que esse sujeito (falante) se constitua com base nessa interpelação, sendo mero repetidor de estruturas linguísticas já determinadas pela maquinaria discursiva.

2ª fase: FD, interdiscurso - forma-sujeito

A noção de maquinaria discursiva vai se fragilizando quando se toma o conceito de FD de Michel Foucault, a partir da ideia de dispersão (FOUCAULT, 2004). Nesse momento, Pêcheux começa a perceber que as FD’s não são homogêneas, mas relacionam-se e ainda se constituem por aquilo que não é dito, o silenciado. A “ideia do não-dito constitutivo do discurso.” (MALDIDIER, 2003, p. 25) conduz a uma outra construção no conceito de FD.

A partir do conceito de dispersão, segundo o qual os discursos são uma dispersão de outros discursos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade, a AD concebe o discurso como formado e perpassado por vários outros discursos que o antecedem ou que acontecem simultaneamente. Disso decorre o

termo interdiscurso, que é aquilo que fala antes e memória discursiva que seria “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.” (ORLANDI, 2002, p. 31).

Sendo o discurso uma dispersão de outros discursos, segundo ensinou Foucault, o sujeito é, portanto, uma posição vazia a ser preenchida conforme as posições que ocupamos em determinados momentos de fala. A partir disso, Pêcheux passa a construir seu conceito de forma-sujeito, outro empréstimo de Althusser, que é explicitado em *Semântica e Discurso* (1975).

Pêcheux recorre a outros campos fora da linguística, a saber, a releitura de Marx por Althusser e de Freud por Lacan, para dar conta de uma teoria não subjetiva do sujeito. Assim sendo, a forma-sujeito, é justamente a interpelação dos indivíduos em sujeitos falantes que se faz via ideologia e inconsciente, um passo já dado para se chegar ao conceito de heterogeneidade.

Desse modo, ao criticar a homogeneidade do sujeito, o autor também coloca em xeque a linearidade e transparência do sentido, deixando espaço para o deslize e é a partir daí que o sentido passará a ser visto, tal como o sujeito, sob o signo da heterogeneidade.

3ª fase: Heterogeneidade do sujeito e do sentido

A chamada terceira fase da AD é o fruto do amadurecimento dos conceitos enunciados por Pêcheux, o que se acentua pelo encontro teórico com a linguista J. Authier-Revuz, que propõe a teoria da heterogeneidade enunciativa, a partir de estudos sobre o discurso relatado.

O que a autora apresenta como heterogeneidades enunciativas compreende a heterogeneidade constitutiva, aquela pela qual o

eu pensa falar- ilusão narcísica- que se constitui basicamente pela interferência do interdiscurso e do inconsciente; e a heterogeneidade mostrada, que é a presença do outro no texto, marcada explicitamente, através de aspas, discurso direto e indireto livre, glosa, citações, etc.

J. Authier (1990) apresenta sua tese das heterogeneidades enunciativas a partir da junção dos trabalhos de Bakhtin e das contribuições da Psicanálise, via releitura lacaniana. Da primeira teoria, Authier considera o princípio dialógico constitutivo da linguagem e a afirmação de que todo dizer é atravessado por outras vozes - polifonia - o que significa que nenhum dizer é original e, mais que isso, toda palavra é carregada ideologicamente. Da segunda corrente teórica, há a compreensão do atravessamento pelo inconsciente.

Das concepções de Bakhtin e Lacan a autora retira, portanto, elementos para formular a sua teoria da heterogeneidade enunciativa. Apesar de pontos de vista bastante divergentes, ambas as correntes trazem uma visão de não homogeneidade e de heterogeneidade constitutiva. (BRAIT, 2001, p. 9).

Partindo desses pressupostos inaugurados pela autora mencionada, passemos a discutir especificamente o papel da Psicanálise na (re) formulação dos conceitos de língua e sujeito na Análise do Discurso.

E o que a Psicanálise tem a ver com isso?

Voltamos aqui ao ponto em que a AD toca a Psicanálise, e partimos da afirmação de Milner de que “[...] tudo não pode ser dito.” (1987), quando ele traz à tona o fato de que o impossível se inscreve na própria língua. Tal fato pode ser verificado a partir da noção de heterogeneidade constitutiva. É ela que dá novo estatuto ao sujeito

discursivo, inaugura a presença determinante do outro no mesmo e apresenta essa como condição fundamental, ou melhor, constitutiva para a existência da própria língua.

A Psicanálise contribuiu muito para essa designação de sujeito, segundo a qual, não falamos sempre o que queremos, como e da maneira que queremos, mas estamos sujeitos a inúmeros fatores e um deles é a manifestação do inconsciente.

Entendendo o sujeito como um efeito de linguagem, a Psicanálise busca as formas de constituição desse sujeito não no interior de uma fala homogênea, mas na diversidade de uma fala heterogênea, que é consequência de um sujeito dividido. (BRANDÃO, 2004, p. 43).

O sujeito da Psicanálise é um sujeito desejante, interpelado pelo inconsciente e, portanto, um sujeito cindido, descentrado, através do qual fala o outro, sujeito do inconsciente. O outro pode ser considerado a dimensão de alteridade que pré-existe a todo sujeito. Lacan distingue no seu Seminário II uma dupla dimensão de alteridade: o outro e o Outro: “[...] há dois outros que se devem distinguir, pelo menos dois-um outro com *A* maiúsculo e um outro com *a* minúsculo, que é o eu. O Outro é dele que se trata na função da fala. (LACAN, 1985, p. 297).

Todas essas considerações da Psicanálise promovem deslocamentos na teoria da AD, sobretudo no que se refere ao conceito de sujeito da linguagem e da própria língua, que congrega em si a *lalíngua*. Desse modo, a instância do outro estaria presente na língua e no sujeito. Tais reflexões aparecem no texto de Pêcheux *Só há causa daquilo que falha*. (In: MALDIDIER, 2003).

Pêcheux foi a vida toda um teórico inquieto, a reformular sem receio sua própria teoria. Com *Semântica e Discurso* ele resolve o problema da máquina discursiva que homogeneizava os discursos e absorvia completamente o sujeito. Entretanto, a forma-sujeito e a ilusão do sujeito acabam dando uma dimensão tão perfeitamente

estável da interpelação do sujeito, que não recobre uma questão que sempre pesou nos estudos de Michel Pêcheux: as ideologias dominadas. “Tomar muito a sério a ilusão de um eu-sujeito-pleno onde nada falha, eis precisamente algo que falha no *Semântica e Discurso*.” (MALDIDIER, 2003, p. 65/66), afirma Pêcheux em sua autocrítica.

O grande problema, agora reconhecido pelo autor, é que, ao acreditar ter cercado o sujeito, ele acaba reproduzindo o sujeito pleno, contornando o fato de que “[...] o non-sens do inconsciente, em que a interpelação encontra como se enganchar, nunca está inteiramente recoberto nem obturado pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto.” (PÊCHEUX, *apud* MALDIDIER, 2003, p. 69). O inconsciente ou outro (da teoria lacaniana) nunca deixa de estar lá, sendo recoberto pelo imaginário, já que é a instância fundadora e constitutiva do sujeito, o qual se configura como desejoso, faltante.

Todas essas inquietações são colocadas em pauta no colóquio “Materialidades Discursivas”, de junho de 1979, quando M. Pêcheux entra efetivamente em contato com J. Authier. Esse contato seria decisivo e colocaria de uma vez por todas o discurso, e, por conseguinte, o sujeito, sob o signo da heterogeneidade. Como afirma Pêcheux (*apud* Maldidier, 2003, p. 74): “[...] o primado do outro sobre o mesmo se impôs”.

Pêcheux, ao comentar sobre os novos caminhos da AD em sua terceira fase, trata da consideração do discurso-outro, que se faz pela presença da heterogeneidade mostrada (as marcas do discurso alheio colocado em cena pelo sujeito), mas, sobretudo, pela heterogeneidade constitutiva, condição primeira do discurso, que se faz pela “[...] insistência de um ‘além’ interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do ‘ego-eu’, enunciador estratégico que coloca em cena ‘sua’ sequência” (In: GADET; HAK, 1993, p. 316-317). O que ele chama de um além interdiscursivo,

podemos entender como o outro, o inconsciente, que se estrutura via discurso identificando-se com o sujeito, ao mesmo tempo em que o desestabiliza “[...] nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa.” (PÊCHEUX, *apud* GADET; HAK, 1993, p. 317).

Considerando que a heterogeneidade constitutiva é condição de todo discurso, assumimos uma concepção de discurso como constituído pelo interdiscurso e também pelo inconsciente.

Esta concepção do discurso atravessado pelo inconsciente se articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito de linguagem: sujeito des centrado, dividido, clivado, barrado.” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28).

Considerando que a heterogeneidade constitutiva é condição de todo discurso, assumimos uma concepção de discurso como constituído pelo interdiscurso e também pelo inconsciente. Ao chegar à especificidade de um sujeito heterogêneo que se constitui como tal à medida que fala e falha, Pêcheux ocupa um lugar original dentro dos estudos linguísticos, tendo em vista que não se opõe simplesmente a um sujeito intencional, egoico, mas o situa através do assujeitamento como sujeito ideológico e afetado pelo inconsciente, e o faz relacionando esse sujeito à materialidade específica da língua. Esse fator merece relevo, já que o mentor da AD consegue, enfim, aliar as teorias enunciadas como base de constituição epistemológica da área, sem deslocar-se dos estudos linguísticos, onde sempre procurou se situar.

Considerações finais:

Toda revisão teórica tal como nos propusemos a fazer, não pode deixar de ser

fragmentária. Deixamos, obviamente, muitas lacunas, já que todo dizer é mesmo incompleto.

Procuramos, através do percurso empreendido, dar uma dimensão de como os estudos linguísticos foram se reformulando (e ainda continuam) a fim de dar conta (sintoma?) de um objeto tão complexo quanto a língua(gem). Saussure acreditava que, para estudá-la cientificamente, era necessário isolá-la, tomá-la como sistema, desvinculada de toda exterioridade; Chomsky reduziu a língua ao componente sintático e ambos desconsideraram o papel do sujeito; os estudos enunciativos trazem de volta o sujeito (sobretudo com Benveniste), entendendo-o como condição primeira de existência da própria língua; a posição do sujeito vai se alterando, ganhando contornos divergentes com as teorias polifônicas; e, por fim, como vimos a AD postula um sujeito descentrado, interpelado pela língua, pela ideologia e, ainda, barrado pelo inconsciente, sujeito heterogêneo, efeito-sujeito, nas palavras de Pêcheux.

Conforme afirmação de Brandão, a passagem de uma concepção cartesiana da língua e do sujeito homogêneo para a heterogeneidade do sujeito e a opacidade da língua constitui-se como fenômeno interdisciplinar, tendo em vista uma conjuntura sócio-histórico-ideológica:

Como os sistemas de ideias de uma mesma época geralmente se mostram solidários entre si, pode-se dizer que esse deslocamento não se deu apenas nos estudos da língua; o que nos parece é que ele acompanha uma tendência geral das manifestações culturais que marcam a passagem do modernismo para o pós-modernismo em que as mesmas preocupações com o sujeito e com a linguagem, por ex., se dão. Ao sujeito humanista unitário, universal e atemporal da epistemologia racionalista opõe-se um sujeito problematizado pela história, pela ideologia e pela psicanálise, revelando sua constituição clivada, descentrada e contraditória. (*apud* BRAIT, 2001, p. 61-62).

Dessa forma, é importante vermos os estudos linguísticos como pertencentes a

um quadro epistemológico maior que vive se reformulando, alterando, e melhorando talvez. Assim, podemos conjecturar que pensar o sujeito hoje é pensá-lo dentro de uma conjuntura pós-moderna, com todas as implicações que essa condição possa acarretar de incompletude, contradição e, principalmente, heterogeneidade.

Tudo o que apresentamos até aqui reflete visões e conceitos cunhados no período histórico compreendido pela Modernidade, mas é preciso considerar que os sentidos continuam deslizando. Desse modo, este trabalho aponta para os próximos deslizamentos conceituais quando pensamos no período contemporâneo, designado por alguns como pós-moderno. Acreditamos que a dificuldade de designação é justamente o lugar onde se inscreve a falta constitutiva do sujeito e da língua que se coloca na atualidade.

Assim, a consideração de uma língua que nos falta imprime ao sujeito da linguagem também um lugar de incompletude e é desse modo e não de outro que procuramos ver os produtos desse sujeito na língua(gem), sobretudo nesse período que ainda se quer nomear, e talvez não se nomeie justamente porque a língua nos falta!

Referências:

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade enunciativa. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Trad. Celene M. Cruz, João Wanderley Geradi. Campinas, (19):25-42, jul/dez, 1990.

_____. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Trad. Eni P. Orlandi *et al.* Campinas: UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem. 7. ed. São

Paulo: Hucitec, 1995.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral**. 2 v. Campinas: Pontes, 1989, 1991.

BRAIT, B. (org). **Estudos enunciativos no Brasil**: histórias e perspectivas. Campinas: Pontes: Fapesp, 2001.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GADET, F.; TAK, T. (org) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1993.

LACAN, J. **O Seminário 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)**. Trad. Christine Lasnik Penot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

FERREIRA, M.C. Leando Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do dentro/fora da língua. In: **Linguagem & Ensino**, v. 2, n. 1, 1999 (123-137). Disponível em: < [http://rle.ucpel.tche.br /php/ edicoes /v2n1/kitty.PDF](http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v2n1/kitty.PDF)> Acesso em: 20 ago.2010.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re) ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni. P.Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MILNER, J. C. **O Amor da Língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NORMAND, C. **Convite à linguística**. Trad. Cristina de Campos Velho *et al.* Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan (Orgs). São Paulo: Contexto, 2009.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PAVEAU, M; SARFATI, G. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à

pragmática. Trad. Maria do Rosário Gregolin *et al.*
São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma
crítica à afirmação do óbvio (1975). Trad. Eni P.
Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M; GADET, F. **A língua
inatingível**: o discurso na história da linguística.
Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves
de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

Artigo enviado em: 24/04/2012

Aceito em: 20/05/2012

Identidades sociais historicamente constituídas: o homem e a mulher no discurso publicitário em revistas

p. 48 - 58

Claudineya A. Grzeszeszyn¹

Gustavo Biasoli Alves²

Resumo

Com o desenvolvimento da sociedade, os sujeitos foram conduzidos a ocupar diferentes lugares sociais, que revelam as condições de produção, bem como, as formações discursivas e ideológicas discrepantes. Seguindo o aporte teórico da Análise do Discurso pecheutiana, objetivamos identificar como a linguagem do discurso publicitário de três propagandas, retiradas de revistas de diferentes contextos de circulação nacional, constrói a imagem dos sujeitos homem e mulher, evidenciando a transformação identitária destes, observando como o discurso atual retoma outros discursos acerca da relação (de poder) historicamente constituída entre ambos os sexos.

Palavras-chave: Sujeito. Discurso. Publicidade. Sociedade.

Historically incorporated social identities: man and woman in the address advertising in magazines

Abstract

With the development of society, the subjects were conducted to occupy different social places that reveal the conditions of production, as well as the discursive and ideological discrepancies. Following the theoretical of Michel Pêcheux of discourse analysis, we aimed to identify how the language of advertising discourse of three advertisements, taken from magazines of national circulation in different contexts, constructs the image of male and female subjects, showing the transformation of identity, such as watching discourse reproduces specific features of the relationship (power) historically formed between man and woman.

Keywords: Subject. Speech. Advertising. Society.

Introdução

Ao olharmos para a história da sociedade, percebemos que no cerne das atividades de cada modo de produção ou de cada período histórico, a relação (de poder) sob a mediação da linguagem entre os sujeitos homens e mulheres foi

demarcada seguindo certa hierarquia. O homem, por muito tempo, foi considerado como o sexo forte, ocupando o lugar de domínio, e a mulher o sexo frágil, ocupando o lugar da submissão ou da dependência. Nesse caso, à mulher eram legados os afazeres domésticos, cuidados com os filhos e submissão ao homem; enquanto que a este, cabia

1 Mestranda em Letras: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná

2 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) atua no Mestrado em Ciências Sociais e no Mestrado em Letras.

o dever de sustentar a família financeiramente por meio do trabalho e, assim, manter o domínio sobre a mulher.

Diante da dinâmica do desenvolvimento e da transformação social, os sujeitos de ambos os sexos vêm desempenhando na atualidade, funções diferentes das quais estavam acostumados a realizar. O comportamento social dos sujeitos da/na pós-modernidade mudou e, hoje, é considerado natural a mulher assumir um lugar de destaque na política, ocupar o lugar de chefe da casa, colaborar financeiramente em casa, ou ainda, o homem assumir ou dividir as tarefas domésticas e auxiliar no cuidado com os filhos. Em contrapartida, o que causa estranhamento na atualidade, é a imagem do homem, enquanto um sujeito machista, ou da mulher submissa, e da que não se dedica a uma profissão fora do ambiente doméstico.

A partir dessa reflexão, com o respaldo teórico da Análise do Discurso, fundada por Michel Pêcheux, e de autores aliados à teoria, objetivamos com a pesquisa identificar como o discurso de três propagandas, retiradas de revistas impressas, sendo uma do produto desodorante feminino Rexona, retirada da revista *7 dias com você*, editora Escala, de 01/12/2011; e as outras da linha de Barbeadores & Grooming, da *Philips*, retirada da revista *GQ Brasil*, de janeiro de 2011, constrói e representa a imagem dos sujeitos homem e mulher, revelando as transformações identitárias de ambos na atualidade.

Visando à compreensão de que as transformações identitárias dos sujeitos aconteceram e estão acontecendo em decorrência do processo de desenvolvimento social, usamos como aporte teórico Castells (1999), que aborda essa questão em sua trilogia *A era da informação*, bem como, autores que enfocam os meios de comunicação de massa, como Wolf (2009), McQuail (2003), a fim de proceder à análise do *corpus* que compõe o trabalho e compreender sob

quais condições de produção a formulação do discurso acontece. Assim, buscamos identificar qual é a imagem do sujeito que está sendo construída e/ou representada sob as condições de produção desse novo cenário social, que chamamos de pós-modernidade.

Análise do Discurso pecheutiana e sociedade: a constituição do sujeito

Os estudos da linguagem sob a abordagem da Análise do Discurso (doravante AD), fundada por Michel Pêcheux na França, tem como objeto de estudo o discurso, etimologicamente definido como percurso, como movimento, sendo a partir desse movimento entre as condições, sócio-histórica e ideológica de produção do discurso que os sentidos são constituídos. Dessa forma, entendemos que a AD é um dispositivo teórico de interpretação que se propõe estudar a prática da linguagem e a observar o homem falando e produzindo sentidos em meio às relações sociais.

Cabe compreendermos, num primeiro momento, que o discurso não diz respeito à forma linguística, ao texto linguística e gramaticalmente construído, e sim, ao efeito de sentido entre interlocutores. De acordo com essa perspectiva teórica, os estudos da linguagem procuram responder a seguinte pergunta: como esse texto significa?, ou seja, de que modo a materialidade discursiva promove determinado efeito de sentido.

A materialidade discursiva construída linearmente por meio da língua, Pêcheux (2010b) chama de intradiscurso, que é a organização/formulação do discurso. Para o autor, o intradiscurso é atravessado pelo interdiscurso, é esse atravessamento que faz alusão à memória discursiva dos sujeitos, ou seja, o saber discursivo (discursos já-ditos) sobre determinado fato ou assunto que é retomado pela historicidade evidenciada pela materialidade discursiva, e

que corrobora para constituição do sentido. Situando o sujeito na história, compreendemos que os discursos que circulam entre as formações discursivas são decorrentes de condições de produção específicas de um momento sócio-histórico e ideológico. Desse modo, é possível identificarmos que tanto os sujeitos homens e mulheres, quanto a publicidade, formulam o dizer e significam a partir de uma conjuntura socioeconômica e cultural dada, esta que automaticamente, afeta o modo de vida e a maneira de dizer e fazer sentido perante a sociedade.

Tendo em vista as transformações sociais ocorridas ao longo do tempo, situamos os sujeitos em dois momentos histórico-sociais distintos, como a sociedade tradicional e a sociedade pós-moderna, assim considerada a sociedade atual por alguns autores. Entendemos dessa forma, a primeira como a sociedade que mantinha os papéis sociais dos sujeitos homem e mulher bem definidos, delimitando suas funções e regulando a construção de seus discursos, nesta, há a presença do homem provedor e da mulher submissa.

Em contrapartida, compreendemos a sociedade pós-moderna como a sociedade atual, a que sofreu transformações, que se desenvolveu e que, em consequência disso, provocou também a alteração dos papéis sociais e das identidades entre os sujeitos. Ou seja, a sociedade em que a hierarquia entre os sexos foi se desestabilizando, e em que as relações sociais entre os sujeitos, hoje, apresentam-se como efêmeras e descontínuas, e sob múltiplas funções sociais assumidas por eles, adquirindo a característica de uma liquidez social e identitária, nesse caso, o termo pós-modernidade equivale à modernidade líquida, mencionada por Bauman (2007). Pensando desse modo, é líquida também, porque

[...] é pós-hierárquica. As ordens de superioridade/ inferioridade, genuínas ou postuladas, que se presumia terem sido estruturadas

sem ambiguidade pela lógica inquestionável do progresso, são desgastadas e fundidas – enquanto as novas são fluidas e efêmeras demais para se solidificar numa forma reconhecível e mantê-la por tempo suficiente para que seja adotada como uma referência confiável para a composição da identidade.”. (BAUMAN, 2007, p. 44-45)

Na sociedade pós-moderna, os sujeitos homens e mulheres já não têm mais seus lugares sociais bem definidos, ou bem delimitados, como eram na sociedade tradicional, e como o que é líquido se modela a diferentes formas, os sujeitos também vão se adequando a novos padrões sociais. Na pós-modernidade, o sujeito-homem nem sempre é o provedor do lar, e o sujeito-mulher nem sempre se dedica apenas, aos trabalhos domésticos, ela conquistou e cada vez mais está conquistando seu espaço no mercado de trabalho, deixando de ser dependente do esposo, aderindo a novas identidades sociais. O sujeito-homem, por sua vez, está mais independente com relação às obrigações, enquanto chefe da casa, e mais atento aos cuidados pessoais, como a aparência e seu bem-estar individual. Nesse sentido,

Apesar de todas as dificuldades do processo de transformação da condição feminina, o patriarcalismo foi atacado e enfraquecido em várias sociedades. Desse modo, os relacionamentos entre os sexos tornaram-se, na maior parte do mundo, um domínio de disputas, em vez de uma esfera de reprodução cultural. Houve uma redefinição fundamental de relações entre mulheres, homens, crianças, e, conseqüentemente, da família, sexualidade e personalidade. (CASTELLS, 1999, p.40)

Sob essas condições de produção, o discurso é formulado pelo sujeito, sendo produzido a partir de uma situação vivenciada, de um momento específico, estabelecendo relações com a história e a ideologia. As condições de produção para a AD podem ocorrer sob dois sentidos, o primeiro, em sentido estrito, que compreende o sujeito e o contexto imediato; e, o segundo, em sentido amplo, que considera o contexto sócio-histórico e ideológico, o modo como a sociedade é ou foi organizada. Diante disso, homens e mulheres

se constituem enquanto sujeitos, aderindo a formações discursivas, ou seja, posições sujeito diferenciadas, que determinam o que pode e o que deve ser dito, numa dada condição de produção do discurso.

Por essa razão, a AD não entende o indivíduo como um organismo biológico, mas, como sujeito que é interpelado pela ideologia, afetado pela memória, e inscrito em uma formação discursiva que regula o seu discurso, um sujeito que é assujeitado ideologicamente por discursos reproduzidos ao longo da história e que na atualidade são retomados pelo interdiscurso, que atravessa o eixo da formulação. Assim, os enunciados não têm sentido único, literal, mas mudam de acordo com as posições-sujeito assumidas pelos sujeitos.

A interpelação, “[...] o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 162, grifos do autor). Pensando desse modo, o sujeito tem a ilusão de que é dono do seu dizer, quando, na verdade, não o é.

[...] parecem ser sujeitos constituídos a partir de uma coletividade de sujeitos, e dos quais se diria, invertendo a relação, que essa coletividade, como entidade pré-existente, que impõe uma marca ideológica a cada sujeito sob a forma de uma ‘socialização’ do indivíduo nas ‘relações sociais’ [...]. (PÊCHEUX, 2010b: 141, grifos do autor)

Dessa forma, ocorre certa identificação dos sujeitos com a ideologia de um determinado grupo, cuja interpelação ideológica acontece sem que o sujeito se dê conta, resultando na ideia de um sujeito pré-construído, em que “[...] *considerar o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito...* ao mesmo tempo em que é *‘sempre-já sujeito’* [...]” (ibid: 142, grifos do autor). O sujeito se torna sujeito de seu discurso, formulando-o

e promovendo efeitos de sentido a partir da formação discursiva em que está inscrito num dado momento, bem como a partir da formação ideológica que lhe cabe, “[...] *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.*” (ibid: 146, grifos do autor).

Por isso, para AD pecheutiana, o sujeito é descentrado, clivado, uma vez que “[...] é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tenho o controle sobre o modo como elas o afetam.” (Orlandi 2007: 20). A partir disso, Pêcheux (2010b) apresenta os esquecimentos que caracterizam o processo de formulação do discurso, sendo o esquecimento nº 2, responsável pelo processo parafrástico de elaboração do discurso, a escolha de sequências discursivas cabíveis à formação discursiva a que pertence, ou seja, dizer com determinadas palavras e não com outras. Já o esquecimento nº 1 diz respeito à interpelação ideológica do sujeito, que lhe dá a impressão de que é a origem do discurso quando, na verdade o seu discurso é resultado de filiações sócio-históricas e ideológicas, que por sua vez, fazem parte da constituição da sociedade.

Assim, é por meio da linguagem (discurso) que os sujeitos significam e são constituídos socialmente, configurando na atualidade um cenário de hibridismo cultural que apresenta diversidade significativa de identidades sociais entre os sujeitos. Por essa razão, “[...] as sociedades da modernidade tardia [...] são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições sujeito’ – isto é, identidades – para os indivíduos.” (HALL, 2006, p. 17). Às posições-sujeito, a que Hall (ibid) se refere, associamos a expressão formação discursiva, atribuída por Pêcheux (2010a) aos diferentes papéis sociais assumidos pelos sujeitos na sociedade.

Em decorrência disso, a identidade de

homens e mulheres é representada por meio de conceitos ou padrões que foram pré-estabelecidos na sociedade ao longo da história, e que ainda constam na memória discursiva dos sujeitos, sendo aceitos ou retomados, ainda como regra. Os sujeitos, no decorrer do desenvolvimento social, passaram a realizar atividades diferentes das quais eram conduzidos a realizar, levando à quebra de expectativas com relação aos comportamentos esperados, advindos da concepção tradicional e separatista de identidade entre os sujeitos homens e mulheres.

O campo da publicidade e os meios de comunicação de massa

Os discursos que envolvem as relações sociais e a construção de identidades, bem como, todo o desenvolvimento social, são materializados pela língua que, por conseguinte, promove efeitos de sentido passivos de serem compreendidos dentro de condições de produção específicas, no caso dessa pesquisa, os sujeitos na atualidade, na sociedade pós-moderna.

Nesse ponto, a mídia desempenha papel fundamental na produção e na circulação dos sentidos, estes que direcionam o modo como os gêneros – masculino e feminino - são vistos pela sociedade. Hoje vivenciamos um novo cenário social, um cenário multifacetado, em que homens e mulheres são conduzidos a assumirem diferentes funções durante um mesmo dia, escapando da visão tradicional dos papéis socialmente cristalizados. Esse processo de mudança e transformação social

[...] produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...]. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identi-

dades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. (HALL, 2006, p. 13)

Diante desse cenário ou ainda, diante dessas condições de produção, a mídia torna-se um meio significativo de representação de novas identidades sociais, uma vez, que para atingir seu objetivo principal, que é a venda, precisa antes, promover a identificação dos sujeitos com o que é veiculado. O discurso publicitário, enquanto meio de comunicação de massa, apresenta ligação intrínseca com o processo de transformação da sociedade, tornando-se um meio revelador de novas identidades sociais, legados ao homem e à mulher na/da atualidade. Nesse sentido, “[...] a eficácia das comunicações de massa deve ser estudada em relação ao contexto de relações sociais em que opera a mídia.” (WOLF, 2009, p. 45, grifos do autor), ou seja, não pode estar dissociado das condições sócio-histórica e ideológica em que os sujeitos estão inseridos.

Por conseguinte, a partir das condições de produção abordadas, podemos afirmar que a publicidade projeta imagens do sujeito interlocutor, por meio de regras de projeção, que permitem identificar a sua posição discursiva e a do seu interlocutor. De acordo com Orlandi (2007), é esse mecanismo imaginário que permite produzir imagens dos sujeitos, bem como do objeto do discurso, para que o discurso cause o efeito de sentido esperado no seu interlocutor. Para o fundador da teoria materialista do discurso “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro.” (PÊCHEUX, 2010a, p. 81, grifos do autor).

Isso porque, segundo Pêcheux (2010b), em qualquer formação social há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação

empírica e definida (que seria considerar o sujeito como biológico) para a posição discursiva, ou seja, para as representações das funções sociais. Assim, o sujeito-enunciador (a mídia publicitária), utilizando-se do mecanismo da antecipação, coloca-se “[...] no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras, ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem.” (ORLANDI, 2007, p. 39). O interlocutor, nessa pesquisa refere-se ao sujeito consumidor.

Desse modo, entendemos que o discurso publicitário como um dos meios de circulação e de revelação de ideologias e identidades sociais, retoma na atualidade, por meio do intradiscurso (forma linguística que se apresenta o discurso), discursos pré-construídos, ou seja, discursos já existentes, já-ditos, que circularam em outro lugar e momento sócio-histórico e ideológico, e que retornam pelo interdiscurso ou memória discursiva, no eixo da constituição, repetindo o mesmo e instaurando o diferente.

Por isso, “[...] o modo de pensar o papel da comunicação de massa parece estreitamente ligado ao clima social que qualifica um determinado período histórico: às mudanças desse clima correspondem oscilações no comportamento a respeito da influência da mídia.” (WOLF, 2009, p. 49) nas diferentes condições de produção e formações discursivas. Daí o porquê de existir grande diversidade de revistas em circulação, cada qual com público-alvo e interesse diferentes, nelas os discursos, os temas de entrevistas e a publicidade são direcionados de acordo com as projeções realizadas acerca das posições-sujeito do público-alvo a ser alcançado.

Assim, na construção ou formulação do discurso publicitário, há sempre algo da história da sociedade que se mantém no discurso novo, revelando ideologias que já circulavam e retomando-as pelo fio discursivo. Podemos dizer

que um discurso é apenas um elo na/da corrente discursiva da sociedade, em que antes dele há outros discursos já-ditos e a partir dele outros podem ser construídos. Desse modo,

[...] os media de massas e a sociedade interagem continuamente e se influenciam mutuamente (como a sociedade e a cultura). Os media (como indústrias culturais) respondem às exigências da sociedade em informação e entretenimento e, ao mesmo tempo, estimulam a inovação e contribuem para um clima de mudança sócio-cultural que determina novas exigências para a comunicação. (MC-QUAIL, 2003, p. 65)

O discurso publicitário circula na mídia, construindo dizeres, mobilizando dadas condições de produção, formações discursivas e ideológicas, às quais os sujeitos do consumo estão inseridos. Dito de outro modo, os textos publicitários utilizam a língua para a formulação de discursos correntes e recorrentes na sociedade, sendo fonte importante para a formação de opinião, indo além do seu principal objetivo que é o de convencer o consumidor a comprar.

Para Orlandi (2007), a constituição dos sentidos ocorre por meio dos processos parafrásticos e polissêmicos. Os primeiros são aqueles em que algo se mantém no discurso, isto é, a memória, o interdiscurso, ou seja, a mesma coisa dita de outro modo, e os processos polissêmicos acontecem de modo a causar uma ruptura de processos de significação, havendo um deslocamento do sentido, em que a linguagem joga com o equívoco. “É nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam.” (ORLANDI, 2007, p. 36) e (re) significam.

Assim, a representação da sociedade e a instauração e/ou a consolidação de novas identidades sociais ocorre também, por meio do discurso midiático, este que, por sua vez, relaciona

língua, história, ideologia, representando o sujeito dentro de um processo sócio-histórico-cultural, em que o discurso funciona como um reflexo do cotidiano social. Sendo a partir desse processo, de dadas condições de produção que a publicidade formula seu discurso e promove a identificação ou a desidentificação dos sujeitos aos quais se dirige. Nesse sentido, “[...] a atividade dos publicitários não cria novos valores, mas utiliza valores já existentes, e a linguagem que o público-alvo pode entender.” e se identificar (KNOPLOCH, 1976, p. 54).

O discurso na propaganda e a construção da imagem dos sujeitos

De acordo com a discussão apresentada, o processo de transformação social implica em uma nova representação dos sujeitos homem e mulher, e em decorrência disso, na constituição de uma nova identidade, que por sua vez, acontece devido aos fatores sócio-históricos, ideológicos e culturais. Desse modo, as representações realizadas pela mídia podem atuar como reflexos da realidade social, em que uma não existe sem a outra. Nesse novo cenário social,

[...] em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. [...] cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. (CASTELLS, 1999a, p. 41)

A representação identitária dos sujeitos projetada pelo discurso publicitário nas propagandas e a sede pela busca de uma identidade notoriamente diferente da identidade tradicional, é resultado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural da sociedade, bem como, de seus modos de produção. Isto é, o modo como os sujeitos agem na sociedade e a transformam, consequentemente,

alteram também suas posturas e comportamentos perante os fatos, gerando novas identidades, novos padrões sociais, reveladas pelos discursos correntes.

Nesse sentido, “[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço.” (PÊCHEUX, 2008, p. 56). Isto é, no discurso, em especial, nas propagandas impressas selecionadas, observamos a ocorrência do deslocamento das identidades culturais cristalizadas, para as identidades culturais da atualidade, que aos poucos estão se consolidando socialmente.

Para tanto, seguiremos com a análise da propaganda do produto Rexona Women, da campanha “Qual é a sua essência?”, veiculada na Revista *7 dias*, editora Escala, de 01 de dezembro de 2011. Ao procedermos à análise do discurso da peça publicitária, observamos as condições de produção sob as quais a propaganda foi veiculada. A Revista *7 Dias* é publicada semanalmente, contém cinquenta páginas e é direcionada ao público feminino. Por esse motivo, apresenta conteúdos voltados ao dia a dia das mulheres, como dicas de saúde, beleza, sexo, culinária e resumos das novelas.

O custo da revista é de R\$ 1,49 (um real e quarenta e nove centavos), um valor consideravelmente acessível. A partir dessa informação, podemos identificar que a revista busca atender e atingir as mulheres, começando pela classe baixa. A publicidade apresentada na revista varia entre produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza, livros religiosos, produtos voltados à saúde e, ainda, uma campanha do Ministério da Previdência Social, do Governo Federal do Brasil. Vale destacar, que uma revista que possui um valor mais agregado, não há

propaganda do Ministério da Previdência Social, o que nos permite identificar o público-alvo da revista.



Figura1- Propaganda Rexona *Women*. Campanha “Qual é a sua essência”

Voltando o olhar para o discurso veiculado, verificamos que a pergunta “Qual é a sua essência?” - nome da campanha conduz as mulheres consumidoras da revista a pensar em sua essência, ou seja, a pensar naquilo que lhe é mais natural, enquanto mulher. Uma possível resposta vem logo abaixo, com a imagem de uma mulher e de uma menina, conseqüentemente, mãe e filha, que por sua vez, se mostram sorridentes, num momento de lazer, num dia de sol, remetendo à satisfação, por concretizar a essência de ser mãe. Por isso, a luminosidade da imagem, em que o foco é a mãe e a filha, transparecendo a sensação de segurança e bem estar de ambas, proporcionada pelo desodorante.

Logo abaixo da imagem, a propaganda apresenta o relato (discurso) formulado por uma mulher da sociedade atual, sobre sua experiência na infância com relação à pergunta que lhe faziam, que entra em consonância com o discurso não-verbal apresentado: “Dri, o que você quer ser

quando crescer?”. A minha resposta surpreendia a todos: “Eu quero ser mãe”. Ao dizer que sua resposta surpreendia a todos, o sujeito-mulher representado na propaganda faz alusão à possível resposta (não dita), ao que se espera que uma mulher diga, fazendo parte das condições de produção abordadas. Desse modo, a resposta aceitável ou a mais normal seria que ela dissesse uma ou outra profissão e, no entanto, não foi. Nesse ponto, percebemos o interdiscurso voltado à primeira função da mulher, a reprodução, aqui tratada como essência feminina, o desejo pela maternidade, que ainda se mantém por parte de algumas mulheres da atualidade, mas, que geralmente, fica em segundo plano.

Em seguida, ela afirma que cresceu e se formou em jornalismo, ou seja, atendeu às necessidades ou aderiu ao caminho percorrido por muitas mulheres da pós-modernidade, estudar, ter uma profissão, realizar um trabalho que vá além da maternidade e dos trabalhos domésticos. Uma oportunidade vale dizer, que não abrangia a maioria das mulheres na sociedade tradicional, uma vez que a mulher era (é) educada para ser mãe, cuidar dos afazeres domésticos e ser submissa ao esposo.

Entretanto, a mulher representada pelo discurso da propaganda reafirma seu desejo de criança, demonstrando maior satisfação e realização quando sua filha nasceu. Na última frase do discurso, “[...] eu posso ter qualquer profissão, mas eu sou – e sempre fui – mãe. Essa é a minha essência”, observamos a dualidade de funções exercidas pela mulher pós-moderna, assumindo diferentes formações discursivas.

Entendemos a profissão aqui, como algo técnico, que é aprendido devido a uma necessidade social, já a essência de ser mãe, é algo intrínseco à mulher, já nasce com ela, e ao longo da vida, a mulher adere ou não a esse instinto maternal. Ainda, o fato de dizer “eu posso ter qualquer

profissão” retoma discursos referentes à escolha e/ou de possibilidade e que independente da função social que ela desempenhe exercendo uma profissão, a essência é a maternidade. Nesse sentido, pensando por um viés sociológico,

[...] a incorporação maciça da mulher na força de trabalho remunerado aumentou o seu poder de barganha vis-à-vis o homem, abalando a legitimidade da dominação deste em sua condição de provedor da família. Além disso, colocou um peso insustentável sobre ombros das mulheres com suas quádruplas jornadas diárias (trabalho remunerado, organização do lar, criação dos filhos e a jornada noturna em benefício do marido). (CASTELLS, 1999b, p. 170)

Tendo em vista a luta enfrentada pelas mulheres, no decorrer da história da sociedade, em busca do seu espaço social e cultural, “[...] a verdadeira e a principal emancipação feminina é a do trabalho” (Coelho 2002: 48), pelo viés da independência financeira. Contudo, o discurso da peça publicitária analisada, evidencia que a mulher adquiriu outras funções, não escapando de suas atribuições tradicionais, enquanto mãe e esposa, o que caracteriza a sua essência, o que não é regra para todo sujeito-mulher.

Por outro lado, o perfil do sujeito-homem também sofreu alterações ao longo da história. O homem, que antes, era considerado o provedor em sua relação com a mulher e à família, um tanto rústico em termos de cuidados pessoais, hoje se mostra um sujeito modificado culturalmente. Enquanto a mulher conquistou seu espaço socialmente, e teve sua emancipação, assim também ocorreu com o homem, ele se emancipou de certos estigmas e não tem mais o peso da responsabilidade total de manter a casa. Os sujeitos-homens da pós-modernidade mostram-se mais cuidadosos consigo mesmos, vaidosos, e não veem menos masculinidade nisso.

Apresentamos a segunda propaganda, da linha de *Barbeadores & Grooming - Philips*, retiradas da revista *GQ Brasil*, de janeiro de 2012.



Figura 2 – Linha de Barbeadores & Grooming. Campanha “*Impress: explore todos os seus estilos*”.

A revista *Gentlemen's Quaterly Brasil* (GQ Brasil), edições Globo é uma revista masculina, presente em 18 países, mensal e traz assuntos voltados ao homem brasileiro da atualidade, como questões de estilo de vida e moda. O custo da revista é de R\$ 15,00 (quinze reais), valor que seleciona o público-alvo masculino, compondo temas relacionados à vida empresarial, viagens, cinema, sexo. As peças publicitárias que a revista veicula são de perfumes e roupas de grife, carros e lazer sofisticados, bem como, produtos para cuidados pessoais, que é o caso das propagandas selecionadas.

Nas peças publicitárias acima, percebemos logo de início que o perfil do sujeito-homem atual difere do perfil do sujeito-homem da sociedade tradicional, nelas, observamos a ênfase no cuidado com a barba. A primeira propaganda apresenta dois tipos de homens, aqueles que cuidam da barba, porque são homens e precisam fazê-lo, colocando a esse cuidado como certa exigência na atualidade; e os meninos, que por sua vez, não tem barba, e por isso, não precisam se preocupar. Nesse ponto, observamos o enfoque ao estilo na materialidade discursiva disposta na parte inferior da propaganda que diz: “a linha *Philips Barbeadores & Grooming* foi projetada para você explorar todos os estilos que você quiser. Leia nossas dicas em *Impress* e aprenda como cuidar bem do seu visual e

de si mesmo.”, em que se constata a preocupação do homem pós-moderno, voltada ao cuidado com a aparência, nesse caso, o estilo sugerido é o *True Man*.

A segunda propaganda inicia com uma possibilidade presente na materialidade discursiva: “Se a sua mulher tiver um amante, que ele seja você.”, esse discurso atenta para uma possível traição por parte do sujeito-mulher, vale dizer, que a peça publicitária não condena as mulheres por esse motivo, o que há é uma hipótese, revelada pela marca discursiva “se”. No entanto, não deixa de interdiscursivamente, fazer alusão à traição realizada por elas, que socialmente não era e ainda não é aceita. Por outro lado, a propaganda projeta novamente a imagem do sujeito-homem da atualidade e seus diferentes estilos, daí o discurso de o amante ser ele mesmo, só que, diferente, o que vem em consonância com a diversidade de aparelhos de barbear propostos pela *Philips*, que, nessa propaganda, o estilo é o *latin lover*.

Observamos também que o *design* que as propagandas apresentam, a disposição e estilo das letras, e ainda o estilo da barba desenhado, remetem à memória discursiva referente aos cartazes dos antigos filmes de *bang bang*. Esse detalhe pode revelar certa ideologia, ainda voltada ao homem que manda e que tem o poder (social), uma vez, que uma das características desse tipo de filme é marcada pela disputa de poder e conquista de espaço entre homens xerifes. Vale dizer, que o papel da mulher nesses filmes, era na maioria das vezes, voltado à visão tradicional de papéis sociais, restringindo-a ao espaço doméstico, quando não era voltado à sedução dos forasteiros.

Considerando o auxílio do discurso imagético para a compreensão da materialidade discursiva, entendemos que, por esse ponto de vista, “[...] a imagem representa a realidade, [...]; mas ela pode também conservar a força das relações sociais.” (Davallon 2007: 27). Embora

o foco da pesquisa tenha sido o enunciado, a materialidade discursiva das peças publicitárias, vale considerar, que a imagem também é fonte de memória e de constituição dos efeitos de sentido, podendo ser o enfoque de estudos posteriores.

Considerações finais

Com a análise das peças publicitárias, é possível perceber o deslocamento de identidades sociais e novos comportamentos emergindo diante das condições de produção – que é a sociedade atual. Tanto com relação ao sujeito-mulher que busca seu espaço no mercado de trabalho e que concomitantemente a isso, mantém laços com sua função social primeira, quanto com relação ao sujeito-homem, que após a evolução feminina ficou de certa forma, mais livre e mais atento às suas necessidades e cuidados pessoais, embora ainda haja resquícios de poder relacionados à imagem do sujeito-homem como detentor do poder nas relações sociais entre os sexos.

Constatamos, dessa forma, que o discurso publicitário acompanha o processo de transformação da sociedade. Por isso, em conjunto com a história e sua relação com os sujeitos e com a ideologia predominante, a propaganda apresenta na materialidade discursiva, efeitos de sentido que revelam as novas formas de perceber os sujeitos, com relação aos papéis sociais assumidos por eles na sociedade atual, mesmo que, ainda não estejam totalmente consolidados, pois os novos discursos, por vezes, retomam discursos e ideologias que já circulavam socialmente.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São

Paulo: Paz e Terra, 1999a.

_____. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

COELHO, M. **A evolução do feminismo: subsídios para a sua história**. 2 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KNOPLOCH, Z. As relações sociais na atividade publicitária. In: _____. **Ideologia do Publicitário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1976. p. 35 – 57.

MCQUAIL. D. **Teoria da comunicação de massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. e Hak, T. (Org). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: UNICAMP, 2010a.

_____. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 2010b.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. e Hak, T. (Org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 2010.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de**

massa. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Artigo enviado em: 11/05/2012

Aceite em: 13/06/2012

O discurso sobre a liberdade de expressão em documentos oficiais

p. 59 - 67

Renata Adriana de Souza¹

Resumo

Nossa proposta para este artigo foi analisar o enunciado liberdade de expressão nas três versões do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Para isso, montamos um arquivo composto pelos discursos que abordam o enunciado nos documentos. A partir de então, produzimos gestos de interpretação sobre essa questão, considerando a tensão contraditória que a envolve. Para a realização das análises, nos apoiamos na teoria da Análise do Discurso, principalmente, nos conceitos de memória e arquivo que nos permitiram analisar as relações de força que se encontram materializadas nos documentos.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Arquivo. Memória. Silêncio.

Discourse on freedom of expression in official documents

Abstract

Our proposal for this article was to analyze the freedom of expression statement in the three versions of the National Human Rights Program (NHRP). For this, we set up a file consisting for the discourses which approach the statement in the documents. Since then, we make interpretations about this issue, considering the contradictory tension that surrounds it. For the analyses perform, we agree on the theory of discourse analysis, mainly, on the concepts of memory and file that allowed us to analyze the power relations that are materialized in the documents.

Keywords: Freedom of expression. File. Memory. Silence.

Introdução

O enunciado Liberdade de expressão, no Brasil, consiste em um lugar particular de configuração de um arquivo, este considerado no sentido de Pêcheux (1994: 57) como “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão.” Falar em liberdade de expressão, na conjuntura sócio-histórica, é fazer referência a um número considerável de textos produzidos, dos quais podemos destacar músicas, filmes, vídeos, livros de diferentes áreas (direito, filosofia etc.), artigos jornalísticos, documentos oficiais,

entre outros. Temos diferentes discursos, que se constituem de diferentes maneiras e em diferentes materialidades, a compor o arquivo sobre liberdade de expressão.

Apesar da quantidade de discursos sobre a temática, esse arquivo não é reflexo passivo da realidade, pois de acordo com Guilhaumou e Maldidier (1997), nenhum arquivo pode ser considerado dessa maneira, tendo em vista o fato de, em sua materialidade e diversidade, ele ser ordenado pela abrangência social, sendo que, tal ordenação nunca é simples ou pacífica, mas complexa.

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Colaboradora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: renatauem@yahoo.com.br

Falar em arquivo é nos confrontar com questões conflituosas relacionadas ao controle e regulação de sua leitura, ao controle e regulação do sentido. Com isso, Pêcheux (1994) estabelece que, historicamente, há uma divisão social do trabalho de leitura de arquivo entre diferentes grupos: literários e cientistas. Aos literários é reservado o direito a fazer leituras e interpretações originais. Por sua vez, aos cientistas é delegada a tarefa subalterna de preparar e sustentar, por gestos anônimos, o tratamento literal dos documentos.

Diante desse quadro, a leitura de arquivo se insere em diferentes vertentes. Ela pode estar relacionada a um trabalho anônimo, ligada aos aparelhos de poder da sociedade empenhados na configuração de uma memória coletiva. Esse trabalho é efetuado a partir de um apagamento do sujeito-leitor em prol de uma determinada instituição:

O grande número de escrivãos, copistas e ‘contínuos’, particulares e públicos, se constituiu, através da Era Clássica e até nossos dias, sobre esta renúncia a toda pretensão de ‘originalidade’, sobre este apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa. (PÊCHEUX, 1994, p. 56).

Os considerados profissionais na leitura de arquivos (literatos, historiadores, filósofos, pessoas de letras) regulam essa prática, empenhando-se no apagamento das ambiguidades, nesse sentido, aprender a ler e a escrever consiste na apreensão de um sentido unívoco: “Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de ‘terapêutica da linguagem’ que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1994, p. 60)”.

Nesse processo de leitura estão inscritas relações de força, que podem ser observadas no trabalho de fixação dos sentidos. Fixação que carrega o risco de uma normalização asséptica da

leitura e do pensamento e, conseqüentemente, um silenciamento da memória histórica.

As relações de força se fazem presentes não apenas no processo de leitura do arquivo, mas também no processo de escritura. Desse modo, a constituição de um arquivo está diretamente relacionada a um jogo de forças responsáveis por um processo de eleger e descartar sentidos, por isso, ela se caracteriza como conflituosa. De acordo com Romão (2010, p. 123):

[...] a marca-mestre do arquivo é suportar traços do passado e a possibilidade de um porvir, na constante tensão da contradição histórica que se constitui no movimento de eleger/apagar sentidos, eternizar/silenciar outros – um bem e um mal de arquivo em cena.

Nessa contradição estabelecida no movimento de eleger/ descartar, eternizar/ silenciar sentidos, o arquivo configura um lugar de relações de força responsáveis por censurar, manipular, reprimir leituras, produzindo ajustamentos em relação a interesses e a poderes. O processo de fixar determinados sentidos ao mesmo tempo em que silencia outros atribui ao arquivo movimento, estabelece uma multiplicidade de vozes que oscilam entre presença e ausência, lembrança e esquecimento.

Esse é um ponto que nos interessa para trabalhar o arquivo sobre liberdade de expressão, lançar nosso olhar para entender determinadas formas de relações de forças, de conflitos responsáveis por estabelecer e/ou manter determinados sentidos ao mesmo tempo em que silenciam outros.

Estamos considerando o arquivo sobre liberdade de expressão a partir do movimento incessante entre os sentidos que são eleitos e se eternizam no meio social e aqueles que são descartados e/ ou silenciados de formas diversas, mas que, em determinados momentos, emergem produzindo efeitos.

Esse arquivo pode ser visto por meio de

uma partição entre dois dispositivos: o primeiro está relacionado à liberdade de o sujeito expressar suas idéias e opiniões abertamente em sociedade, e o segundo, aos veículos de comunicação, nesse caso, liberdade de expressão relacionada ao acesso aos diferentes meios de comunicação. É esse segundo tipo que nos interessa aqui, o dispositivo de arquivo relacionado aos meios de comunicação. Para relacionar liberdade de expressão aos meios de comunicação, montamos um arquivo composto pelo Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) em suas três versões. Nosso objetivo é analisar o movimento responsável pela produção de diferentes efeitos de sentido sobre o enunciado.

Programa nacional dos direitos humanos

Em 1993, houve em Viena uma Conferência Mundial de Direitos Humanos, cujo objetivo consistiu em discutir o fortalecimento e a observância do que se refere aos direitos e liberdades relacionadas à pessoa humana. Essa

conferência solicitou aos membros das Nações Unidas o desenvolvimento de Programas Nacionais de Direitos Humanos.

No Brasil, houve a criação e implantação do programa em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, responsável por lançar o 1º Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-1). Para que o programa atingisse seus objetivos criou-se, em 1997, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, no Ministério da Justiça, para coordená-lo e monitorá-lo. O PNDH foi reformulado em 2002, no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, com o intuito de aumentar o leque de discussões relacionado aos direitos sociais de todos os indivíduos. Uma nova versão surgiu no ano de 2009, PNDH-3, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Diante das três versões do documento, nosso objetivo consiste em analisar a produção de sentidos sobre liberdade de expressão, responsável por atribuir determinado movimento relacionado

PNDH1	PNDH2	PNDH3
Proteção do direito à liberdade de expressão e classificação indicativa	Garantia do direito à liberdade de expressão e Opinião e Expressão	Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.
56. Criar um sistema de avaliação permanente sobre os critérios de classificação indicativa e faixa etária. 57. Promover o mapeamento dos programas radiofônicos e televisivos que estimulem a apologia do crime, da violência, da tortura, das discriminações, do racismo, da ação de grupos de extermínio, de grupos paramilitares e da pena de morte, com vistas a identificar responsáveis e adotar as medidas legais pertinentes.	101. Apoiar a instalação, no âmbito do Poder Legislativo, do Conselho de Comunicação Social, com o objetivo de garantir o controle democrático das concessões de rádio e televisão, regulamentar o uso dos meios de comunicação social e coibir práticas contrárias aos direitos humanos (<i>grifos meus</i>).	Objetivo Estratégico I: Promover o respeito aos Direitos Humanos nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em Direitos Humanos. f) Avançar na regularização das rádios comunitárias e promover incentivos para que se afirmem como instrumentos permanentes de diálogo com as comunidades locais. Objetivo Estratégico II: Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação. c) Incentivar a produção de filmes, vídeos, áudios e similares, voltada para a educação em Direitos Humanos e que reconstrua a história recente do autoritarismo no Brasil, bem como as iniciativas populares de organização e de resistência.

à discussão em questão.

Vejam os como o discurso sobre Liberdade de Expressão é abordado nos documentos:

Temos, nas diferentes versões do documento, diferenças que podem ser observadas já nos títulos de cada seção: Proteção do direito à liberdade, Garantia do Direito à Liberdade, Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos. Essas diferenças se materializam também nos objetivos descritos fato que nos leva a questionar: como as formas de nomear significam de modo diferenciado em relação ao enunciado liberdade de expressão? O que sustenta o enunciado? Como ocorre o movimento e quais efeitos possuem? Vamos tentar responder a essas questões e, em breve, voltaremos aos documentos.

Arquivo e memória

No processo de leitura sobre o enunciado liberdade de expressão, o que dá sustentação ao arquivo é a memória (enquanto algo pré-existente e exterior). A memória é a responsável por atribuir sustentação aos sentidos cujo funcionamento ocorre sob a forma do retorno. A esse respeito, Mittmann (2008) diz que:

Assim, a memória funciona como um estofamento que dá suporte ao novo discurso, que o sustenta, acomoda e conforta, isto é, conformiza. A interpretação – seja no processo de produção, seja no de leitura – só ocorre por causa da conformidade ou conformização da memória (Mittmann, 2008, p. 120).

No entanto, ainda de acordo com a autora, memória não pode ser considerada como algo estanque, fechado, acabado, à espera de um discurso. A memória possui um caráter de mobilidade e por isso ocorre o deslocamento a cada novo discurso.

Temos um jogo de forças que age também no conjunto complexo responsável pela constituição

da memória, este tem por objetivo manter uma regularização, estabilização, em um trabalho de integração do acontecimento discursivo, que visa como resultado absorvê-lo e dissolvê-lo. Mas, contraditoriamente, o jogo de forças desregula, perturba a rede dos implícitos. Nesse sentido, a memória funciona como absorção do acontecimento, com o propósito de estabilizá-lo e, ao mesmo tempo, ela movimenta-se a cada novo acontecimento. É a partir desse jogo de estabilização/ deslocamento que a memória sustenta o movimento dos sentidos. Considerar a memória a partir da dualidade estabilização/ deslocamento permite, de acordo com Mittmann (2008), a aproximação desse conceito ao de arquivo. Em relação ao dispositivo de arquivo sobre liberdade de expressão, podemos dizer que há diferentes lugares de memória que sustentam diferentes sentidos sobre o enunciado, entre eles, o período de ditadura civil-militar (1964-1985), que nesse trabalho nos interessa particularmente.

Liberdade de expressão e ditadura militar

Para entender o funcionamento desse arquivo e a memória que lhe atribui significação, é importante fazer algumas considerações sobre o período de ditadura civil-militar brasileira.

Partimos do princípio de que há, no Brasil, um lugar logicamente estabilizado que afirma existir plena liberdade de expressão, sendo que, esse enunciado aparece relacionado à liberdade de comunicação, liberdade de informação, liberdade de imprensa.

Esse lugar logicamente estabilizado, lugar da evidência, se configura a partir de referências ao período militar, momento em que o direito à liberdade de expressão foi negado, proibido, interdito, por meio da censura aos veículos de comunicação, a todas as formas de manifestações

artísticas, universidades e qualquer forma de resistência ao governo. Havia, nesse período, atentado à liberdade de expressão.

Para manter o alto consenso popular, esse período de repressão contou com a colaboração e o apoio de diversos setores da imprensa, o objetivo era estimular uma atmosfera positiva capaz de envolver a população brasileira. Com isso, muitos veículos de comunicação se formaram ou se solidificaram durante esse período militar: Rede Globo de Comunicações, Jornal Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, assim como vários periódicos do grupo Civita com destaque à Revista Veja. Esses grupos cresceram e ganharam força durante o regime militar, justamente, por apoiar o sistema. O grupo se consolidou e se constituiu, nas palavras de Borges (2009), como os Barões da Mídia com poderes suficientes para controlar e restringir o acesso a esses veículos.

A ditadura militar permaneceu até 1985. Após 21 anos, há o início de uma redemocratização brasileira.

É constante o contraponto estabelecido de que o ano de 1964 marca um período de constantes atentados à liberdade de expressão e a partir de 1985 há plena liberdade de expressão. Esse contraponto é um lugar de evidência, e está presente em diversos discursos como, por exemplo, nas palavras de Couto:

Nesse ano o que acontece, segundo Couto (2003: p. 448), é:

Os militares voltam aos quartéis e aos limites de suas funções tradicionais. A legislação ditatorial remanescente é eliminada. O Judiciário atua com independência. O Congresso recupera suas prerrogativas. Há plena liberdade de imprensa. As eleições indiretas são extirpadas. A atividade política reencontra a plenitude. A partir de 1987, Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana elabora nova Carta Política, promulgada em 5 de outubro de 1988. No final de 1989, o povo elege novo presidente da República.

Nas palavras de Couto (2003), a partir do ano de 1985 há plena liberdade de imprensa, no

entanto, a liberdade de imprensa não significou liberdade de acesso aos veículos de imprensa. Nessa conjuntura, *liberdade de expressão*, relacionada aos veículos de radiodifusão, continuou um direito restrito aos conglomerados que já dominavam os meios de comunicação e se fortaleceram durante o regime militar. Isso ocorreu devido à ausência de uma legislação e de frágeis leis regulatórias. Essa ausência e fragilidade foram resultados de uma política dominante sobre o setor.

O dizer exposto por Couto (2003) de que com a redemocratização da sociedade há plena liberdade de imprensa está apoiado em um lugar de memória que estabiliza determinados sentidos referentes ao fato de que com o fim da ditadura, o Brasil passou a ser uma sociedade democrática.

Esse lugar de memória sustenta um dispositivo de arquivo que controla e regula determinados sentidos ao estabelecer uma relação parafrástica, no meio social, entre os discursos sem ditadura/ com democracia. Em outras palavras, o discurso da plena liberdade de imprensa é responsável por um dispositivo de arquivo utilizado por grupos já existentes na configuração de uma memória coletiva, sendo que, esta última dá sustentação e estabiliza os sentidos referentes a esse arquivo.

No entanto, ao considerarmos a problemática se refere à liberdade de expressão relacionada aos veículos de radiodifusão, podemos dizer que não há democracia, mas monopólio, pois no Brasil, poucas famílias dominam os veículos de comunicação.

De acordo com Borges (2009), no final do século XX, nove famílias dominavam o setor dos meios de comunicação: Marinho (Globo), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Mesquita (Estado de São Paulo), Frias (Folha de São Paulo), Levy (Gazeta do Povo) e Nascimento e Silva (Jornal do Brasil). Atualmente, restam apenas cinco, pois as

famílias Bloch, Levi e Nascimento faliram e o clã Mesquita atravessa uma grave crise financeira.

Nesse dispositivo de arquivo, a seleção de discursos em que os sentidos afirmam existir no Brasil plena liberdade de imprensa silencia o fato de que essa liberdade é restrita a alguns grupos.

O trabalho de Orlandi (2007) mostra que o silêncio é constitutivo da significação, trata-se do silêncio fundador, condição para a produção de sentidos, o silêncio enquanto materialidade significativa que se faz presente em qualquer discurso. Segundo a autora, o silêncio torna possível toda significação, todo dizer. O silêncio que não é distanciamento, mas presença. O silêncio que é constitutivo do sentido e do sujeito da linguagem. Essa concepção de silêncio não está relacionada ao silêncio físico, ausência de palavras, mas ao silêncio como materialidade significante, o silêncio que há entre as palavras, entre as notas de música, entre as linhas, entre os astros, entre os seres, entre as imagens. O silêncio que vai além, que atravessa as diferentes materialidades discursivas. Se o sentido é múltiplo é porque o silêncio é constitutivo.

No entanto, quando consideramos o arquivo sobre liberdade de expressão não é só esse aspecto fundador que nos interessa, mas o que a autora denomina de política do silêncio.

A política do silêncio, em seu aspecto constitutivo, refere-se à produção de um recorte entre o que se diz e o que não se diz, ou seja, ao dizer algo, apagamos outros sentidos possíveis e indesejáveis em uma situação discursiva: “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído.” (Orlandi, 2007, p. 73). Por meio dessa política do silêncio se apaga os sentidos que se quer evitar, sentidos que remeteriam a uma outra formação discursiva, uma outra região dos sentidos. Nesse aspecto, o silêncio determina os limites do dizer.

No arquivo sobre liberdade de expressão, o silêncio é o próprio lugar da contradição, da diferença, pois, ao mesmo tempo em que há plena liberdade de expressão, há um controle sobre a liberdade de expressão. Ao considerarmos a contradição inscrita nesse arquivo, vamos nos voltar aos documentos, nossos objetos de análise.

É a partir da relação entre o arquivo (responsável pela seleção de documentos sobre uma questão e por fixar e silenciar sentidos referentes a ela) e a memória (responsável por sustentar sentidos a partir do jogo entre estabilização e deslocamento), que estamos considerando o arquivo sobre liberdade de expressão como um lugar de relações de força, em que há o trabalho de eleger e eternizar determinados sentidos ao mesmo tempo em que outros são silenciados.

Tendo em vista essas observações, nosso propósito, seguindo a linha pecheutiana, é analisar um arquivo sobre liberdade de expressão composto por recortes do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), nas três versões. Nosso objetivo é analisar, nos programas, o ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade referente ao enunciado liberdade de expressão. É importante destacarmos que, nos documentos, esse enunciado encontra-se em relação direta aos meios de comunicação.

Programa nacional dos direitos humanos

Para nossas discussões, fizemos um pequeno recorte de cada uma das versões. Nosso foco, como já expusemos, consiste no discurso sobre liberdade de expressão.

No PNDH1, temos o seguinte discurso:
Proteção do direito à liberdade
Liberdade de Expressão e Classificação Indicativa
56. Criar um sistema de avaliação permanente sobre os critérios de classificação indicativa e faixa etária.
57. Promover o mapeamento dos programas radiofônicos e televisivos que estimulem

a apologia do crime, da violência, da tortura, das discriminações, do racismo, da ação de grupos de extermínio, de grupos paramilitares e da pena de morte, com vistas a identificar responsáveis e adotar as medidas legais pertinentes.

É interessante que nessa primeira versão do documento não é feita qualquer referência a um maior acesso aos veículos de radiodifusão. Fala-se em liberdade de expressão, nesse momento, relacionada à classificação indicativa e ao respeito aos direitos humanos, a partir do mapeamento de programas que os desrespeite. Esse trecho do programa parece encontrar apoio, sustentação em um lugar de memória que estabelece a existência da plena liberdade de imprensa, logo só é necessário mapear os programas que façam apologia ao crime ou qualquer forma de discriminação.

O discurso sobre a liberdade de expressão no PNDH1, ao focar no respeito aos direitos humanos, silencia o fato de o acesso aos meios de radiodifusão ser restrito a alguns grupos. Silencia-se o debate sobre o fornecimento de um número maior de concessões públicas. Podemos dizer que ao se produzir um recorte entre o dizer e o silenciar, há a produção de efeitos perversos.

Em 2002, houve a reformulação do programa. Sobre a liberdade de expressão o PNDH2 diz o seguinte:

Garantia do Direito à Liberdade
Opinião e Expressão
101. Apoiar a instalação, no âmbito do Poder Legislativo, do Conselho de Comunicação Social, com o objetivo de garantir o *controle democrático* das concessões de rádio e televisão, regulamentar o uso dos meios de comunicação social e coibir práticas contrárias aos direitos humanos (*grifos meus*).

Nesse segundo momento, fala-se em garantir acesso às concessões de rádio e televisão, no entanto, isso será feito por meio de um controle democrático.

Ao mesmo tempo em que temos um enunciado que afirma a garantia do direito à liberdade de opinião e expressão, há outro que estabelece o controle sobre determinadas formas

de se expressar. Esse controle está relacionado às concessões de rádio e televisão, ou seja, há um controle relacionado ao fato de o sujeito se expressar e se comunicar com um número grande de pessoas.

O enunciado controle democrático é o lugar da contradição no documento, tendo em vista o fato de esse enunciado estar em relação a outro que estabelece garantia sobre a liberdade de expressão. Percebemos diferentes vozes funcionando nesse item, vozes que colocam em relação termos como controle e democracia. Novamente, silencia-se o fato de existir um monopólio relacionado aos meios de comunicação.

Na terceira versão do documento, temos a seguinte referência sobre liberdade de expressão na Diretriz 22: “Garantia do direito à *comunicação democrática* e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.” (*grifos meus*).

Nessa terceira versão do documento, há a relação entre liberdade de expressão, comunicação e democracia. Temos um outro movimento em nosso arquivo sobre liberdade de expressão. Esse movimento é responsável por atribuir outros elementos e outros sentidos ao arquivo sobre liberdade de expressão no PNDH. No entanto, será que podemos dizer que esse movimento estabelece, nos documentos, uma ruptura em relação aos discursos que vinham sendo produzindo sobre a temática em questão?

Percebemos que, nesse momento, o discurso do documento não fala mais em direito sobre a liberdade de expressão garantido por meio de um controle democrático, mas garantia do direito à comunicação democrática, ou seja, garantia do direito à comunicação a todas as pessoas.

Objetivo Estratégico I:
Promover o respeito aos Direitos Humanos nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em Direitos Humanos.

f) Avançar na regularização das rádios comunitárias e promover incentivos para que se afirmem como instrumentos permanentes de diálogo com as comunidades locais.

Objetivo Estratégico II:

Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação.

c) Incentivar a produção de filmes, vídeos, áudios e similares, voltada para a educação em Direitos Humanos e que reconstrua a história recente do autoritarismo no Brasil, bem como as iniciativas populares de organização e de resistência.

Enquanto o PNDH-2 trata sobre garantir o controle democrático das concessões de rádio e televisão, a proposta do PNDH-3 é avançar na regularização das rádios comunitárias e promover incentivos para que se afirmem como instrumentos permanentes de diálogo com as comunidades locais.

Um outro trecho que chama atenção refere-se a “Incentivar a produção de filmes, vídeos, áudios e similares, voltada para a educação em Direitos Humanos e que reconstrua a história recente do autoritarismo no Brasil, bem como as iniciativas populares de organização e de resistência.”

Reconstruir a história do autoritarismo no Brasil é considerar aqueles que participaram na instauração e consolidação de um regime autoritário. Entre os que participaram do regime autoritário brasileiro encontram-se muitos meios de comunicação, tal como apontados por Borges (2009): Rede Globo de Comunicações, Jornal Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, assim como vários periódicos do grupo Civita com destaque à Revista Veja. Esses grupos cresceram e ganharam força durante o regime militar, justamente, por apoiar o sistema. O grupo se consolidou e se constituiu como os Barões da Mídia com poderes suficientes para controlar e restringir o acesso a esses veículos.

Tendo em vista os sujeitos que contribuíram para a instalação e manutenção de um regime autoritário no Brasil, “Incentivar a produção de

filmes, vídeos, áudios e similares, voltada para a educação em Direitos Humanos e que reconstrua a história recente do autoritarismo no Brasil, bem como as iniciativas populares de organização e de resistência” é expor informações silenciadas de nosso meio social.

Podemos dizer que no PNDH3 há uma mudança no discurso sobre liberdade de expressão no Brasil. Mas, essa mudança não configura uma ruptura sobre a produção de sentidos relacionados à questão. O discurso, tal como exposto, aponta para uma regularização das rádios já existentes, ou seja, apontam-se soluções para um problema, no entanto, não é feita qualquer referência ao acesso às concessões públicas de modo mais abrangente.

De modo parecido, podemos considerar válido o incentivo à produção de filmes e materiais que reconstruam a história do autoritarismo no Brasil, mas não podemos esquecer que o rádio e a televisão estão presentes nas casas da maioria da população, sendo que, um número significativo dos sujeitos tem acesso apenas a esses veículos. Por isso, acreditamos que o discurso sobre comunicação democrática, no PNDH3, embora aponte para questões excluídas e silenciadas nas versões anteriores, não desestabiliza os sentidos já existentes sobre liberdade de expressão.

Considerações finais

Podemos dizer que tratar de comunicação democrática em nosso país é algo complicado, pois há um lugar de memória muito forte e bem estabilizado que, por meio de um jogo de forças, estabelece, pelo discurso, a existência de plena liberdade de imprensa e silencia o fato de que há um controle estabelecido sobre os veículos de imprensa.

Nesse sentido, o direito de livre manifestação do pensamento é bastante abstrato, porque para os indivíduos, de modo geral, não existe a

possibilidade de expressarem esse direito. Em nossa sociedade, a livre expressão acaba restrita às rodas de amigos, tendo em vista que o direito de emitir opiniões, críticas e reclamações por meio da imprensa é uma prática restrita.

O discurso sobre a liberdade de expressão é um lugar contraditório, pois ao sujeito é dado o direito de emitir informações e opiniões abertamente. No entanto, para ter acesso a um veículo de comunicação que possibilite publicar informações e opiniões, por meio de jornais ou revistas, é necessário uma concessão pública, esta última difícil de ser conseguida.

Referência bibliográfica

BORGES, A. **A ditadura da mídia**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

BRASIL. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República**. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010. Disponível em: www.sedh.gov.br. Acesso em: 12 jan. 2010.

COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MITTMANN, S. Redes de ressignificações no ciberespaço. In: **Discursos midiáticos**: sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro & João, 2008.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: UNICAMP, 1994.

ROMÃO, L. M. S.; GALLI, F. C. S.; PATTI, A.

R. Arquivo em cena: “im-pressões” de leitura sobre o tema. **Desenredo** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. V.6, n.1, p.123-134. jan/jun. 2010.

Artigo enviado em: 22/05/2012

Aceite em: 10/06/2012

Paráfrases, paródias e hipertexto: discurso político e ambientes digitais

p. 68 - 79

Juliana da Silveira¹

Resumo

Objetivamos neste trabalho analisar o funcionamento da estrutura hipertextual de dois diferentes *sites* colaborativos (*Wikipedia* e *Desciclopédia*). Mobilizamos conceitos como dialogismo, ciberespaço, hipertexto e intertextualidade, visando estabelecer o modo como os sites dialogam entre si e, ao mesmo tempo, constroem relações hiper(intertextuais) que produzem sentidos diferentes para o sujeito político *Roberto Requião*. A análise nos auxilia, ainda, a refletir sobre as possíveis implicações desta nova mídia para o campo político-discursivo atual.

Palavras-Chave: Dialogismo. hipertexto. intertextualidade. sujeito político.

Paraphrases, parody and hypertext: analysis of political speech on the internet.

Abstract

The functioning of the hypertext structure of two different collaborative sites (*Wikipedia* and *Decyclopedia*) is analyzed. Dialogism, cyberspace, hypertext and intertextuality are terms employed to establish the manner sites dialogue with one another and, at the same time, build hyper(intertextual) relationships which produce different meanings for Roberto Requião as a political subject. Analysis helps the reader to understand the implications of such a new social media for the current political and discursive field.

Key words: Dialogism. Hypertext. Intertextuality. Political subject.

Introdução

A ideia de interatividade oferecida pelo modelo hipertextual da Internet, aliada aos novos modelos de *sites*, que têm como objetivo central a interação entre os usuários, têm levado muitos a entenderem a Internet como um espaço de comunicação potencialmente democrático, do qual todos podem participar sem restrições.

Tendo como pano de fundo esse imaginário democrático atribuído a Internet de um modo geral, propomos, neste artigo, apresentar algumas reflexões desenvolvidas durante a pesquisa

de mestrado, com o intuito de descrever e compreender o funcionamento do discurso político na Internet.

Tomamos como *corpus* de análise dois verbetes referentes ao sujeito político Roberto Requião, publicados nos sítios *Wikipédia* e *Desciclopédia*, ambos considerados sistemas *wikis*, cuja principal característica é a construção colaborativa do hipertexto.

Partimos da consideração de que os dois sítios oferecem os mesmos recursos tecnológicos e as mesmas possibilidades de participação coletiva e que a análise dos verbetes Roberto Requião

¹ Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR).

em cada sítio permite entrelaçar problemáticas referentes ao funcionamento do discurso político em sua relação com a tecnologia e a mídia.

Temos como questão central compreender como os ambientes digitais selecionados (re) organizam o discurso político-midiático, oferecendo espaço a sentidos contraditórios, que produzem, por sua vez, o efeito de que os ambientes digitais são ambientes que possibilitam não apenas o exercício da cidadania, mas também o acesso aos múltiplos sentidos.

Para tanto, o presente artigo está organizado em quatro tópicos. No primeiro tópico apresento uma reflexão sobre as possíveis mutações que os ambientes digitais provocam para a instância política e, conseqüentemente, para o discurso político. Em seguida procuro estabelecer algumas relações entre os conceitos de ciberespaço e dialogismo, visando demonstrar o modo de funcionamento do hipertexto pela explicitação de seu caráter dialógico, no sentido postulado por Mikhail Bakhtin. E, por fim, apresento a análise do verbete Roberto Requião, produzido nos dois sítios selecionados.

Política e Ciberespaço

Segundo Rubim (2000, p.50) “[...] as marcas da modernidade afetam de modo avassalador as espacializações e as formatações assumidas pela atividade política cotidianamente.”. O campo político não é indiferente às injunções midiáticas e, por isso, vem se reconfigurando sistematicamente frente aos diferentes ambientes que surgem dia a dia nessa grande rede que liga computadores, conteúdos e pessoas.

As possibilidades de participação ilimitada, conferida pela materialidade virtual, fazem da Internet um ambiente de conversação que oferece visibilidade tanto à instância política, quanto à instância cidadã. De um lado, surgem os sujeitos

políticos que visam a construção de suas imagens públicas e, conseqüentemente, a aprovação popular. E, de outro lado, surgem os sujeitos “e-leitores”, que passam a contar com um novo espaço de manifestação e comentário dos fatos e episódios políticos, cotidianamente midiaticizados.

Desse modo, os sujeitos das instâncias políticas e midiáticas não são os únicos a dominarem as produções textuais (e os sentidos) que circulam na Internet. Precisam, assim, inevitavelmente, (con)viver com os sujeitos da instância cidadã; os sujeitos anônimos e comuns da grande aldeia global.

A consequência desse funcionamento coletivo para o campo político é que, frente a um episódio político e midiático qualquer, o sujeito e-leitor pode, finalmente, publicar a sua versão dos fatos, versão essa que pode circular infinitamente pelo labirinto hipertextual.

De acordo com Rosnay (2003), um dos grandes choques provocados pelo surgimento da Internet é a emergência de pessoas. Para o autor nos nós da rede informacional existe uma evolução simultânea de atores, diversificados, comunicantes e criadores potenciais. Não temos mais os usuários passivos, que utilizam serviços pensados por outros, mas sim produtores e consumidores de técnicas que multiplicam os poderes e a eficácia de cada um.

Em termos políticos essa emergência de pessoas é complexa e ainda indefinida, como se pode observar no comentário, citado pelo autor, em que um dirigente político de estatura internacional expõe as dificuldades que a classe política encontra ao afirmar que, antes da Internet, eles só enfrentavam

[...] dois tipos de poder cidadão: o dos eleitores e o dos manifestantes. Estávamos acostumados com esse universo. Precisávamos adular os eleitores e temer os manifestantes. Aos primeiros, o voto na urna; aos outros, a rua e a televisão. Para administrar aqueles, promessas eleitorais e ações espetacu-

lares ‘midiáticas’; para controlar os últimos, a rigidez ou os agentes do CRS. Hoje, com a explosão das redes interativas multimídias, como a Internet, aparece uma nova classe de cidadãos: numerosas pessoas, de diversos horizontes, que desejam exprimir-se. Ainda não sabemos gerir esta nova situação. (ROSNAY, 2003, p. 207)

Para o autor, diante deste quadro novo e ainda incompreendido, os atores políticos precisarão gerir a ‘abundância de variedade e de diversidade’, uma vez que o contexto virtual modifica consideravelmente o campo de atuação da política, habituada ao uso de estatísticas, probabilidades e sondagens.

A Internet, no entanto, faz aflorar outras possibilidades de contato com a instância cidadã, impraticáveis nas mídias tradicionais. Segundo Lévy (2007), o espaço cibernético se diferencia dos demais meios de comunicação por apresentar simultaneamente vários centros emissores e vários centros receptores que funcionam de todos para todos, como uma espécie de inteligência coletiva, e não de um para um, ou de um para vários, como é o caso, respectivamente, do telefone e da televisão. Nesse contexto, entendemos que uma das diferenças fundamentais que a Internet produz no campo político é a constituição de um espaço enunciativo no qual estão incluídos os sujeitos da instância cidadã.

A relação entre os atores das instâncias política, midiática e cidadã se altera significativamente na rede, uma vez que o papel dos sujeitos da instância cidadã não se restringe mais ao ato de votar, mas se expande para outras possibilidades tais como, comentar, publicar e, principalmente, fazer circular suas próprias interpretações. Mas como ele o faz? Quais os recursos linguísticos e tecnológicos que utiliza? Quais os sentidos deste uso para o discurso político?

Ainda que a visão de Pierre Lévy² seja

apontada como avaliações “[...] entusiasmadas e esperançosas” (Rüdiger, 2007), vale ressaltar o aspecto plural e heterogêneo que este ambiente tem proporcionado ao permitir a postagem, ainda sem controle, de todos os tipos de textos, cujo caráter dialógico e hipertextual cria a “condição para que vozes minoritárias, opositoras ou divergentes possam ser escutadas.” (LÉVY, 2003, p. 183).

Nesse contexto, a reflexão sobre a relação entre os conceitos de dialogismo e ciberespaço, parece produtiva para pensarmos em que condições de produção o discurso político eletrônico se produz, criando o efeito – evidente para muitos – de que a Internet é a possibilidade de vivenciarmos o verdadeiro e democrático debate político.

Dialogismo, ciberespaço e hipertexto

Os ideais hipertextuais foram anunciados muito antes da existência e da popularização da Internet como ferramenta midiática. De acordo com Leão (1999), ainda em 1945 o matemático Vannevar Bush já apontava alguns conceitos do que se tornaria um hipertexto, expressando, em seu famoso artigo *As we may think*, seu desejo de criar um dispositivo que tivesse a mesma configuração da mente humana. Com seu projeto intitulado *Memex*, Bush buscava criar um espaço capaz de associar pessoas e ideias, abandonando a indexação artificial e hierárquica das informações e criando elos associativos entre os documentos.

Todavia, o termo hipertexto só foi proposto, no campo tecnológico, em 1963, por Theodore Nelson, que idealizou a criação de um sistema que tornasse possível o compartilhamento de ideias, para isso o sistema deveria permitir que cada pessoa que o utilizasse pudesse contribuir

2 Filósofo e informata francês que se dedica ao estudo do ciberespaço, tendo escrito obras de referência sobre o tema.

deixando um comentário. (Leão, 1999, p.21). Embora o projeto de Nelson tenha servido de inspiração para a criação da *World Wide Web* (ou WWW), este pesquisador afirma em seu site que os sistemas e protocolos que existem hoje na rede são apenas versões falhas do projeto *Xanadu*³, criado por Nelson.

Ainda que os anseios do autor, de criar um “caminho para que as pessoas possam armazenar e compartilhar informações pessoais não como um ‘arquivo’, mas como uma literatura conectada”, não tenham ainda se concretizado, sua contribuição para a idealização de uma linguagem hipertextual digital é incontestável.

Mesmo que o hipertexto digital apresente problemas técnicos que interrompem o fluxo conversacional em diferentes níveis (a quebra dos *links*, o desaparecimento dos arquivos, o apagamento das fontes etc), não podemos ignorar que ele modifica consideravelmente os funcionamentos discursivos produzidos no ambiente virtual, ou, em outras palavras, propõe formas diversas para a produção de sentidos entre seus interlocutores.

Embora alguns pesquisadores da rede afirmem que suas características e potencialidades podem ser usadas tanto para ideais democráticos quanto para defesa de interesses proprietários e/ou de Estado, devido ao seu caráter aberto, o filósofo e informata francês, Pierre Lévy, defende e propõe a luta pela manutenção de suas possibilidades democráticas, enfatizando que o ciberespaço

[...] poderia abrigar agenciamentos de enunciação produtoras de sintomas políticos vivos que permitiriam aos coletivos humanos inventar e exprimir, de modo contínuo, enunciados complexos; abrir o leque das singularidades e das divergências, sem por isso inscrever-se em formas fixadas de antemão. A democracia em tempo real visa a constitu-

ção do ‘nós’ mais rico, cujo modelo musical poderia ser o coral polifônico improvisado. (LÉVY, 2007, p. 67)

Sua visão do ciberespaço remete ao conceito dialógico e polifônico do pensamento do autor russo, Mikhail Bakhtin, que desenvolve a noção de dialogismo e polifonia, ao explicitar que a visão artístico-literária do romance de Dostoiévski caracteriza-se pela “[...] multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes.” (Bakhtin, 1997).

Essa multiplicidade de vozes pode ser ricamente observada nos dois sítios aqui analisados, pois não são apenas ambientes hipertextuais baseados em linguagem informática, são, também, ambientes que permitem a construção de textos coletivos, construídos colaborativamente pelos mais diferentes sujeitos, inseridos em sociedades diversas e que podem, eventualmente, ser construídos e desconstruídos em diferentes momentos da história.

Veremos nas análises que tal caráter dialógico se reflete de forma intertextual, pelo diálogo que se estabelece entre os dois *sites*, e na relação que estes estabelecem com outros textos da Internet. E, também, de modo intratextual, no interior mesmo de cada um deles. Embora os artigos publicados pelas *wikis* sejam editados por autores diversos e anônimos, eles produzem, por serem organizados em forma de verbetes, um efeito de texto fechado (com início, meio e fim). Dessa forma, podemos destacar que o fato de serem produzidos colaborativamente acaba produzindo, em alguns textos, um conjunto de vozes conflitantes que os tornam, em uma leitura apressada, textos incoerentes.

Comumente, o hipertexto digital é

3 Para saber mais sobre os trabalhos atuais do pesquisador e sobre o projeto Xanadu, visitar o sítio disponível em: < <http://xanadu.com.au/>>.

entendido como a possibilidade de acessarmos textos que remetem para outros textos, abrindo para diferentes sentidos e direções. Autores como Xavier (2003), Marcuschi (2004) e Koch (2005) destacam que o hipertexto digital apresenta como singularidade a presença de *links*, conferida pelo suporte, diferenciando-se, nesse aspecto, de um texto tradicional (impresso). Para esses autores é pelo acesso aos *links* que o leitor ganha autonomia diferenciada, pois poderá, pelo poder dos acessamentos, construir seu próprio texto de maneira dinâmica, não linear, desterritorializada, unificando deste modo uma multiplicidade de vozes e ideias multifacetadas.

No entanto, ambientes colaborativos como as *wikis*, apresentam aspectos tecnológicos e linguageiros mais complexos do que o único fato de permitir ao leitor construir o próprio caminho ou percurso de leitura, escolhendo os *links* que deseja acessar. Sem entrar em questões mais complexas que envolvem as métricas e funcionamento de sistemas de busca como o *Google*, por exemplo, podemos afirmar que mesmo sítios isolados, como as *wikis* analisadas, apresentam um cenário dialógico complexo que une a linguagem informática à linguagem natural. Desse modo, mais do que dar ao leitor o poder dos acessamentos, o hipertexto - tal qual ele se configura nas *wikis* analisadas - cria espaços cujas condições de produção são completamente singulares.

Língua e técnica se entrecruzam através dos dispositivos eletrônicos para criar espaços de inscrição em diferentes partes do texto, que permitem reunir em um único bloco textual múltiplas posições ideológicas, diferentes formas de interpretação e designação para o mesmo termo, ou, em outras palavras, reunindo vozes que

se questionam, se respondem, se complementam e se inter-relacionam infinita e inconclusamente em um único mundo: o nosso.⁴

O fato de este aspecto textual ser pouco discutido pelos teóricos da linguagem pode ser atribuído ao fato de que esta característica colaborativa faz parte de um conceito novo e ainda em experimentação de construção de *websites*. E, sobretudo, porque o funcionamento dos sistemas e a tecnologia que permite a produção hipertextual parece não ser o foco das pesquisas que têm circulado sobre o ciberespaço.

Nesse contexto, a grande maioria dos pesquisadores sobre o hipertexto, centram seus estudos em aspectos básicos, destacando o fato de que o hipertexto é: 1) não linear (apresenta várias formas de narrativa); 2) multi-midiático (comporta diferentes mídias visuais e auditivas), 3) polissêmico (direciona para diferentes sentidos); 4) interativo (autor e leitor participam conjuntamente do processo de criação).

Observa-se, assim, que as reflexões encontradas sobre o hipertexto até agora servem mais para “[...] nos fazer entender melhor o que é um texto”, como bem coloca Possenti (2002, p, 70) do que para auxiliar a compreender quais são as implicações dessa nova tecnologia textual para a questão do sentido. O autor observa, portanto, que se consideramos que a questão a ser investigada sobre o hipertexto é a construção dos sentidos teremos que nos perguntar

Em que sentido mudam os sentidos das palavras, das unidades sintáticas, dos textos, e em virtude de quê: dos novos leitores, que os recebem precavidos, ou do contato, esperado ou não, canônico ou não, com numerosos outros e novos textos. Ou se é apenas - o que não seria pouco, mas seria uma outra coisa - uma nova forma de circulação de textos, sendo que, lamentavelmente os leitores continuam sendo os mesmos ou, o que seria lamentável, piores. (POSSENTI, 2002, 74)

4 Entendo que a divisão entre mundo virtual e mundo real não é produtiva para a Análise do Discurso, uma vez que não faz sentido separarmos nossa atuação nos espaços sociais e nos ambientes digitais. Vivemos e agimos em um único mundo e, cada vez mais, nossa chamada vida real se relaciona e depende de nossa dita vida virtual.

Entendemos, pelas análises realizadas sobre o ciberespaço, que se trata certamente de uma nova forma de circulação de textos, fundamentalmente centrada na inovação tecnológica, tanto pela presença dos *links* (como apontam Koch, Marcuschi Lévy, Xavier) quanto pela armazenagem de uma infinidade de textos no interior do arquivo, que levaria a uma maior liberdade de leitura, e, conseqüentemente política. Ocorre que, em nosso ponto de vista, a circulação de textos propiciada pelos ambientes digitais, por estar vinculada à existência dos *links*, confere ao hipertexto digital não uma diferença ou inovação do que se entende por texto (podendo até ser chamada de texto simplesmente, já que este é um hipertexto), mas uma característica singular: no hipertexto as relações intertextuais mais significativas seriam as explícitas (embora a intertextualidade implícita continue ocorrendo) e, paradoxalmente, elas tendem muito mais ao fechamento dos sentidos do que a sua aclamada abertura.

Nesse contexto, entendemos com Xavier (2003) que no caso do hipertexto o tipo de intertextualidade mais frequente é a intertextualidade explícita, “[...] já que os *hiperlinks* são estrategicamente construídos para levar o hiperleitor a lugares outros na rede.” Assim, a “[...] tecnologia enunciativa do hipertexto acentua a função e as vantagens da intertextualidade na construção ou até mesmo na desconstrução do sentido de um discurso *on-line*.” (Xavier, 2003, p. 286-287)

A nosso ver, a intertextualidade explícita (proporcionada pelos nós ou *links*) é fundamental e influencia diretamente os sentidos do texto. Se fizermos a impressão de um texto digital, por exemplo, apagamos a possibilidade de recuperar o texto proposto pelo *link* e o sentido produzido pode ser outro ou outros. O mesmo não ocorre se realizamos a leitura do texto na tela do computador

e ligados à Internet, já que costumamos aceitar o *link* proposto e, ao acessá-lo, realizamos um gesto que tende a fechar o sentido pretendido pelo autor, direcionando nossa interpretação.

Não estamos com isso, obviamente, afirmando que no hipertexto digital não há a possibilidade de deriva dos sentidos, mas apenas chamando a atenção para o fato de que o hipertexto pode ser considerado uma materialidade constitutivamente dialógica e polissêmica pelo uso que os sujeitos fazem dele de diferentes formas, notadamente pela possibilidade de publicização de enunciados produzidos por sujeitos da instância cidadã – que tradicionalmente ocupou desde sempre o lugar de ouvinte dos discursos produzidos pelas instâncias políticas e midiáticas, e, não pela simples existência dos *links*. Embora a existência dos *links* instaure outras problemáticas tão relevantes quanto para a constituição do hipertexto digital, que vão, certamente, muito além da problemática abertura e fechamento dos sentidos.

Wikipedia e Desciclopédia e suas relações hiper(inter)textuais

Se a existência de *links* é fator fundamental para a construção de um espaço democrático de leitura, já que eles permitem a livre escolha daquilo que se pretende ler, em nossas análises a existência dos *links* parece funcionar de maneira oposta, uma vez que garante uma recuperação textual determinada da qual o leitor só estará livre se decidir não clicar no referido *link*.

O *link* presente no interior de um texto pode ser, portanto, tanto um instrumento de dispersão quanto uma ferramenta capaz de auxiliar na produção de sentidos determinados. Ambos os funcionamentos se realizam pela sugestão de uma ligação possível que o *link* estabelece por meio de uma espécie de relevância mostrada (Marcuschi,

2004). Em outras palavras, o texto mostra *links* que indicam um caminho possível, considerado relevante, para melhor compreensão de um determinado enunciado.

Nesse caso, seria bastante relevante investigarmos mais profundamente se o papel fundamental do *link*, principalmente o que aparece no interior de um texto específico, é o que garante ao hipertexto digital o seu caráter plurilinear e polissêmico, uma vez que, em muitos casos ele parece exercer função contrária, ou seja, eliminar do texto a polissemia de sentidos, indicando o único caminho que deverá ser seguido no texto.

No caso dos ambientes aqui analisados, a análise do funcionamento dos *links*, vistos a partir daqui como um caso de intertextualidade explícita que acaba por explicitar o posicionamento político-ideológico dos sujeitos que produzem e editam o hipertexto nas *wikis* analisadas.

Antes de iniciarmos a análise do verbete Roberto Requião nos dois sítios selecionados, é importante destacar que a escolha desses dois ambientes se deu principalmente pela própria relação intertextual que se estabelece entre os dois ambientes.

De um lado, gostaríamos de ressaltar que a *Wikipedia* estabelece uma relação parafrástica com as enciclopédias tradicionais, o que podemos observar em seu próprio nome que é uma junção dos nomes *wiki* + enciclopédia = *Wikipedia*. Une-se, assim, o nome do sistema informático com o qual a enciclopédia virtual é construída. A denominação enciclopédia livre, que acompanha a logomarca da *Wikipedia*, reforça essa aliança entre enciclopédia e *wiki*, se considerarmos que, a partir de um sistema colaborativo como a *wiki* o sítio objetivou a construção de uma grande enciclopédia⁵ mundial.

E, por outro lado, é preciso destacar que a *Desciclopédia* estabelece uma relação parodística com a *Wikipedia*, ou seja, ela surge com o objetivo explícito de parodiar a *Wikipedia* – a enciclopédia livre. Fato esse que pode ser observado pela identificação da relação intertextual proposta na própria logomarca da *Desciclopédia*.



Ao identificar na logomarca da *Desciclopédia* uma semelhança com a logomarca da *Wikipedia* o leitor poderá inferir a relação que se dá entre os *sites* e, simultaneamente, compreender que a *Desciclopédia*, não se opõe a qualquer enciclopédia, sua oposição é direta e necessariamente à *Wikipedia*. Como poderemos observar a seguir, na análise do verbete Roberto Requião, as relações intertextuais entre os *sites* se dão não apenas no nível da forma, por serem enciclopédias *wikis*, mas também no nível do conteúdo, uma vez que o texto da *Desciclopédia* recupera o estilo enciclopédico da *Wikipedia* para parodiá-lo, subvertendo seu sentido.

Pode-se dizer, portanto, que a *Wikipedia* apresenta uma intertextualidade das semelhanças com as enciclopédias tradicionais, ao seguir a mesma orientação argumentativa, com a especificidade de ser construída por diferentes e anônimos autores. Por outro lado, a *Desciclopédia* apresenta uma intertextualidade das diferenças, ao incorporar o texto da *Wikipedia* com o intuito de subvertê-lo, de se opor a ele.

⁵ Enciclopédia é o nome dado a uma coletânea de textos com o objetivo de reunir em um único livro a maior parte do conhecimento humano sobre os mais variados temas e assuntos.

Desse modo, paráfrase e paródia caminham interrelacionadas nos recortes hipertextuais que nos propomos analisar e constroem, por isso, sentidos opostos. De acordo com Sant'Anna (2002, p, 15) paráfrase e paródia se opõe no sentido em que o eixo parafrástico do discurso o texto encontra-se em repouso, atuando de forma idêntica, semelhante ao texto parafraseado, enquanto o eixo parodístico se situa no diferente, instaurando uma visão inovadora ou um novo paradigma.

Considerando que a paródia escapa “[...] ao jogo de espelhos denunciando o próprio jogo e colocando as coisas fora de seu lugar ‘certo’” (Sant'Anna, 2002, p, 29), pode-se dizer que a paródia realizada pela *Desciclopédia* assume um caráter contra-ideológico. Seu objetivo é desconstruir o discurso enciclopédico da *wiki* e mostrar que a proposta da *Wikipedia* de ser neutra, objetiva e, ao mesmo tempo, colaborativa é uma proposta que não se concretiza.

O sujeito político nas tramas do hipertexto: paráfrase e paródia

A relação entre paráfrase e paródia, produzida pelos dois *sítios* em suas estruturas e formas de construção textual, explicitadas anteriormente, se mantém na construção do verbete Roberto Requião que, por sua vez, produz seus efeitos para os modos de funcionamento do discurso político na Internet.

Uma das grandes singularidades que a Internet oferece ao funcionamento do discurso político é a possibilidade de publicação dos discursos irreverentes e cômicos sobre os fatos e episódios políticos que circulam nas mídias tradicionais. O humor é, portanto, um dos fatores que permitem a ampla circulação do discurso político na rede, sem o qual, provavelmente, os discursos políticos-midiáticos tradicionais

estariam limitados aos ambientes digitais das grandes empresas midiáticas.

A reprodução do discurso político e jornalístico institucional pode ser observada na construção parafrástica da Wikipedia, assemelhando-se ao discurso enciclopédico com vistas a uma designação objetiva e imparcial, como segue:

Quadro 1 – Wikipedia

Roberto Requião de Mello e Silva ([Curitiba](#), [5 de março](#) de [1941](#)) é um político [brasileiro](#), sendo o atual governador do [estado do Paraná](#).

Os *links* presentes no enunciado do quadro 1 e, geralmente, indicados pela cor azul no hipertexto, encaminham o leitor a verbetes construídos com discurso igualmente enciclopédico, que fornecem informações históricas e pontuais sobre Curitiba, a data de 5 de março de 1941, brasileiro, estado e Paraná. Há em todos os links indicados, a reprodução de discursos estabilizados e autorizados sobre cada um dos termos indicados no enunciado. Temos, nesse caso, um caso de intertextualidade interna e explícita que a existência dos *links* possibilita, fechando os sentidos do enunciado em torno dos discursos autorizados e estabilizados sobre o sujeito Requião, a cidade de Curitiba, o brasileiro e o Estado do Paraná. Chamamos, nesse caso, de intertextualidade interna e explícita, pois os *links* remetem diretamente para textos específicos que são outros verbetes do próprio *sítio*, não havendo, assim, *links* que remetam a textos externos ao *sítio* da *Wikipedia*.

A *Desciclopédia*, por seu lado, apresenta um verbete com sentidos menos cristalizados sobre o mesmo sujeito, apresentando o seguinte texto:

Quadro 2 - Desciclopédia

Roberto Requião, (*aka. Roberto Catupiry ou Rex, o feroz ou Rei Queijão*) é o atual [Dono da Capitania Hereditária do Paraná, ex-Imperador do Mercosul](#) e aspirante a [Ditador do Brasil](#). Atualmente no [PMDB](#), é conhecido pela camisa [jeans](#), além do seu suave temperamento que gerou o carinhoso apelido de [“Maria Louca”](#)

A presença de termos e expressões que não fazem parte dos discursos institucionalizados sobre os sujeitos políticos, mas que circulam na sociedade produzindo sentidos, cria, no verbete da Desciclopedia, um efeito de paródia, com elementos irônicos que caracterizam a crítica ao sujeito político designado, produzindo o riso e, simultaneamente, efeitos negativos para o nome designado.

A substituição de atual governador, presente no quadro 1, para atual Dono da Capitania Hereditária do Paraná, presente no quadro 2, subverte o sentido estabilizado do Chefe de Estado, levando à uma interpretação diferente do Estado do Paraná e suas relações políticas e modos de governança. Nesse sentido, o Paraná não é um Estado no sentido comum do termo, mas uma Capitania, e Roberto Requião é o atual governador do estado por motivos de hereditariedade e não de qualificação política. Tal comparação, ao mesmo tempo que provoca o riso, produz um efeito de sentido de que no Estado paranaense não se vive um regime político verdadeiramente democrático.

O enunciado do quadro 2, oferece, ainda, uma quantidade maior de termos que contribuem para significar o sujeito político Roberto Requião. Há, nesse caso, uma mistura de termos que remetem ora a eventos e fatos políticos históricos, ora a elementos relacionados a episódios cômicos protagonizados por Requião, durante o processo eleitoral. A intertextualidade presente nesse enunciado remete não apenas aos sentidos propostos pela Wikipédia, mas retomam outros discursos que circulam na rede sobre o sujeito em

questão.

Os dois quadros apresentam, assim, *links* que funcionam como ferramentas intratextuais (pois só nos levam a textos do interior do mesmo *site*) que auxiliam na recuperação dos sentidos de cada termo sendo que essa recuperação poderá tanto levar o leitor ao fechamento dos sentidos, como ocorre no quadro 1, que tende à reprodução do discurso enciclopédico, quanto levar à dispersão e a sentidos outros, como ocorre com a presença do link “Maria Louca”, que remete ao apelido dado ao governador em outro contexto político, que será aqui ressignificado.

Funcionamentos semelhantes podem ser observados no subitem *Obras*, presente também nos dois verbetes analisados. A imagem de um sujeito político é, normalmente, acompanhada dos feitos, obras e projetos que esse sujeito realizou ao longo de sua vida pública. Por isso, a *Wikipedia*, ao construir o verbete sobre Requião, lista as principais obras do político, como segue:

Quadro 3 – Wikipédia

Obras

- Construção da Ferroeste, ferrovia que ligou a cidade de Cascavel ao Porto de Paranaguá, feita em parceria com o Exército Brasileiro (batalhão de engenharia).
- Conclusão da Usina Hidrelétrica de Segredo, que conquistou a auto-suficiência energética para o estado.
- Duplicação da rodovia Curitiba-Garuva (trecho paranaense da BR-376, que leva à Santa Catarina), conhecida, na época, pelo alto número de acidentes fatais. A obra foi realizada com recursos do estado.
- Início da construção da Ponte Ayrton Senna, entre Guaíra (Paraná) e Mundo Novo (Mato Grosso do Sul), que é a maior ponte fluvial do Brasil.
- Início das obras da Usina de Salto Caxias.

Enquanto na *Wikipedia* busca-se produzir uma relação das obras realizadas por Requião, o mesmo item na *Desciclopédia* trabalha com

outro sentido de obras. Ele não descreve uma lista de obras políticas, mas de ações, ironicamente denominadas obras.

Quadro 4 - Desciclopédia

Grandes Obras

- O jornalista de quatro dedos: Requião tentou arrancar o dedo de um jornalista que divergia ideologicamente dele e do presidente Lula. Na ocasião Requião afirmou que, com um dedo a menos, o jornalista entenderia melhor o presidente.
- O nepotismo esclarecido: Requião cunhou o termo, hoje usado mundialmente por políticos que querem empregar seus parentes.
- O vídeo das mamonas: http://www.youtube.com/watch?v=tw-GBa0_Rpo
- A camisa jeans: Antes de querer ser político, Requião queria ser desenho animado e usar sempre a mesma roupa. Optou pela camisa jeans e deu uma grande contribuição para a moda, provando que o jeans serve mesmo para todas as ocasiões (inclusive para correr no parque).
- A filha.

A lista presente no quadro 4, descreve eventos específicos protagonizados por Roberto Requião no cenário político paranaense. Ao denominar de obras os episódios polêmicos protagonizados por Requião, provoca-se imediatamente o riso, uma vez que são episódios cômicos e polêmicos nos quais este sujeito se envolve constantemente. E seria, portanto, o legado do sujeito político para o Estado do Paraná: seus grandes feitos.

A lista apresenta, também, casos de intertextualidade implícita, uma vez que os itens listados como obras relembram os episódios citados, amplamente divulgados e debatidos tanto na internet, quanto na mídia tradicional. Exceto no caso do item “O vídeo das mamonas”, que pode ser compreendido como um caso de intertextualidade explícita, pois remete diretamente ao vídeo em que o político aparece em rede nacional comendo sementes de mamona, outro episódio cômico protagonizado pelo então

governador. Nesse caso o *link* não funciona como ferramenta intratextual, pois remete o leitor a um texto externo ao sítio, dialogando com o sítio de vídeos *Youtube*.

Estas recuperações constroem no arquivo da *Desciclopédia* sentidos determinados para o sujeito político, entre eles, o de sujeito polêmico, pela recuperação do episódio em que Roberto Requião discute com jornalistas; o de sujeito cômico ou desinformado, pela recuperação do vídeo em que este aparece comendo mamona; o de sujeito que defende o nepotismo, enfim, todos retomam outros discursos que circulam sobre Roberto Requião, construindo para este sujeito uma significação negativa.

Considerações Finais

Nosso objetivo, neste artigo, foi operar conceitos textuais e discursivos com o objetivo de compreender o funcionamento hipertextual das enciclopédias *wikis*: *Wikipedia* e *Desciclopédia*.

A análise comparativa do verbete Roberto Requião nos dois sítios permitiu compreender que cada ambiente digital, mesmo quando construído com a mesma linguagem informática, constrói funções diferentes para a ferramenta tecnológica do *link*, ora o *link* está a serviço do fechamento do texto, como ocorre com os enunciados produzidos pela *Wikipedia*, ora a serviço de uma construção intertextual com textos que circulam fora das enciclopédias.

Por apresentar um caráter menos comprometido com aspectos ligados à objetividade e imparcialidade, próprias do texto jornalístico e científico, como acontece na enciclopédia da *Wikipedia*, a *Desciclopédia* propõe um uso mais aberto e diferenciado dos recursos tecnológicos oferecidos pela linguagem *wiki*, que permite a ligação irrestrita entre diferentes páginas da rede.

Cada uso, portanto, produz sentidos

diferenciados para o mesmo verbete e permite concluir que o caráter aberto e polissêmico do hipertexto tem como elemento fundamental os posicionamentos político-ideológicos dos sujeitos autores do hipertexto, sendo o link apenas um mecanismo da linguagem informática que permite a construção textual de acordo com as relações intertextuais que o sujeito autor realiza no ato de sua escrita. A diferença dessas relações entre o hipertexto digital e o hipertexto impresso, por exemplo, centra-se na singularidade que o hipertexto digital possui que lhe permite materializar, via o recurso do *link*, as relações intertextuais e interdiscursivas que, no texto impresso, estão, paradoxalmente, na dimensão virtualidade, inscritos nos espaços de memória.

Outro aspecto observado foi a relação que a *Wikipedia* estabelece com as enciclopédias tradicionais, construindo uma cadeia parafrástica com os discursos enciclopédicos, e a relação que a *Desciclopédia* estabelece com a *Wikipedia*, construindo um discurso parodístico em relação aos objetivos de imparcialidade e neutralidade, propostos pela *Wikipedia*.

Nesse aspecto, a análise permitiu concluir que, embora a *Wikipedia* tenha como proposta ser uma enciclopédia livre, no sentido de que todos podem editá-la, as restrições e normas que ela estabelece para a edição, normas essas rigidamente seguidas por seus curadores, acabam por engessar a própria produção e a proposta de liberdade, baseada no pensamento ideológico que fundamenta o uso dos sistemas *wikis*. Por outro lado, a *Desciclopédia* parece conferir esse caráter livre, uma vez que não impõe restrições de edição.

No entanto, o deslizamento dos discursos da *Desciclopédia* para o campo humorístico e, muitas vezes, derrisório e ofensivo, acaba por retirar-lhe toda a credibilidade. De todo modo, um e outro ambiente digital, constroem significados diferenciados, mas não necessariamente

contraditórios, sobre o sujeito político Roberto Requião, inscrevendo uma imagem determinada sobre esse sujeito no arquivo da Internet.

Considerando que cada vez mais os sujeitos de nosso tempo acessam o arquivo da rede para compreender e conhecer os documentos “disponíveis e pertinentes sobre uma questão”, para utilizar uma definição de arquivo de Michel Pêcheux, podemos concluir que compreender os mecanismos discursivos e tecnológicos com os quais tais arquivos se constroem é, como nunca, de máxima urgência e importância para os estudos discursivos e textuais.

Referências Bibliográficas:

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A Construção de sentidos no hipertexto: demandas linguísticas e cognitivas**. 2005. Disponível em: <http://ufpe.br/hipertexto2005/index.html>. acesso em: 12/10/2007.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997

LEÃO, Lucia. **O labirinto da hipermídia**. Arquitetura e navegação no ciberespaço. São Paulo, Iluminuras, 1999.

LÉVY, Pierre. **A inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **A Revolução contemporânea em matéria de comunicação**. In: Para Navegar no Século XXI: Tecnologias do Imaginário e Cibercultura. Francisco Menezes Martins e Juremir Machado da Silva (org.)- 3a. Ed. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2003, pp, 183-204.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital.

In: _____ e Xavier, Antônio Carlos (org.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 13-67.

POSSENTI, Sírio. Notas um pouco céticas sobre hipertexto e construção de sentido. In: **Educar em revista**: dossiê linguagem e ensino. Curitiba: UFPR, n.20, 2002.

ROSNAY, Joel de. O Salto do milênio. In: **Para Navegar no Século XXI**: Tecnologias do Imaginário e Cibercultura. Org. Francisco Menezes Martins e Juremir Machado da Silva - 3a. Ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003, pp, 205-211.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker, 2000.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Introdução às teorias da cibercultura**: perspectiva do pensamento tecnológico contemporâneo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Parodia, paráfrase & cia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

WIKIPEDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/>. Acesso em: 14 jan de 2008.

DESCICLOPEDIA. Disponível em: <http://desciclopedia.org/wiki/Desciclop%C3%A9dia>. Acesso em: 14 jan de 2008.

XAVIER, Antonio Carlos. Hipertexto e Intertextualidade. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, n.44, pp. 1-387, 2003.

Artigo enviado em: 18/05/2012

Aceite em: 23/06/2012

Interfaces